



BRF S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 01.838.723/0001-27
NIRE 42.300.034.240

PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2020

Prezados Acionistas,

Em atenção ao disposto na Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos a seguir a proposta da administração ("Proposta") da **BRF S.A.** ("Companhia" ou "BRF"), contendo as informações e documentos relacionados aos assuntos a serem deliberados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 27 de abril de 2020, às 11:00 horas ("AGOE"), na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, à Rua Jorge Tzachel, nº 475, Bairro Fazenda:

I. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

(i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, incluindo a absorção do lucro de tal exercício pelo saldo de prejuízos acumulados.

Proposta da Administração: Aprovar as contas da administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 ("Exercício de 2019"), acompanhadas do relatório da administração, das notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal, do relatório anual resumido do Comitê de Auditoria e Integridade, dos comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, de acordo com o Item 10 do Formulário de Referência da Companhia, nos termos do **Anexo I** à presente Proposta, conforme exigido pelo artigo 9º da Instrução CVM nº 481/2009.

Ressaltamos que o lucro apurado no exercício social encerrado em 31.12.2019 foi integralmente utilizado para a compensação do saldo de prejuízos acumulados, em conformidade com o disposto no artigo 189 da Lei nº 6.404/1976. De qualquer forma, a Companhia apresenta o Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/2009 nos termos do **Anexo II** à presente Proposta.

(ii) Fixar em 10 (dez) o número de membros do Conselho de Administração.

Proposta da Administração: Tendo em vista que o mandato dos membros do Conselho de Administração encerra-se na data da AGOE, nos termos do artigo 20, *caput* e parágrafo 7º, do Estatuto Social da Companhia e conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de março de 2020, propõe-se fixar em 10 (dez) o número de membros do Conselho de Administração.

(iii) Eleger os membros do Conselho de Administração

Proposta da Administração: Tendo em vista que o mandato dos membros do Conselho de Administração encerra-se na data da AGOE, nos termos do artigo 20, *caput* e parágrafo 7º, do Estatuto Social da Companhia e conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de março de 2020, propõe-se a eleição dos integrantes da chapa formada para compor o Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, a ser encerrado na Assembleia Geral Ordinária que deliberar as contas da administração da Companhia referentes ao exercício que se encerrará em 31 de dezembro de 2021. Os candidatos integrantes da chapa proposta pela Administração da Companhia são:

- (i) Augusto Marques da Cruz Filho
- (ii) Dan Ioschpe
- (iii) Flavia Buarque de Almeida
- (iv) Flavia Maria Bittencourt
- (v) José Luiz Osório
- (vi) Luiz Fernando Furlan
- (vii) Pedro Pullen Parente
- (viii) Ivandré Motiel da Silva
- (ix) Roberto Rodrigues
- (x) Marcelo F. Bacci

Constam do **Anexo III** à presente Proposta as informações relativas aos candidatos a membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos dos Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia, conforme exigido pelo artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009.

(iv) Aprovar, nos termos dos §6º e §7º do artigo 20 do Estatuto Social, a indicação do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração

Proposta da Administração: Tendo em vista que o mandato dos membros do Conselho de Administração encerra-se na data da AGOE, nos termos do artigo 20, *caput* e parágrafo 7º, do Estatuto Social da Companhia e conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de março de 2020, propõe-se a designação do Sr. Pedro Pullen Parente e Augusto Marques da Cruz Filho como, respectivamente, Presidente e Vice-presidente do Conselho de Administração.

(v) Fixar a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício de 2020.

Proposta da Administração: Nos termos do artigo 17 do Estatuto Social, aprovar a remuneração global anual referente ao exercício de 2020 para os membros do Conselho de

Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia no valor de até R\$124,3 milhões. Tal valor refere-se ao limite proposto para a remuneração fixa (salário ou pró-labore, benefícios diretos e indiretos e encargos sociais) e benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo, bem como a remuneração variável (participação nos resultados) e valores relacionados ao Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações e Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia, conforme abaixo sintetizado:

	Aprovado 2019	Realizado 2019	Proposta 2020
Conselho de Administração			
<i>Honorários + Encargos e Benefícios</i>	16.545	14.551	17.207
<i>Remuneração baseada em ações</i>	9.631	6.287	6.790
Total Cons. de Administração	26.176	20.838	23.997
Diretoria Estatutária			
<i>Honorários + Encargos e Benefícios</i>	50.474	44.250	52.731
<i>Remuneração baseada em ações</i>	21.690	12.052	23.642
<i>Participação nos Resultados</i>	19.944	19.176	22.936
Total Diretoria Estatutária	92.108	75.478	99.308
TOTAL Conselho de Administração e Diretoria Estatutária	118.284	96.317	123.305

O valor ora proposto é 4,0% (quatro por cento) maior quando comparado ao valor aprovado para o exercício de 2019. Por outro lado, a proposta, quando comparada ao valor realizado da remuneração global do exercício de 2019, apresenta um acréscimo de 28% (vinte e oito por cento). Tal variação decorre de o quadro de diretores estatutários ter sido somente preenchido em junho de 2019, com a eleição de 5 diretores estatutários e, posteriormente, finalizado em setembro do mesmo ano com a contratação do Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores.

Constam do **Anexo IV** à presente Proposta as informações relativas ao Item 13 do Formulário de Referência da Companhia, conforme exigido pelo artigo 12 da Instrução CVM nº 481/2009.

(vi) Eleger os membros do Conselho Fiscal.

Proposta da Administração: Tendo em vista que o funcionamento do Conselho Fiscal da Companhia encerra-se na primeira AGO após a sua eleição, conforme disposto no artigo 161, § 5º da Lei nº 6.404/1976, e que o artigo 30 do Estatuto Social estabelece que a Companhia terá um Conselho Fiscal com funcionamento permanente, a Administração propõe, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício social de 2021, a eleição dos seguintes membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal, quais sejam:

Membros Efetivos
 Atílio Guaspari
 Maria Paula Soares Aranha
 André Vicentini

Membros Suplentes
 Suzana Hanna Stiphan Jabra
 Mônica Hojaij Carvalho Molina
 Valdecyr Maciel Gomes

Cabe ressaltar que as candidatas Maria Paula Soares Aranha (titular) e Mônica Hojaij Carvalho Molina (suplente) foram indicadas pela acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ.

Constam do **Anexo III** à presente Proposta as informações relativas aos candidatos a membros do Conselho Fiscal da Companhia, nos termos dos Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia, conforme exigido pelo artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009.

(vii) Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2020.

Proposta da Administração: Nos termos do artigo 16, inciso V, do Estatuto Social, aprovar a remuneração referente ao exercício de 2020 para os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia em montante correspondente, pelo menos, a 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração atribuída aos Diretores da Companhia (não computados benefício, verbas de representação e participação nos lucros), nos termos do artigo 162, § 3º, da Lei n. 6.404/1976, considerando o valor máximo conforme abaixo sintetizado:

	Aprovado 2019	Realizado 2019	Proposta 2020
Conselho Fiscal			
<i>Honorários + Encargos</i>	961	531	997
<i>Total Cons. Fiscal</i>	961	531	997

Constam do **Anexo IV** à presente Proposta as informações relativas ao Item 13 do Formulário de Referência da Companhia, conforme exigido pelo artigo 12 da Instrução CVM nº 481/09.

II. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

(i) Deliberar sobre a alteração do Artigo 21 do Estatuto Social da Companhia.

Proposta da Administração: Alterar o artigo 21 do Estatuto Social da Companhia de modo a ajustar a periodicidade das reuniões ordinárias do Conselho de Administração, estabelecendo que tal órgão deverá se reunir, ordinariamente, pelo menos, 8 (oito) vezes ao ano.

Consta do **Anexo V** à presente Proposta a versão do Estatuto Social da Companhia com a proposta de alteração incorporada e destacada e do **Anexo VI** a alteração estatutária proposta sob a forma de quadro comparativo, com a indicação da justificativa para alteração e a análise dos efeitos jurídicos e econômicos, conforme exigido pelo artigo 11 da Instrução CVM nº 481/09.

(ii) Autorizar a celebração de contratos de indenidade entre a Companhia e os novos membros do Conselho de Administração que vierem a ser eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada cumulativamente com esta Assembleia Geral Extraordinária.

Proposta da Administração: Aprovar a celebração de contratos de indenidade entre a Companhia e os membros do Conselho de Administração (i) que vierem a ser eleitos na Assembleia Geral Ordinária convocada para 27.04.2020 a ser realizada cumulativamente com esta Assembleia Geral Extraordinária e (ii) que ainda não integrem o Conselho de Administração. No caso da chapa proposta pelo Conselho de Administração, preencherão os dois requisitos acima mencionados, (i) Sra. Flavia Maria Bittencourt; (ii) Sr. Ivandré Motiel da Silva; e (iii) Sr. Marcelo F. Bacci. Os membros da chapa que já integram o Conselho de Administração, (i) Sr. Augusto Marques da Cruz Filho, (ii) Sr. Dan Ioschpe, (iii) Sra. Flavia Buarque de Almeida, (iv) Sr. José Luiz Osório; (v) Sr. Luiz Fernando Furlan; (vi) Sr. Pedro Pullen Parente, e (vii) Sr. Roberto Rodrigues, já possuem contratos de indenidades aprovados na Assembleia Geral Extraordinária de 25.05.2018, os quais permanecerão em vigor.

A celebração dos contratos de indenidade com os novos membros do Conselho de Administração tem o intuito de indenizá-los por eventuais perdas decorrentes de decisões, condenações ou outras constrições administrativas ou judiciais que lhes sejam impostas em razão do exercício das funções inerentes aos seus respectivos cargos, que não sejam cobertas pelo seguro de responsabilidade civil ("Seguro D&O") a ser contratado pela Companhia. Constam do **Anexo VII** à Proposta as informações relativas aos contratos de indenidade ora propostos, conforme recomendado nos itens 3.4.2 e 7.11 do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.

Ressaltamos que consta do **Anexo VIII** à presente Proposta a minuta do Contrato de Indenidade a ser celebrado com os novos integrantes do Conselho de Administração que vierem a ser eleitos na Assembleia Geral Ordinária convocada para 27.04.2020 a ser realizada cumulativamente com esta Assembleia Geral Extraordinária.

(iii) Alterar o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações e o Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia.

Proposta da Administração: Aprovar a alteração (i) do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 08 de abril de 2015 ("Plano de Opção de Compra"); e (ii) do Plano de Outorga de Ações Restritas, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 08 de abril de 2015, alterado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 26 de abril de 2017, na Assembleia Geral Extraordinária de 25 de maio de 2018 e na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2019 ("Plano de Ações Restritas" e, em conjunto com o Plano de Opção de Compra, "Planos") da Companhia, para estabelecer que o número total de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, representativas do capital social total da

Companhia que podem ser outorgadas aos beneficiários em decorrência do Plano de Opção de Compra e do Plano de Ações Restritas não ultrapasse, em conjunto, o limite de 2,5% (dois e meio por cento) de tais ações.

Nossa proposta de ajuste do limite de percentual de outorga entre o Plano de Opção de Compra e o Plano de Ações Restritas tem por objetivo proporcionar maior flexibilidade na concessão dos programas de incentivos de longo prazo aos seus beneficiários. Com isso, possibilitaremos a opção de utilização do modelo que atenda plenamente a Companhia em cenários distintos, visando melhor alinhamento de interesse com acionistas assim como alinhamento às melhores práticas de mercado.

A alteração dos Planos ora proposta não implica modificação do número total de ações de emissão da Companhia que podem ser conferidas aos beneficiários do Plano de Opção de Compra e do Plano de Ações Restritas, uma vez que, atualmente, o limite estabelecido pelo Plano de Opção de Compra é de 2,0% (dois por cento) das ações de emissão da Companhia e pelo Plano de Ações Restrita é de 0,5% (meio por cento) das referidas ações. Com isso, o limite total a ser outorgado passaria a ser de 2,5% do capital social da Companhia.

Segue abaixo o quadro explicitando a alteração a ser efetuada, respectivamente, no Plano de Opção de Compra e no Plano de Ações Restritas:

Item	Atual	Proposto
1.1. Definições	(-)	“Plano de Ações Restritas” significa o Plano de Outorga de Ações Restritas, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 08 de abril de 2015, alterado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 26 de abril de 2017, na Assembleia Geral Extraordinária de 25 de maio de 2018 e na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2019;
6.1. Ações Sujeitas ao Plano	6.1. Sujeito aos ajustes previstos no item 11.2 abaixo, o número total de Ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Plano não excederá 2% (dois por cento) das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, representativas do capital social total da Companhia, correspondente, nesta data, a 17.449.465 (dezessete milhões,	6.1. Sujeito aos ajustes previstos no item 11.2 abaixo, o número total de Ações que poderão ser adquiridas no âmbito do presente Plano, somado ao número de Ações Restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano de Ações Restritas, não excederão 2,5% (dois e meio por cento) das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, representativas do

	<p>quatrocentas e quarenta e nove mil, quatrocentas e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, contanto que o número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as Ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções.</p>	<p>capital social total da Companhia, correspondente, nesta data, a 20.311.831 (vinte milhões, trezentas e onze mil, oitocentos e trinta e uma) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, contanto que o número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as Ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções.</p>
--	---	---

Item	Atual	Proposto
1.1. Definições	(-)	“Plano de Opção de Compra” significa o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 08 de abril de 2015
6.1. Ações Sujeitas ao Plano	<p>6.1. O número total de Ações Restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano não excederá 0,5% (meio por cento) das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, representativas do capital social total da Companhia, correspondente, nesta data, a 4.062.366 (quatro milhões, sessenta e dois mil, trezentas e sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia.</p>	<p>6.1. O número total de Ações Restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do presente Plano, somado ao número total de Ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Plano de Opção de Compra não excederão 2,5% (dois e meio por cento) das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, representativas do capital social total da Companhia, correspondente, nesta data, a 20.311.831 (vinte milhões, trezentas e onze mil, oitocentos e trinta e uma) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia.</p>

É o que o Conselho de Administração tinha a propor e espera ser avaliado e aprovado pelos senhores acionistas.

* * *

Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores, por meio dos telefones +55 (11) 2322-5377 ou via e-mail: acoes@brf-br.com. Todos os documentos pertinentes a esta Assembleia, encontram-se à disposição dos acionistas nos sites <https://ri.brf-global.com/>, www.b3.com.br e www.cvm.gov.br.

São Paulo, 27 de março de 2020.

ÍNDICE

Anexos à Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária da BRF S.A., a ser realizada em 27 de abril de 2020.

Anexo I – Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia (Item 10 do Formulário de Referência da Companhia, conforme Instrução CVM nº480, de 7 de dezembro de 2009). p. 10

Anexo II – Informações sobre a destinação do lucro líquido (Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº481, de 17 de dezembro de 2009) p. 70

Anexo III - Informações sobre candidatos aos cargos de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal (Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009). p. 75

Anexo IV – Informações sobre a remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal (Item 13 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM nº480, de 7 de dezembro de 2009). p. 90

Anexo V – Cópia do Estatuto Social da Companhia com destaque da alteração proposta (Artigo 11, inciso I, da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009). p. 132

Anexo VI – Quadro comparativo da alteração proposta no Estatuto Social da Companhia com a indicação da justificativa. (Artigo 11, inciso II, da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009). p. 164

Anexo VII – Informações sobre os Contratos de Indenidade a serem celebrados com os novos membros do Conselho de Administração (Itens 3.4.2 e 7.11 do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2020). p. 165

Anexo VIII – Minuta dos Contratos de Indenidade a serem celebrados com os novos membros do Conselho de Administração. p. 169

* * *

BRF S.A.

Anexo I – Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia (Item 10 do Formulário de Referência da Companhia, conforme Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009)

10. Comentários dos diretores

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazos, incluindo empréstimos de terceiros, como também para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos.

A tabela abaixo apresenta a evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia, considerando suas demonstrações financeiras consolidadas:

Índices Em milhares de R\$	2019	2018	2017
Ativo circulante ¹	14.946.182	15.704.595	19.143.952
Passivo circulante ¹	13.324.005	13.357.111	14.874.377
Liquidez Corrente	1,12	1,18	1,29
Ativo circulante ¹	14.946.182	15.704.595	19.143.952
Ativo realizável a LP	9.455.356	7.549.076	6.586.544
Passivo circulante ¹	13.324.005	13.357.111	14.874.377
Passivo não circulante	20.228.277	20.361.960	18.641.322
Liquidez Geral	0,73	0,69	0,77
Alavancagem (Dívida líquida² / EBITDA Ajustado³)	2,50	5,12	4,46

(1) Para os exercícios sociais de 2019, 2018 e 2017, os ativos mantidos para venda e passivos diretamente relacionados a estes ativos não foram considerados para cálculo dos índices de liquidez corrente e liquidez geral.

(2) A Companhia calcula a dívida líquida como sendo o saldo de empréstimos e financiamentos, e instrumentos financeiros derivativos passivos deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos ativos. A dívida líquida é uma medida financeira e não é uma medida contábil segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, segundo o IFRS ou U.S. GAAP. Para o ano de 2018, utilizou-se a Dívida Líquida Pro-Forma⁴ para o cálculo da alavancagem.

(3) O EBITDA pode ser definido como lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, e é utilizado como uma medida de desempenho pela administração da Companhia. Para o ano de 2017, foi utilizado o EBITDA Pro-Forma⁵ para o cálculo da alavancagem. O EBITDA Ajustado é uma medida que parte do EBITDA e sofre ajustes para aproximar-se do potencial de geração bruta operacional de caixa. As duas métricas são utilizadas como medidas de desempenho pela administração da Companhia. Para o ano de 2017, foi utilizado o EBITDA Pro-Forma⁵ para o cálculo da alavancagem.

(4) Dívida Líquida Pro-Forma, incluindo a venda de todos os ativos na Argentina (R\$564 milhões), Europa e Tailândia (R\$1.138 milhões), da planta localizada em Várzea Grande- MT (R\$100 milhões), a parcela não cedida em 2018 para o FIDC (R\$200 milhões) e o ajuste cambial referente ao patamar de R\$/US\$ projetado no momento do anúncio do Plano de Reestruturação Operacional e Financeira datado de 29/06/2018 (R\$203 milhões).

⁽⁵⁾ EBITDA Pro-Forma, incluindo os resultados de janeiro a maio de 2017 da subsidiária Banvit, adquirida em maio de 2017.

2019

A BRF conclui o ano de 2019 com sólidos resultados financeiros, voltando a gerar lucro. A estabilidade da gestão e a excelência na execução foram fundamentais para que a Companhia conseguisse atingir esses resultados. Em 2019, a Companhia reviu fundamentos, aperfeiçoou sua estratégia, reforçou o valor de suas marcas, fortaleceu sua capacidade operacional, investiu no lançamento de novos produtos e executou com disciplina o plano de desinvestimento e o plano estratégico concebidos em 2018.

Sua estratégia de longo prazo contemplou, para o ano de 2019, a reversão da tendência declinante de sua rentabilidade. A BRF superou esse objetivo por meio de uma evolução de sua margem bruta, de 16,1% em 2018 para 24,1% em 2019, fruto do crescimento da sua receita líquida em mais de R\$3,2 bilhões ou 10,8% no período.

O desempenho financeiro da Companhia em 2019 consolidou a redução da alavancagem financeira líquida, medida pela razão entre dívida líquida e EBITDA Ajustado. A geração de caixa livre auferida em 2019, associada aos recursos oriundos das vendas de ativos de Argentina, Europa e Tailândia, promoveu uma redução na dívida líquida de R\$15,6 bilhões em 2018 para R\$13,3 bilhões em 2019, com alongamento do prazo médio para 4,6 anos. O EBITDA Ajustado das operações continuadas, por sua vez, teve uma expansão de R\$2,5 bilhões para R\$5,3 bilhões no período, uma evolução de 116,0%. Consequentemente, o indicador de alavancagem líquida reduziu-se para 2,50x, abaixo dos 5,12x reportado no fim de 2018 e aproximando-se da meta de longo prazo de 1,5x a 2,0x. Ainda que excluídos os efeitos decorrentes da adoção do IFRS 16 no EBITDA Ajustado de 2019, a alavancagem financeira líquida da Companhia teria atingido 2,83x. Esse desempenho permitiu a elevação das perspectivas para as notas de crédito da Companhia pelas agências de rating S&P e Moody's.

No Brasil, a Companhia apresentou evolução no desempenho, fruto da melhor execução comercial, menor ruptura devido à melhoria da eficiência logística, rígido controle dos níveis de estoques, otimização do mix de produtos e rentabilização dos canais de vendas. A campanha de comemorativos apresentou o melhor desempenho desde 2015.

No mercado Halal, a BRF continuou enfrentando alguns obstáculos, seja por conta das restrições de embarques para o mercado iraquiano a partir da Turquia, o que impactou a sua subsidiária Banvit, seja em decorrência da suspensão da planta de processados de Abu Dhabi para o mercado saudita. Face a estas medidas, a Companhia redirecionou os volumes para mercados adjacentes, mantendo o volume agregado comercializado no mercado Halal. Recentemente, a BRF recebeu a notícia sobre a suspensão temporária, pela autoridade sanitária saudita, das suas plantas localizadas no Estado do Paraná, Dois Vizinhos e Francisco Beltrão. Imediatamente, iniciou-se protocolo de redirecionamento de produção para as demais cinco plantas habilitadas para a Arábia Saudita, ao mesmo tempo em que conduziu-se tratativas com representantes para elucidação de qualquer questão para reversão dessa decisão. Somado a isto, a Companhia anunciou, em outubro de 2019, uma nova planta de processados, a qual receberá investimento de, aproximadamente, US\$120 milhões e consolidará presença da Companhia na região.

Nos demais mercados internacionais, a Companhia continua com uma dinâmica favorável, beneficiada principalmente pela demanda asiática, decorrente do alastramento da peste suína africana. Em 2019, a BRF avançou com suas iniciativas de expansão de mercados, tendo conquistado 25 novas habilitações, dentre as quais destacaram-se as unidades aprovadas para a China – Lucas do Rio Verde/MT (aves e suínos), Lajeado/RS (suínos) e Campos Novos/SC (miúdos suínos).

A Companhia apresentou uma receita líquida das operações continuadas de R\$33.446.980 (10,8% acima de 2018). O crescimento foi marcado pelo melhor desempenho comercial em todas as regiões. O resultado operacional, medido pelo EBIT, foi de R\$2.952.773, com lucro líquido de R\$ 1.213.261. Incluindo o resultado das operações descontinuadas o lucro líquido consolidado, seria de R\$ 297.452.

A dívida líquida da Companhia totalizou em R\$13.268.963, 15,4% abaixo da registrada em 2018, impactada pela geração de caixa livre, parcialmente compensada por efeitos não caixa (variação cambial) e pelos efeitos da descontinuação das empresas desinvestidas no ano de 2019.

As despesas financeiras líquidas totalizaram R\$1.865.399 em 2019, 16,8% menor em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia totalizou o valor de R\$8.148.349, acima dos R\$7.531.777 registrados em 31 de dezembro de 2018, em função do lucro acumulado e de outros resultados abrangentes auferidos no período.

2018

O ano de 2018 foi o mais desafiador da história de 10 anos da BRF e testou a sua capacidade de reação e de respostas. Foi também o ano em que a Companhia realizou um dos maiores conjuntos de ajustes de gestão, patrimoniais e financeiros de sua história, construindo as bases para a recuperação da Companhia.

Medidas protecionistas que fecharam importantes mercados importadores, a pressão de custos em um mercado doméstico onde não foi possível repassar preços e a greve dos caminhoneiros estão entre os principais elementos externos deste período. Os problemas de governança, a extensa desestruturação de equipes, sistemas e processos e uma segunda fase de operações de investigações policiais foram outros elementos a compor este cenário de desafios. As consequências mais visíveis no negócio e que a Companhia enfrentou ao longo de 2018 foram a queda das margens, um elevado aumento do endividamento e a constituição de estoques de matéria-prima muito superiores ao nível desejável. Se excluídos esses fatores não recorrentes, o resultado negativo seria muito inferior.

A Companhia reconhece que os resultados de 2018 deixaram muito a desejar. Eles evidentemente não refletem a sua visão sobre o potencial máximo de geração de valor para a sociedade e seus acionistas. Mas ainda assim, 2018 terá sido um ano fundamental para a reconstrução da empresa e para o início de sua recuperação, porque foi quando foram plantadas as sementes de mudanças estruturais na estratégia e na sua operação.

A Companhia apresentou uma receita líquida das operações continuadas de R\$30.188,4 milhões (6,6% acima de 2017), com destaque para as unidades comerciais do Brasil e Halal. O resultado operacional, medido pelo EBIT, foi de R\$206,3 milhões, com prejuízo líquido de R\$ 2.114,5 milhões. Incluindo o resultado das operações descontinuadas o prejuízo líquido consolidado seria de R\$ 4.466,2 milhões, principalmente pelo resultado do impairment das operações descontinuadas e de Várzea Grande, no montante de R\$2.533 milhões.

A dívida líquida da Companhia totalizou R\$15.610,0 milhões, 17,3% acima da registrada em 2017, impactada pelos efeitos financeiros da dívida bruta, bem como consumo de caixa livre no ano de 2018. Esse aumento resultou em uma dívida líquida *pro-forma* sobre EBITDA ajustado de 12 meses de 5,12x no fim do período de 2018.

As despesas financeiras líquidas totalizaram R\$2.241,5 milhões em 2018, 19,1% maior em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia totalizou o valor de R\$7.531,8 milhões, abaixo dos R\$11.712,8 milhões registrados em 31 de dezembro de 2017, em função do prejuízo acumulado do ano, bem como da menor reserva de lucro no período.

2017

O ano de 2017 ficou marcado por eventos desafiadores para a indústria de alimentos, permeado por um ambiente macroeconômico brasileiro ainda em estágio inicial de recuperação. Apesar disso, a Companhia conduziu mudanças importantes no modelo de gestão, visando sustentar seu crescimento

e rentabilidade no longo prazo. Unidades de negócio foram consolidadas em uma única divisão internacional, cujo escopo corporativo passou a atuar de forma mais integrada e global.

No Brasil, a Companhia aumentou a sua base de clientes atendidos, encerrando o ano com 187 mil clientes, ao passo que continuou elevando os níveis de serviços prestados. Reforçou o posicionamento das marcas Sadia, Qualy e Perdigão com mais de 70 inovações, dentre elas o relançamento bem-sucedido da categoria de lasanhas da marca Perdigão, após o fim de todas as restrições impostas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") há cinco anos. Destaca-se, na virada de 2017 para 2018, o lançamento de Kidelli, nova marca focada em um novo segmento de mercado para a Companhia. Além disso, a Companhia continuou focada no crescimento global, via sinergias nas aquisições e parcerias locais pelo Oriente Médio, principalmente. Destaca-se o início das operações da OneFoods, subsidiária com sede em Dubai dedicada ao mercado muçulmano, bem como a aquisição e consolidação da Banvit, maior produtora de aves na Turquia, realizada em parceria com o Qatar Investment Authority ("QIA").

A Companhia apresentou uma receita líquida das operações continuadas de R\$28.314,2 milhões em 2017 (1,5% acima de 2016), com destaque para as unidades comerciais do Brasil e Halal. O resultado operacional, medido pelo EBIT, foi de R\$663,2 milhões, com prejuízo líquido de R\$ 966,8 milhões. Incluindo o resultado das operações descontinuadas, o prejuízo líquido consolidado seria de R\$ 1.098,9 milhões.

A dívida líquida da Companhia totalizou R\$13.309,8 milhões, 19,5% acima da registrada em 2016, impactada pela aquisição da Banvit, bem como efeitos financeiros de variação cambial e derivativos. Esse aumento resultou em uma dívida líquida sobre EBITDA (últimos doze meses) de 4,46x no fim do período de 2017.

As despesas financeiras líquidas totalizaram R\$1.881,8 milhões em 2017, 3,0% menor em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Companhia totalizou o valor de R\$11.712,8 milhões, abaixo dos R\$12.219,4 milhões registrados em 31 de dezembro de 2016, em função do prejuízo acumulado do ano, bem como da menor reserva de lucro no período.

b. Estrutura de Capital

Em 31 de dezembro de 2019, a estrutura de capital da Companhia era composta de 30% de capital próprio¹ e 70% de capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2018, a estrutura de capital da Companhia era composta de 25% de capital próprio e 75% de capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2017, a estrutura de capital da Companhia era composta de 36% de capital próprio e 64% de capital de terceiros.

O padrão de financiamento da Companhia baseia-se na utilização de recursos próprios e de terceiros, sendo este último relacionado à captação de recursos junto a instituições financeiras e/ou emissão de dívidas no mercado de capitais nacional e internacional. Mais detalhes sobre a utilização de capital de terceiros pela Companhia podem ser obtidos no item 10.1.f. abaixo.

⁽¹⁾ A representatividade do capital próprio é mensurada pela relação entre o Patrimônio Líquido e o total do Endividamento Bruto acrescido do Patrimônio Líquido.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando que 83,2% do endividamento bruto em 2019 era de longo prazo e que a Companhia mantém disponibilidades de R\$5.259,6 milhões frente aos seus compromissos financeiros de curto prazo, equivalentes a R\$3.132,0 milhões, a Companhia avalia sua capacidade de pagamento como confortável. Ademais as disponibilidades são suficientes para pagamento dos compromissos financeiros até 2022.

O cronograma de vencimento do endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é o seguinte:

	Consolidado (R\$ milhares)
	31.12.19
2020	3.132.028
2021	1.906.989
2022	2.123.475
2023	2.421.966
2024 em diante	9.035.821
	18.620.279

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de liquidez da Companhia têm sido a geração de caixa de suas atividades operacionais, empréstimos e outros financiamentos. Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia captou recursos por meio de operações de empréstimos e financiamentos junto ao mercado financeiro e de capitais, os quais foram empregados no financiamento de suas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo (vide item 10.1.f para maiores detalhes sobre contratos de empréstimos e financiamento relevantes).

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia contratará novas operações de empréstimos e financiamentos junto ao mercado financeiro e de capitais quando identificar a necessidade de recursos adicionais para financiar o plano de investimentos de longo prazo ou com o objetivo de continuar melhorando o perfil do seu endividamento.

Sempre que possível, a Companhia priorizará captações de longo prazo e custos atrativos com objetivos específicos, junto aos órgãos de fomento como Banco de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e Financiamento de Estudos e Projetos ("FINEP"), entre outros, sendo que os recursos serão utilizados para financiar essencialmente capital fixo.

A Companhia acredita que essas fontes de financiamento serão suficientes para cobrir suas necessidades de capital de giro e de investimentos no curso normal de seus negócios.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A principal fonte de endividamento da Companhia é a captação de recursos destinados ao financiamento dos seus investimentos em imobilizado e capital de giro. Em 2019, os empréstimos e financiamentos da Companhia totalizaram R\$18.620,3 milhões, dos quais R\$7.613,8 milhões estavam denominados em moeda local e R\$11.006,5 milhões em moeda estrangeira, primariamente em dólares norte-americanos. Em 2018, os empréstimos e financiamentos da Companhia totalizaram R\$22.165,4 milhões, dos quais R\$10.627,1 milhões estavam denominados em moeda local e R\$11.538,3 milhões em moeda estrangeira, primariamente em dólares norte-americanos. Em 2017, os empréstimos e financiamentos da Companhia totalizaram R\$20.444,4 milhões, dos quais R\$9.343,0 milhões estavam

denominados em moeda local e R\$11.101,3 milhões em moeda estrangeira, majoritariamente em dólares norte-americanos.

A Companhia utiliza os recursos líquidos obtidos por meio de financiamento para gastos de capital, gastos associados ao processo produtivo e para manutenção de liquidez disponível. A tabela abaixo apresenta o endividamento da Companhia (de acordo com o tipo de dívida e a moeda) líquido de caixa, equivalentes de caixa e títulos negociáveis para os exercícios sociais indicados:

	Em 31 de dezembro				
	Curto prazo em 31 de dezembro de 2019	Longo prazo em 31 de dezembro de 2019	2019	2018	2017
	(em milhares de reais, exceto onde indicado)				
Dívida Total	(3.132.029)	(15.488.250)	(18.620.279)	(22.165.444)	(20.444.378)
Outros ativos e passivos financeiros, líquido	41.712	49.988	91.700	(52.696)	(208.955)
Caixa, caixa e equivalentes e títulos negociáveis:					
Moeda nacional	2.004.993	45.963	2.050.956	5.341.288	4.940.885
Moeda estrangeira	2.947.268	261.389	3.208.657	1.187.555	2.402.803
Total	<u>4.952.261</u>	<u>307.352</u>	<u>5.259.613</u>	<u>6.528.843</u>	<u>7.343.688</u>
Dívida Líquida	<u>1.861.944</u>	<u>(15.130.910)</u>	<u>(13.268.966)</u>	<u>(15.689.297)</u>	<u>(13.309.645)</u>

A tabela abaixo apresenta uma discriminação adicional do endividamento da Companhia por tipo de dívida:

	Dívida de Curto Prazo em 31 de dezembro de 2019	Dívida de Longo Prazo em 31 de dezembro de 2019	Dívida Total em 31 de dezembro de 2019	Dívida Total em 31 de dezembro de 2018	Dívida Total em 31 de dezembro de 2017
(em milhares de R\$)					
Linhas de Crédito de Bancos de Desenvolvimento	45.516	-	45.516	264.545	570.082
Debêntures	13.029	742.731	755.760	-	-
Linhas de Crédito de Exportação	26.624	1.585.741	1.612.365	1.625.327	1.889.198
Bonds	-	-	-	-	503.802
Linhas de Crédito de Capital de Giro	1.568.613	1.744.026	3.312.639	5.863.023	2.555.363
Empréstimo PESA	284.308	-	284.308	273.426	249.366
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	891.369	706.078	1.597.447	2.597.502	3.571.652
Incentivos Fiscais	5.720	-	5.720	3.317	3.566
Moeda nacional	2.835.179	4.778.576	7.613.755	10.627.140	9.343.029
Linhas de Crédito de Exportação	104.972	302.303	407.275	1.383.192	2.150.728
Bonds	115.288	10.292.196	10.407.484	9.746.446	8.529.921
Linhas de Crédito de Bancos de Desenvolvimento	-	-	-	-	3.572
Adiantamentos de contratos de câmbio	-	-	-	214.192	-
Linhas de Crédito de Capital de Giro	76.590	115.175	191.765	194.474	417.128
Moeda estrangeira	296.850	10.709.674	11.006.524	11.538.304	11.101.349
Total:	<u>3.132.029</u>	<u>15.488.250</u>	<u>18.620.279</u>	<u>22.165.444</u>	<u>20.444.378</u>

As tabelas a seguir apresentam informações selecionadas sobre o valor do endividamento da Companhia nos últimos três exercícios sociais:

Empréstimos e Financiamentos Circulante e Não Circulante 2019-2018

(Em R\$ milhares)

Consolidado										
	Encargos (a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	PMPV ⁽¹⁾	Saldo 31.12.18	Tomado	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Var. Camb	Saldo 31.12.19
Moeda nacional										
Capital de giro	Pré-fixado / CDI	6,07% (7,78% em 31.12.18)	1,2	5.863.023	1.193.616	(3.745.967)	(421.600)	423.567	-	3.312.639
Linha de crédito de exportação	CDI	5,83% (9,02% em 31.12.18)	8,7	1.625.327	(22.403)	(31.700)	(108.845)	149.986	-	1.612.365
Linhas de crédito de bancos de desenvolvimento	Pré-fixado / Selic / TJLP	5,09% (6,16% em 31.12.18)	0,3	264.545	-	(223.077)	(7.005)	11.053	-	45.516
Debêntures	CDI / IPCA	7,90%	6,2	-	742.250	(15)	(16.372)	29.897	-	755.760
Programa especial de saneamento de ativos	IGPM	12,22% (12,45 em 31.12.18)	0,2	273.426	-	-	(8.554)	19.436	-	284.308
Incentivos fiscais	Pré-fixado	2,40% (2,40% em 31.12.18)	-	3.317	70.203	(67.805)	(570)	575	-	5.720
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	CDI / IPCA	6,73% (6,08% em 31.12.18)	2,5	2.597.502	-	(999.905)	(139.633)	139.483	-	1.597.447
				10.627.140	1.983.666	(5.068.469)	(702.579)	773.997	-	7.613.755
Moeda estrangeira										
Bonds	Pré-fixado + v.c. USD e EUR	4,36% (4,07% em 31.12.18)	6,0	9.746.446	3.082.040	(2.906.635)	(504.774)	648.991	341.416	10.407.484
Linhas de crédito de exportação	LIBOR + v.c. USD	5,54% (2,47% em 31.12.18)	3,2	1.383.192	-	(948.646)	(31.277)	28.937	(24.931)	407.275
Adiantamentos de contratos de câmbio	Pré-fixado + v.c. USD	(4,67% em 31.12.18)	-	214.192	92.750	(327.469)	(10.249)	12.831	17.945	-
Capital de giro	Pré-fixado + v.c. TRY	16,56% (21,91% em 31.12.18)	1,1	194.474	240.702	(229.919)	(41.974)	42.237	(13.755)	191.765
				11.538.304	3.415.492	(4.412.669)	(588.274)	732.996	320.675	11.006.524
				22.165.444	5.399.158	(9.481.138)	(1.290.853)	1.506.993	320.675	18.620.279
Curto Prazo				-	-	-	-	-	-	3.132.029
Longo Prazo				-	-	-	-	-	-	15.488.250

Empréstimos e Financiamentos Circulante e Não Circulante 2018-2017

(Em R\$ milhares)

	Consolidado														
	Encargos (a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	PMPV ⁽¹⁾	Circulante	Não Circulante	Saldo 31.12.18	Descontinuadas	Lib Apl	Amort/Resg	Juros pagos / Receb.	Juros apropriados	Soma de valor justo	Var. Cab	Var. Monet	Saldo 31.12.17
Moeda nacional															
Capital de giro	Taxa Fiza / 118% do CDI (7,78% em 31.12.17)	7,78% (7,78% em 31.12.17)	1,7	1.695,390	4.167.633	5.863.023		4.431.145	(1.235.896)	(149.702)	262.113	-	-	-	2.555.363
Linha de crédito de exportação	109,45% do CDI (100,35% em 31.12.17)	9,02% (6,91% em 31.12.17)	3,2	39,294	1.586.033	1.625.327		1.621.124	(1.850.000)	(188.743)	153.747	-	-	-	1.889
Linhas de crédito de bancos de desenvolvimento	Taxa Fixa / Selic / TJLP + 1,25% (Selic / Taxa Fixa/ TJLP + 1,48% em 31.12.17)	6,16% (6,78% em 31.12.17)	1,1	220.414	264.198	264.545		-	(315.113)	(20.346)	29.929	-	-	-	570.082
Bonds	7,75% (7,75% em 31.12.17)	7,75% (7,75 em 31.12.17)	0,1	-	-	-		-	(500.000)	(19.375)	15.573	-	-	-	503.802
Programa especial de saneamento de ativos	Taxa Fixa / IGPM + 4,90% (Taxa Fixa / IGPM + 4,90% em 31.12.17)	12,45% (4,36 em 31.12.17)	1,4	3.761	269.665	273.426		-	-	(8.101)	32.161	-	-	-	249.366
Incentivos fiscais	2,40% (2,40% em 31.12.17)	2,40 (2,40% em 31.12.17)	0,5	3.317	-	3.317		57,246	(57,500)	(445)	451	-	-	-	3.566
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	96,40% DO cdi / ipca + 5,897% (96,5 CDI / IPCA 5,897 em 31.12.17)	6,08% (7,41% em 31.12.17)	1,6	1.114.904	1.482.598	2.597.502		-	(996.985)	(223.143)	245.978	-	-	-	3.571.652
				3.077.080	7.550.060	10.627.140		6.109.515	(4.955.500)	(609.855)	739.951	-	-	-	9.343.030
Moeda estrangeira															
Bonds	4,07% (4,08% 31.12.17) + v.c. UR\$, EUR e ARS	4,07% (4,08% 31.12.17) + v.c. UR\$, EUR e ARS	4,8	99.568	9.646.878	9.746.446	(87.113)	-	(14.791)	(466.552)	506.484	-	1.278.498	-	8.529.919
Linhas de crédito de exportação	Libor + 0,25% (LIBOR = 1,85% em 31.12.17) + v.c. UR\$	2,47% (3,35% em 31.12.17) + v.c. UR\$	0,8	998.730	384.462	1.383.192		8.395	(1.067.367)	(75.878)	67.621	-	299.692	-	2.150.727
Capital de giro	0,00% (23,10% 31.12.17) + v.c. ARS / + v.c. USD	0,00% (23,10% 31.12.17) + v.c. ARS / + v.c. USD	-	-	-	-	(68.660)	813.279	(898.283)	(3.623)	46.025	-	(56.616)	-	167.888
Linhas de crédito de bancos de desenvolvimento	-	0,00% (6,22% em 31.12.17) + v.c. US\$ e outras moedas	-	-	-	-		-	(3.850)	(192)	471	-	-	-	3.572
Outras dividas garantidas e arrendamento	0,00% (0,00% 31.12.17) + v.c. ARS	0,00% (0,00% 31.12.17) + v.c. ARS	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos de contratos de câmbio	(4,67% + v.c. UR\$)	(4,67% + V.C. US\$)	0,8	214.192	-	214.192		208.474	-	-	1.077	-	4.641	-	-
Capital de giro	21,91% + V.C. try (15,95% v.c. TRY em 31.12.17)	21,91% + v.c. TRY (15,95% + v.c. TRY em 31.12.17)	0,7	157.819	36.655	194.474		193.058	(216.610)	(21.057)	35.934	-	(46.091)	-	249.240
				1.470.309	10.067.995	11.538.304	(155.773)	1.223.206	(2.220.902)	(567.311)	657.612	-	1.480,123	-	11.101.346

4.547.389	17.618.055	22.165.444	(155.773)	7.332.721	(7.156.402)	(1.177.166)	1.397.563	-	1.480,123	-	20.444.376
-----------	------------	------------	-----------	-----------	-------------	-------------	-----------	---	-----------	---	------------

Empréstimos e Financiamentos Circulante e Não Circulante 2017-2016

(Em R\$ milhares)

Consolidado															
Moeda nacional	Encargos (a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	PMPV ⁽¹⁾	Circulante	Não Circulante	Saldo 31.12.17	Tomado de Combinação de negócios ⁽²⁾	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Variação cambial	Atualização Monetária	Circulante	Não Circulante	Saldo 31.12.16
Capital de giro	7,79% (8,90% em 31.12.16)	7,79% (8,90% em 31.12.16)	0,8	1.631.469	923.894	2.555.363	3.579.445	-	(2.400.985)	(162.218)	212.995	-	-	1.326.126	- 1.326.126
Certificado de recebíveis do agronegócio	96,51% do CDI / IPCA + 5,90% (96,50% do CDI / IPCA + 5,90% em 31.12.16)	7,41% (13,43% em 31.12.16)	2,4	1.097.882	2.473.770	3.571.652	780.000	-	(779.190)	(393.809)	334.574	-	-	168.110	3.461.967 3.630.077
Linhas de crédito de bancos de desenvolvimento	Taxa fixa/Selic/TJLP + 1,48% (Taxa fixa/Selic/TJLP + 0,75% em 31.12.16)	6,78% (7,93% em 31.12.16)	1,7	3 13.311	256.771	570.082	62.439	-	(403.772)	(37.256)	47.359	196	20.104	381.303	499.709 881.012
Bonds	7,75% (7,75% em 31.12.16)	7,75% (7,75% em 31.12.16)	0,4	5 03.802	-	503.802	-	-	- (38.750)	46.425	-	(6.806)	4.140	498.793	502.933
Linhas de crédito de exportação	100,35% do CDI (13,68% em 31.12.16)	6,91% (13,68% em 31.12.16)	1,2	39.198	1.850.000	1.889.198	-	-	- (214.311)	181.212	-	-	72.297	1.850.000	1.922.297
Programa especial de saneamento de ativos	Taxa fixa / IGPM + 4,90% (Taxa fixa / IGPM + 4,90% em 31.12.16)	4,36% (12,09% em 31.12.16)	2,2	3.532	245.834	249.366	-	-	- (8.055)	9.736	(1.662)	(2.209)	3.546	248.010	251.556
Outras dívidas garantidas	(8,50% em 31.12.16)	(8,50% em 31.12.16)	-	-	-	-	-	-	(129.874)	(8.904)	9.185	-	11	32.331	97.251 129.582
Incentivos fiscais	2,40% (2,40% em 31.12.16)	2,40% (2,40% em 31.12.16)	0,5	3.566	-	3.566	34.405	-	(30.911)	(220)	220	-	-	72	- 72
				3.592.760	5.750.269	9.343.029	4.456.289	-	(3.744.732)	(863.523)	841.706	(1.466)	11.100	1.987.925	6.655.730 8.643.655
Moeda estrangeira															
Bonds	4,08% (4,71% em 31.12.16) + v.c. US\$, EUR e ARS	4,08% (4,71% em 31.12.16) + v.c. US\$, EUR e ARS	6,0	1 05.080	8.424.841	8.529.921	77.129	-	(395.970)	(382.020)	410.433	326.687	-	489.229	8.004.433 8.493.662
Linhas de crédito de exportação	LIBOR + 1,85% (LIBOR + 2,71% em 31.12.16) + v.c. US\$	3,35% (3,85% em 31.12.16) + v.c. US\$	2,2	9 53.502	1.197.226	2.150.728	3.576.033	-	(2.981.166)	(98.501)	105.475	238.293	-	312.219	998.375 1.310.594
Adiantamentos de contratos de câmbio	(2,39% em 31.12.16) + v.c. US\$	(2,39% em 31.12.16) + v.c. US\$	-	-	-	-	4.065	-	(203.396)	(4.741)	347	(9.115)	-	212.840	- 212.840
Linhas de crédito de bancos de desenvolvimento	UMBNDDES + 1,73% (UMBNDDES + 2,10% em 31.12.16) + v.c. US\$ e outras moedas	6,22% (6,24% em 31.12.16) + v.c. US\$ e outras moedas	1,0	2.613	959	3.572	-	-	(5.906)	(372)	1.213	(264)	-	5.883	3.018 8.901

Capital de giro	23,10% (14,28% em 31.12.16) + v.c. ARS	23,10% (14,28% em 31.12.16) + v.c. ARS /+ 15,95% + v.c TRY	1,5	1 28.156	39.732	167.888	1.584.848	-	(1.629.418)	(19.777)	59.246	(119.739)	-	236.908	55.820	292.728
Capital de giro	23,10% (14,28% em 31.12.16) + v.c. ARS	23,10% (14,28% em 31.12.16) + v.c. ARS /+ 15,95% + v.c TRY	0,1	2 49.240	-	249.240	-	389.151	(40.644)	(41)	5.103	(104.329)	-	-	-	-
				1.438.591	9.662.758	11.101.349	5.242.075	389.151	(5.256.500)	(505.452)	581.817	331.533	-	1.257.079	9.061.646	10.318.725
				5.031.351	15.413.027	20.444.378	9.698.364	389.151	(9.001.232)	(1.368.975)	1.423.523	330.067	11.100	3.245.004	15.717.376	18.962.380

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os principais instrumentos de dívida vigentes em 30 de dezembro de 2019 estão descritos abaixo.

Endividamento em Moeda Nacional

Linhas de Crédito de Bancos de Desenvolvimento

Linhas de Crédito BNDES FINEM. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía obrigações em aberto perante o BNDES, incluindo empréstimos obtidos no âmbito do programa FINEM no montante de R\$45,5 milhões. Os empréstimos com o BNDES foram celebrados para financiar a aquisição de maquinários e equipamentos, bem como a construção, melhoria e expansão das instalações produtivas. O valor do principal e os juros desses empréstimos são geralmente pagos mensalmente, com datas de vencimento ao longo 2020. O valor do principal dos empréstimos está denominado em reais com taxas de juros sujeitas às variações da TJLP e Selic. Esses empréstimos estão incluídos na linha de "Linha de crédito de bancos de desenvolvimento – Moeda Nacional" das tabelas acima.

Linhas de Crédito de Capital de Giro

Financiamento de Crédito Rural. A Companhia possui empréstimos no curto prazo no montante de R\$3.312,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 com bancos comerciais que, sob um programa do Governo Federal oferece taxas de juros atrativas focada no incentivo das atividades rurais com vencimento entre 2020 e 2022. Os recursos desses empréstimos geralmente são aplicados e estão incluídas na linha de "Capital de giro – Moeda Nacional" das tabelas acima. Para 2020, pré-pagamos parte desses empréstimos, totalizando R\$ 2,2 bilhões. Essas linhas de crédito estão incluídas na linha "Capital de giro — moeda local" na tabela acima.

Linhas de Crédito de Exportação

Linhas de pré-financiamento para exportação. A Companhia possui uma linha de pré-financiamento para exportação com saldo total de R\$1.612,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. O endividamento no âmbito dessas linhas de crédito é denominado em reais com datas de vencimento entre 2020 e 2023. Esses empréstimos estão incluídos na linha "Linha de crédito de exportação – Moeda Nacional" das tabelas acima.

Empréstimo PESA

PESA. A Companhia possui um empréstimo obtido junto ao Programa Especial de Saneamento de Ativos, com saldo de R\$284,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, que está sujeito à variação do IGP-M mais juros de 4,9% por ano, e é garantido por fiança e penhor de títulos públicos de dívida. Esse empréstimo está incluído na linha "Programa especial de saneamento de ativos – Moeda Nacional" das tabelas acima.

Incentivos Fiscais

Incentivos Fiscais Estaduais. A Companhia também possui créditos oferecidos no âmbito de programas de incentivo fiscal estadual para promover investimento nesses estados, com saldo de R\$5,7 milhão em 31 de dezembro de 2019. Sob esses programas, foi concedido à Companhia crédito proporcional ao pagamento do ICMS gerado pelos investimentos na construção ou expansão das unidades de produção nesses estados. Esses créditos possuem um prazo de 20 anos e taxas de juros fixa. Essas linhas de crédito são incluídas na linha "Incentivos fiscais – Moeda Nacional" das tabelas acima.

Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA")

Em 19 de abril de 2016, a BRF concluiu a emissão de CRA referente à distribuição pública da 1ª Série da 9ª Emissão da Octante Securitizadora S.A., no valor de R\$ 1,0 bilhão líquido de juros, emitidos com cupom de 96,50% da taxa de Depósito Interbancário do valor total. a taxa de Depósito Interbancário

("DI"), e juros pagos a cada nove meses. Os CRA eram lastreados em créditos decorrentes das exportações da Companhia contratadas com a BRF Global GmbH, os quais foram cedidos à referida securitizadora. Os CRAs venceram e foram pagos em 19 de abril de 2019.

Em 16 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu a emissão de CRA vinculados a oferta pública de distribuição da 1ª e 2ª Série da 1ª Emissão da Vert Companhia Securitizadora, no montante de R\$1.500.000, líquido de juros. A emissão da 1ª Série totalizou R\$780 milhões ao custo de 96,00% da taxa de Depósito Interbancário, com vencimento do principal em parcela única em 16 de dezembro de 2020 e juros pagos a cada 8 meses. A emissão da 2ª Série, por sua vez, totalizou R\$720 milhões, ao custo de 5,8970% a.a. atualizado pela variação do IPCA, com vencimento do principal em parcela única em 18 de dezembro de 2023 e juros pagos a cada 16 ou 18 meses. Os CRA são lastreados em créditos decorrentes das exportações da Companhia contratadas com a BRF Global GmbH e BRF Foods GmbH e foram cedidos e/ou prometidos à referida securitizadora. Em 15 de agosto de 2017, os CRA relativos à 1ª. Série foram transferidos para a empresa SHB Comércio e Indústria de Alimentos S.A. ("SHB"), subsidiária da Companhia, baseado nas exportações entre SHB e BRF Foods GmbH. As condições negociadas na data de emissão permanecem em vigor. Em 31 de dezembro de 2018, os CRA da 1ª Série foram transferidos para a BRF, devido à incorporação da empresa SHB Comércio e Indústria de Alimentos S.A. Essa operação está incluída na linha de "Certificado de Recebíveis do Agronegócio – Moeda Nacional" das tabelas acima. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto dessa linha totalizou R\$1.597,4 milhões, sendo os saldos das 1ª e 2ª Séries, respectivamente, R\$794,6 milhões e R\$802,9 milhões.

1ª Emissão de Debêntures ("Debêntures")

Em 30 de abril de 2019, foram subscritas 750.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando o montante de R\$750,0 milhões, sendo emitidas em 3 séries. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com esforços restritos. Os montantes subscritos para as 1ª, 2ª e 4ª séries foram, respectivamente, R\$70,0 milhões, R\$411,7 milhões e R\$268,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo atualizado totalizou R\$755,8 milhões. Os saldos para as 1ª, 2ª e 4ª séries totalizaram, respectivamente, R\$70,3 milhões, R\$416,0 milhões e R\$269,4 milhões, em 31 de dezembro de 2019.

Endividamento em Moeda Estrangeira

Linhas de Crédito à Exportação

Linhas de pré-financiamento para exportação. A Companhia possui diversas linhas de pré-financiamento para exportação, com saldo total de R\$407,3 milhões, em 31 de dezembro de 2019. O endividamento no âmbito dessas linhas de crédito é geralmente denominado em dólares norte-americanos, com datas de vencimento entre 2020 e 2023. Os juros dessas linhas acumulam no período de seis e doze meses e são equivalentes a LIBOR mais spread. No âmbito de cada uma dessas linhas, a Companhia recebeu um empréstimo de um ou mais credores garantido por recebíveis relativos às exportações de seus produtos a clientes específicos, como em todas as operações desta natureza.

Linhas de Capital de Giro

Capital de giro em moeda estrangeira. São recursos obtidos junto a instituições financeiras internacionais, usados principalmente como capital de giro principalmente das subsidiárias localizadas na Turquia, no valor de R\$191,8 milhões e com vencimentos ao longo de 2020. Estas linhas de crédito estão incluídas na linha de "Capital de giro - Moeda estrangeira" das tabelas acima.

Títulos - Bonds

BFF Notes 2020: Em 28 de janeiro de 2010, a BFF International Limited, subsidiária da Companhia, emitiu *Senior Notes* no valor total de US\$750,0 milhões, cujos títulos são garantidos pela BRF, com

taxa de juros nominal de 7,25% a.a., taxa efetiva de 7,54% a.a. e vencimento em 28.01.20. Em 20 de junho de 2013, o montante de US\$120,7 milhões desses *Senior Notes* foi trocado por *Senior Notes BRF 2023*. Em 15 de maio de 2014, o montante de US\$409,6 milhões foi recomprado com parte dos recursos obtidos pelo *Senior Notes BRF 2024*. Em 28 de maio de 2015, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US\$101,4 milhões, de forma que o saldo remanescente totalizou US\$118,3 milhões, sendo pago prêmio na transação, líquido de juros, no valor de US\$16,0 milhões (equivalente a R\$52,0 milhões). Em 14 de setembro de 2016, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US\$32,2 milhões (equivalente a R\$104,9 milhões), sendo pago prêmio na transação, líquido de juros, no valor de US\$4,91 milhões (equivalente a R\$13,4 milhões). O prêmio pago aos detentores dos títulos existentes foi registrado como despesa financeira. Em 22 de novembro de 2019, a Companhia concluiu um resgate integral (*make-whole*) do valor remanescente em circulação totalizando US\$86,1 milhões, sendo o prêmio pago na transação no valor de US\$0,813 milhão (equivalente a R\$ 3,43 milhões), líquido de juros. Dito prêmio, pago aos detentores de títulos existentes, foi registrado como despesa financeira.

Senior Notes BRF 2022: Em 06 de junho de 2012, a Companhia emitiu *Senior Notes* no valor nominal total de US\$500,0 milhões, taxa de juros nominais de 5,88% a.a., taxa efetiva de 6,00% a.a. e vencimento em 06 de junho de 2022. Em 26 de junho de 2012, a Companhia fez uma captação adicional de US\$250,0 milhões, com taxa de juros nominais de 5,88% a.a. e taxa efetiva de 5,50% a.a. Em 28 de maio de 2015, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US\$577,1 milhões, de forma que o saldo remanescente totalizou US\$172,9 milhões, sendo o pago prêmio na transação, líquido de juros, no valor de US\$79,4 milhões (equivalente a R\$258,6 milhões). Em 14 de setembro de 2016, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US\$54,2 milhões (equivalente a R\$176,7 milhões), sendo pago prêmio na transação, líquido de juros, no valor de US\$5,7 milhões (equivalente a R\$18,6 milhões). Em 18 de setembro 2019, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US\$9,4 milhões, sendo o prêmio pago US\$0,4 milhão (equivalente a R\$1,67 milhões), líquido de juros. Dito prêmio, pago aos detentores dos títulos existentes, foi registrado como despesa financeira. Em 31 de dezembro de 2019, havia US\$109,3 milhões (equivalente a R\$440,6 milhões) em aberto desses títulos.

Senior Notes BRF 2023: Em 15 de maio de 2013, a Companhia efetuou oferta no exterior de bonds de 10 anos, no valor total de US\$500,0 milhões, com vencimento do principal em 22 de maio de 2023 ("*Senior Notes BRF 2023*"), emitidos com cupom (juros) de 3,95% ao ano (*yield to maturity* de 4,135%), pagos semestralmente, a partir de 22 de novembro de 2013. Em 18 de setembro 2019, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US\$154,0 milhões, sendo o prêmio pago US\$1,7 milhão (equivalente a R\$7,08 milhões), líquido de juros.. Dito prêmio, pago aos detentores dos títulos existentes, foi registrado como despesa financeira. Em 31 de dezembro de 2019, havia US\$346,0 milhões (equivalente a R\$1.394,6 milhões) em aberto desses títulos.

Senior Notes BRF 2024: Em 15 de maio de 2014, a Companhia concluiu uma oferta de *Senior Notes* de 10 anos, no valor total de US\$750,0 milhões, com vencimento do principal em 22 de maio de 2024 ("*Senior Notes BRF 2024*"), emitidos com cupom (juros) de 4,75% ao ano (*yield to maturity* de 4,952%), a serem pagos semestralmente, a partir de 22 de novembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2019, havia US\$517,9 milhões (equivalente a R\$2.087,5 milhões) em aberto desses títulos.

Senior Notes BRF 2022: Em 29 de maio de 2015, a Companhia concluiu oferta de *Senior Notes* de sete anos, no valor total de EUR500,0 milhões, com vencimento do principal em 3 de maio de 2022, emitidos com cupom (juros) de 2,75% ao ano (*yield to maturity* de 2,822%), a serem pagos anualmente, a partir de 3 de junho de 2016. Em 18 de setembro 2019, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de EUR175,2 milhões, sendo o prêmio pago no valor de EUR8,5 milhões, líquido de juros. Dito prêmio, pago aos detentores dos títulos existentes, foi registrado como despesa financeira. Em 31 de dezembro de 2019, havia EUR324,8 milhões (equivalente a R\$1.471,4 milhões) em aberto desses títulos.

Senior Notes BRF 2026: Em 29 de setembro de 2016, a BRF, por meio de sua subsidiária integral BRF GmbH, concluiu a oferta de *Senior Notes* de 10 (dez) anos, no valor total de US\$500,0, com vencimento do principal em 29 de setembro de 2026, emitidos com cupom (juros) de 4,35% a.a. (*yield to maturity*

de 4,625%), a serem pagos semestralmente, a partir de 29 de março de 2017. Em 31 de dezembro de 2019, havia US\$500,0 milhões (equivalente a R\$2.015,4 milhões) em aberto desses títulos.

Senior Notes BRF 2030: Em 24 de setembro de 2019, a Companhia concluiu oferta de Senior Notes no valor total de US\$750,0 milhões, com vencimento do principal em 24 de janeiro de 2030, emitidos com cupom (juros) de 4,875% ao ano. Em 31 de dezembro de 2019, havia US\$750,0 milhões (equivalente a R\$3.023,0 milhões) em aberto desses títulos.

Derivativos

No âmbito da Política de Gestão de Riscos Financeiros, com objetivo de proteger as margens operacionais por meio do *hedge accounting* e equalizar ativos e passivos demonimados em moeda estrangeiras contra as incertezas dos preços dos fatores de riscos (moedas e *commodities*), a Companhia celebrou contratos de derivativos de moedas que possuíam valor de mercado de R\$115,3 milhões e contratos de derivativos de *commodities* que possuíam valor de mercado de R\$23,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 com diversas instituições financeiras em diferentes datas de vencimento. Essas operações não necessitam de garantias adicionais. Esses derivativos são registrados no balanço patrimonial da Companhia como outros ativos e passivos financeiros.

Demais Linhas de crédito

Linhas de Crédito Rotativo. Visando manter uma posição prudente e sustentável de liquidez de curto prazo e em continuidade à estratégia de extensão do prazo médio e redução do custo de suas dívidas, em 27 de dezembro de 2019, a Companhia contratou junto ao Banco do Brasil uma linha de crédito rotativo no valor de até R\$1.500.000 com vencimento em três anos. A referida linha de crédito poderá ser desembolsada total ou parcialmente a critério da Companhia, quando necessário. Em 31 de dezembro de 2019, referida linha de crédito estava disponível, porém não havia sido utilizada.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui convênios com instituições financeiras cujo objetivo é facilitar o acesso ao crédito dos seus produtores rurais parceiros para a construção de aviários, granjas e adequações.

Possui também convênios que buscam facilitar o acesso ao crédito dos seus fornecedores que desejarem antecipar recebíveis da Companhia.

Por fim, a Companhia possui operações com derivativos que têm por objetivo a proteção contra variações cambiais, preços das commodities e taxas de juros, sem fins especulativos. Essas operações estão contabilizadas pelo seu valor de mercado, de acordo com a metodologia de contabilidade de *hedge accounting*.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas financeiras quirografárias da Companhia. As dívidas financeiras que possuem garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

O grau de subordinação se destaca nas operações que possuem garantias reais, em sua maioria unidades fabris, contratadas junto ao BNDES. O quadro abaixo demonstra os montantes detalhados das garantias reais.

Valores abaixo expressos em R\$ mil

	Consolidado	
	31.12.19	31.12.18
Saldo de empréstimos e financiamentos	18.620.279	22.165.444

Garantias por hipotecas de bens	51.237	267.862
Vinculado ao FINEM-BNDES	45.516	217.620
Vinculado a incentivos fiscais e outros	5.721	50.242

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As dívidas da Companhia descritas neste item 10.1 (f) possuem, conforme o caso, *covenants* não financeiros habituais de contratos celebrados no mercado financeiro e de capitais, que podem causar o vencimento antecipado de um ou mais contratos devido, por exemplo: (i) ao inadimplemento por parte da Companhia, a partir de limites definidos, conforme o caso; (ii) ao *cross-default*, a partir de limites definidos, conforme o caso; (iii) às restrições à distribuição de dividendos, em caso de mora; (iv) à restrição de alienação de ativos, a partir de determinados limites, excluindo-se tipos de ativos e operações, conforme caso; (v) à alienação de controle societário etc. Tais obrigações estão sendo atendidas de acordo com as exigências contratuais. A Companhia não possui *covenants* financeiros em seus contratos.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Todos os contratos de financiamento firmados pela Companhia foram integralmente desembolsados, exceto a *Revolving Credit Facility*, mencionada acima, que permaneceu disponível conforme saldo inicial de US\$ 1.000,0 milhões até a data de 22 de fevereiro de 2019, quando foi encerrada.

Com objetivo de melhorar a gestão de liquidez, em 27 de dezembro de 2019 contratamos uma linha de crédito rotativo (*Revolving Credit Facility*) junto ao Banco do Brasil até o limite de R\$1.500,00 milhões pelo prazo de 3 anos. Tal linha poderá ser desembolsada total ou parcialmente pela Companhia, quando necessário. Em 31 de dezembro de 2019, não havia saque efetuado pela Companhia nesta linha.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

A tabela a seguir apresenta informações financeiras auditadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018. Em 01.01.19, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamento Mercantil - e optou pela abordagem retrospectiva modificada sem a reapresentação de períodos comparativos. Deste modo, todos os saldos relacionados ao exercício social findo em 31.12.18 seguem apresentados conforme as prerrogativas existentes nas políticas contábeis anteriormente vigentes CPC 06 (R1) / IAS 17.

Os resultados e fluxos de caixa das operações descontinuadas são apresentados separadamente dos resultados das operações continuadas da Companhia. Períodos comparativos foram reapresentados.

Na seção 10.3, “*Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras*”, demonstra-se os resultados das operações descontinuadas.

(Em milhares de R\$, exceto quando %)

	31.12.19 (1)	AV-% 31.12.19 (2)	31.12.18 (1)	AV - % 31.12.18 (2)	Variação% 2019 x 2018
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
RECEITA LIQUIDA	33.446.980	100,0%	30.188.421	100,0%	10,8%
Custo dos produtos vendidos	(25.370.042)	-75,9%	(25.320.753)	-83,9%	0,2%
LUCRO BRUTO	8.076.938	24,1%	4.867.668	16,1%	65,9%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	(4.911.666)	-14,7%	(4.513.594)	-15,0%	8,8%
Gerais e administrativas	(615.683)	- 1,8%	(551.165)	- 1,8%	11,7%
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	(23.899)	-0,1%	(46.269)	-0,2%	-48,3%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	428.820	1,3%	19.311	0,1%	2.120,6%

(Em milhares de R\$, exceto quando %)

	31.12.19 (1)	AV-% 31.12.19 (2)	31.12.18 (1)	AV - % 31.12.18 (2)	Variação% 2019 x 2018
Equivalência patrimonial	(1.737)	0,0%	17.715	0,1%	-109,8%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	2.952.773	8,8%	(206.334)	-0,7%	-1.531,1%
Despesas financeiras	(3.613.051)	-10,8%	(3.891.106)	-12,9%	-7,1%
Receitas financeiras	1.747.652	5,2%	1.649.632	5,5%	5,9%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	1.087.374	3,3%	(2.447.808)	-8,1%	-144,4%
Imposto de renda e contribuição social	125.887	0,4%	333.302	1,1%	-62,2%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	1.213.261	3,6%	(2.114.506)	-7,0%	-157,4%
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(915.809)	-2,7%	(2.351.740)	-7,8%	-61,1%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	297.452	0,9%	(4.466.246)	-14,8%	-106,7%
Lucro (Prejuízo) Líquido Operações Continuadas Atribuível à					
Acionistas controladores	1.202.240	3,6%	(2.114.968)	-7,0%	-156,8%
Acionistas não controladores	11.021	0,0%	462	0,0%	2.285,5%
	1.213.261	3,6%	(2.114.506)	-7,0%	-157,4%

(1) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(2) Representatividade em relação à Receita Líquida.

Receita Líquida

	31.12.19	Reapresentado 31.12.18	Reapresentado 31.12.17
Receita líquida de vendas			
Brasil			
In-natura	4.635.597	3.998.483	3.489.846
Aves	3.692.377	3.198.356	2.697.462
Suínos e outros	943.220	800.127	792.384
Processados	12.839.008	12.274.681	11.681.579
Outras vendas	14.874	19.372	17.187
	17.489.479	16.292.536	15.188.612
Internacional			
In-natura	12.605.846	10.905.155	7.681.223
Aves	11.262.954	10.021.923	7.059.104
Suínos e outros	1.342.892	883.232	622.119
Processados	2.119.918	1.850.614	2.929.037
Outras vendas	173.630	312.902	1.639.588
	14.899.394	13.068.671	12.249.848
Outros segmentos			
Outros	1.058.107	827.214	875.700
	33.446.980	30.188.421	28.314.160

A receita líquida consolidada da Companhia aumentou R\$3.258.559, ou 10,8%, passando de R\$30.188.421 em 2018 para R\$33.446.980 em 2019, decorrente principalmente de:

1. Brasil – A receita líquida aumentou em R\$1.196.943 ou 7,3%, passando de R\$16.292.536, em 2018 para R\$17.489.479, em 2019. Tal aumento é fruto dos reajustes de preços e readequação dos investimentos em bonificações para o varejo, elevando os preços médios.
2. Internacional – A receita líquida aumentou em R\$1.830.723 ou 14,0%, passando de R\$13.068.671 em 2018 para R\$14.899.394 em 2019. Os principais fatores foram: (i) aumento de preços na Arábia Saudita, decorrente da oferta restrita de produtos; (ii) aumento de preços na Turquia; (iii) maior demanda no mercado asiático, por conta da Peste Suína Africana; e (iv) aumento do volume exportado, devido a maior quantidade de plantas da Companhia habilitadas.
3. Outros segmentos – Em 2019, a receita líquida aumentou em R\$230.893 ou 27,9%, para R\$1.058.107, em 2019 de R\$827.214, em 2018, principalmente devido à melhor performance da BRF Ingredients.

Custo do produto vendido

Em 2019, o custo de produto vendido totalizou R\$25.370.042, permanecendo praticamente estável, com aumento de apenas 0,2%, ou R\$49.289 em relação a 2018, que foi de R\$25.320.753. Este

aumento é explicado devido a maiores gastos de pessoal, energia, manutenção e frete, parcialmente compensados pelos ganhos gerados pelo programa de Orçamento Base Zero.

Lucro bruto

Em 2019, o lucro bruto totalizou R\$8.076.938, registrando um aumento de 65,9%, ou R\$3.209.270, em relação a 2018, que foi de R\$4.867.668. A margem bruta aumentou de 16,1% em 2018 para 24,1% em 2019, pelo melhor resultado operacional tanto no segmento Brasil quanto no segmento internacional. Ao longo do ano, seguimos com a nossa estratégia de rentabilizar a operação por meio da gestão sustentável de preços, melhor execução comercial e otimização do mix de canais, produtos e países.

Despesas operacionais

Em 2019, as despesas operacionais aumentaram R\$440.220 ou 8,6%, resultado de: (i) maiores investimentos em marketing para fortalecimentos das nossas marcas; (ii) maiores despesas de frete no mercado internacional por conta da desvalorização cambial; e (iii) gastos com provisões judiciais no segmento Brasil. Em termos relativos, as despesas operacionais representaram 16,6% da receita líquida em 2019, comparado a 16,9% em 2018, fruto da melhor alavancagem operacional.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Em 2019, a Companhia teve uma receita nesta rubrica equivalente a R\$428.820, representando um aumento de R\$409.509, em comparação com 2018. Essa receita foi devida, principalmente, aos ganhos de causas referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

Resultado da equivalência patrimonial

Em 2019, o resultado de equivalência patrimonial totalizou um valor negativo de R\$1.737, apresentando uma redução de R\$19.452 em relação ao ano de 2018 que foi de R\$17.715 positivo. Essa variação ocorreu em razão da alienação da participação na coligada SATS BRF Food em Singapura.

Resultado operacional

Em 2019, o resultado operacional atingiu um lucro de R\$2.952.773, um aumento de R\$3.159.107. A tabela abaixo, demonstra o resultado operacional por segmento.

	31.12.19	31.12.18
Brasil	1.818.813	590.416
Internacional	1.275.285	23.778
Outros segmentos	109.138	89.311
Subtotal	3.203.236	703.505
<i>Corporate</i>	(250.463)	(909.839)
	2.952.773	(206.334)

Resultado financeiro líquido

Em 2019, a despesa financeira líquida totalizou R\$1.865.399, representando uma queda de 16,8% ou R\$376.075, em comparação com 2018, que foi de R\$2.241.474, principalmente decorrente de: (i) ganhos de variação cambial no período, e (ii) ganho de R\$4.526 com o derivativo *Total Return Swap* em 2019, frente a uma perda de R\$213.847, em 2018.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2019, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram uma receita de R\$125.887, representando uma redução de 62,2%, ou R\$207.415 em comparação com 2018. A taxa efetiva em 2019 foi de (11,6%) comparada com a taxa efetiva de 13,6% em 2018. Essa variação foi principalmente devido ao não reconhecimento parcial de impostos diferidos ativos, em função da incapacidade de realização futura.

Lucro líquido do exercício

Em 2019, o lucro total das operações continuadas foi de R\$1.213.261, registrando um aumento de R\$3.327.767 em comparação a 2018, quando foi registrado prejuízo de R\$2.114.506. Considerando as operações descontinuadas, o lucro total foi de R\$297.452 em 2019 comparado com um prejuízo de R\$4.466.246 registrado em 2018.

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 das contas patrimoniais

(Em milhares de R\$, exceto quando %)

	31.12.19 (1)	AV - % 31.12.19	31.12.18 (1)	AV - % 31.12.18	Variação% 2019 x 2018
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalente de caixa	4.237.785	10,2%	4.869.562	11,5%	-13,0%
Títulos e valores mobiliários	418.182	1,0%	507.035	1,2%	-17,5%
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	3.090.691	7,4%	2.720.041	6,4%	13,6%
Estoques	3.887.916	9,3%	3.877.294	9,1%	0,3%
Ativos biológicos	1.603.039	3,8%	1.513.133	3,6%	5,9%
Tributos a recuperar	473.732	1,1%	560.389	1,3%	-15,5%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	152.486	0,4%	506.483	1,2%	-69,9%
Instrumentos financeiros derivativos	195.324	0,5%	182.339	0,4%	7,1%
Caixa restrito	296.294	0,7%	277.321	0,7%	6,8%
Ativos mantidos para venda	99.245	0,2%	3.326.305	7,8%	-97,0%
Outros ativos circulantes	590.733	1,4%	690.998	1,6%	-14,5%
Total do ativo circulante	15.045.427	36,1%	19.030.900	44,9%	-20,9%
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Títulos e valores mobiliários	307.352	0,7%	290.625	0,7%	5,8%
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	71.029	0,2%	96.922	0,2%	-26,7%
Tributos a recuperar	5.169.547	12,4%	3.142.547	7,4%	64,5%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	269.263	0,6%	7.246	0,0%	3.616,0%
Impostos sobre a renda diferidos	1.845.862	4,4%	1.519.652	3,6%	21,5%
Depósitos judiciais	575.750	1,4%	669.098	1,6%	-14,0%
Ativos biológicos	1.081.025	2,6%	1.061.314	2,5%	1,9%
Instrumentos financeiros derivativos	49.991	0,1%	-	0,0%	0,0%
Caixa restrito	-	0,0%	584.300	1,4%	-100,0%
Outros ativos não circulantes	85.537	0,2%	177.372	0,4%	-51,8%
Total do ativo realizável a longo prazo	9.455.356	22,7%	7.549.076	17,8%	25,3%
Investimentos	14.880	0,0%	86.005	0,2%	-82,7%
Imobilizado	12.276.889	29,4%	10.696.998	25,2%	14,8%
Intangível	4.908.079	11,8%	5.019.398	11,8%	-2,2%
Total do ativo não circulante	26.655.204	63,9%	23.351.477	55,1%	14,1%
TOTAL DO ATIVO	41.700.631	100,0%	42.382.377	100,0%	-1,6%

(1) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Ativo circulante

O ativo circulante somava R\$15.045.427 em 31 de dezembro de 2019 e R\$19.030.900 em 31 de dezembro de 2018, representando uma diminuição de R\$3.985.473, ou 20,9% principalmente pela alienação das operações na Argentina, Europa e Tailândia. Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante representava 36,1% do ativo total, comparado a 44,9% no ano anterior.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa apresentou uma redução de R\$631.777, ou 13,0%, passando de R\$4.869.562 em 31 de dezembro de 2018 para R\$4.237.785 em 31 de dezembro de 2019, sendo essa redução decorrente principalmente devido ao consumo de caixa nas atividades de financiamento, com a recompra de *bonds* e pré-liquidação de dívidas.

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários diminuíram em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R\$507.035 para R\$418.182 em 31 de dezembro de 2019, ou seja, uma queda de R\$88.853, ou

17,5%. A redução é decorrente dos resgates efetuados ao longo do período para cumprimento de obrigações.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A rubrica de contas a receber de clientes e outros recebíveis somava R\$3.090.691 em 31 de dezembro de 2019, apresentando um aumento de R\$370.650, ou 13,6%, em relação a 31 de dezembro de 2018, que era de R\$2.720.041. A variação é decorrente principalmente do aumento no faturamento nos últimos meses de 2019 associado aos fatores apresentados na receita líquida.

Estoques

Os estoques passaram de R\$3.877.294 em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 3.887.916 em 31 de dezembro 2019, aumentando em R\$10.622, ou 0,3%. O aumento é decorrente, principalmente, do aumento de estoques de materiais secundários, mercadoria para revenda e adiantamento a fornecedores.

Tributos a recuperar

A rubrica tributos a recuperar diminuiu em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R\$560.389 para R\$473.732 em 31 de dezembro de 2019, representando uma diminuição R\$86.657, ou 15,5%. Essa diminuição é decorrente de compensações e movimentações ocorridas no período.

Instrumentos financeiros derivativos

A rubrica de instrumentos financeiros derivativos aumentou em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R\$182.339 para R\$195.324 em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$12.985, ou 7,1%. Esse aumento é decorrente, principalmente, ao aumento no valor justo dos derivativos de *commodities* e moedas.

Caixa restrito

A rubrica de caixa restrito aumentou em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R\$277.321 para R\$296.294 em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$18.973, ou 6,8%. Esse aumento é decorrente dos juros apropriados aos certificados dados em garantia do empréstimo obtido por meio do Programa Especial de Saneamento de Ativos ("PESA").

Ativos mantidos para venda

Os ativos mantidos para venda somavam R\$99.245 em 31 de dezembro de 2019, apresentando uma redução de R\$3.227.060, ou 97,0%, em relação a 31 de dezembro de 2018, que era de R\$3.326.305. Essa redução é decorrente da alienação das operações Argentina, Europa e Tailândia em 2019.

Ativo não circulante

O ativo não circulante somava R\$26.655.204 em 31 de dezembro de 2019 e R\$23.351.477 em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$3.303.727, ou 14,1%. O aumento ocorreu principalmente em decorrência das rubricas de tributos a recuperar e imobilizado.

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários aumentaram em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R\$290.625 para R\$307.352 em 31 de dezembro de 2019, ou seja, um aumento de R\$16.727, ou 5,8%. Esse aumento é decorrente das apropriações de juros nas aplicações financeiras.

Tributos a recuperar

A rubrica tributos a recuperar aumentou em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R\$3.142.547 para R\$5.169.547 em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$2.027.000, ou 64,5%. Esse aumento é decorrente dos ganhos de causa obtidos pela Companhia, permitindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Impostos sobre a renda diferidos

A rubrica de impostos sobre a renda diferidos aumentou em R\$326.210, ou 21,5%, passando de R\$1.519.652 em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.845.862 em 31 de dezembro de 2019. O aumento é decorrente da constituição de imposto diferido ativo sobre o prejuízo fiscal.

Ativos biológicos

A rubrica de ativos biológicos aumentou em R\$19.711, ou 1,9%, passando de R\$1.061.314 em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.081.025 em 31 de dezembro de 2019. O aumento é decorrente do ciclo operacional regular da Companhia.

Caixa restrito

O saldo de caixa restrito foi nulo em 31 de dezembro de 2019, comparado com R\$584.300 em 31 de dezembro de 2018. A variação deve-se ao termo de transação firmado com a Lactalis do Brasil – Comércio, Importação e Exportação de Laticínios Ltda. ("Lactalis"), o qual instituiu a liberação do saldo total da conta.

Outros ativos não circulantes

A rubrica de outros ativos não circulantes diminuiu em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R\$177.372 para R\$85.537 em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$91.835 milhões, ou 51,8%. Essa redução é decorrente DA diminuição dos saldos de depósito caução e outros direitos.

Investimentos

A rubrica investimentos diminuiu em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R\$86.005 para R\$14.880 em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$71.125, ou 82,7%. Essa redução é decorrente da alienação e participação da Companhia na SATS BRF Food em Singapura.

Imobilizado

O imobilizado aumentou R\$1.579.891, ou 14,8%, passando de R\$10.696.998 em 31 de dezembro de 2018 para R\$12.276.889 em 31 de dezembro de 2019. O aumento é decorrente da adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Intangível

O intangível diminuiu R\$111.319, ou 2,2%, passando de R\$5.019.398 em 31 de dezembro de 2018 para R\$4.908.079 em 31 de dezembro de 2019. A diminuição é decorrente principalmente da amortização ocorrida no período.

(Em milhares de R\$, exceto quando %)

	31.12.19 (1)	AV - % 31.12.19	31.12.18 (1)	AV - % 31.12.18	Variação% 2019 x 2018
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	3.132.029	7,5%	4.547.389	10,7%	-31,1%
Fornecedores	5.784.419	13,9%	5.487.205	12,9%	5,4%
Fornecedores risco sacado	842.037	2,0%	875.300	2,1%	-3,8%
Arrendamento mercantil	376.628	0,9%	75.712	0,2%	397,4%
Salários, obrigações sociais e participações	825.254	2,0%	618.669	1,5%	33,4%

(Em milhares de R\$, exceto quando %)

	31.12.19 (1)	AV - % 31.12.19	31.12.18 (1)	AV - % 31.12.18	Variação% 2019 x 2018
Obrigações tributárias	517.208	1,2%	402.971	1,0%	28,3%
Instrumentos financeiros derivativos	153.612	0,4%	235.035	0,6%	-34,6%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.084.308	2,6%	495.584	1,2%	118,8%
Benefícios a empregados	95.919	0,2%	94.728	0,2%	1,3%
Passivos diretamente relacionados a ativos mantidos para venda	-	0,0%	1.131.529	2,7%	-100,0%
Outros passivos circulantes	512.591	1,2%	524.518	1,2%	-2,3%
Total do passivo circulante	13.324.005	32,0%	14.488.640	34,2%	-8,0%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	15.488.250	37,1%	17.618.055	41,6%	-12,1%
Fornecedores	12.347	0,0%	12.803	0,0%	-3,6%
Arrendamento mercantil	2.054.552	4,9%	167.041	0,4%	1.130,0%
Obrigações tributárias	190.257	0,5%	162.239	0,4%	17,3%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	710.061	1,7%	854.667	2,0%	-16,9%
Impostos sobre a renda diferidos	85.310	0,2%	65.774	0,2%	29,7%
Benefícios a empregados	593.555	1,4%	373.423	0,9%	58,9%
Instrumentos financeiros derivativos	3	0,0%	-	0,0%	-
Outros passivos não circulantes	1.093.942	2,6%	1.107.958	2,6%	-1,3%
Total do passivo não circulante	20.228.277	48,5%	20.361.960	48,0%	-0,7%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	12.460.471	29,9%	12.460.471	29,4%	0,0%
Reservas de capital	192.845	0,5%	115.354	0,3%	67,2%
Prejuízos acumulados	(3.996.985)	-9,6%	(4.279.003)	-10,1%	-6,6%
Ações em tesouraria	(38.239)	-0,1%	(56.676)	-0,1%	-32,5%
Outros resultados abrangentes	(722.469)	-1,7%	(1.275.519)	-3,0%	-43,4%
Patrimônio líquido de controladores	7.895.623	18,9%	6.964.627	16,4%	13,4%
Participação de não controladores	252.726	0,6%	567.150	1,3%	-55,4%
Total de patrimônio líquido	8.148.349	19,5%	7.531.777	17,8%	8,2%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	41.700.631	100,0%	42.382.377	100,0%	-1,6%

(1) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Fornecedores

O saldo de fornecedores totalizava R\$5.784.419 em 31 de dezembro de 2019, enquanto em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$5.487.205, um aumento de 5,4%, ou R\$297.214. O aumento é decorrente, principalmente, das melhoras no ciclo financeiro em 2019.

Fornecedores risco sacado

O saldo de fornecedores risco sacado totalizava R\$842.037 em 31 de dezembro de 2019, enquanto em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$875.300, refletindo uma redução de 3,8%, ou R\$33.263. A redução é decorrente do ciclo operacional regular da Companhia.

Arrendamento mercantil

O saldo de arrendamento mercantil totalizava R\$376.628 em 31 de dezembro de 2019, enquanto em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$75.712, um aumento de 397,4%, ou R\$300.916. O aumento é decorrente da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 e a Companhia optou pela abordagem retrospectiva modificada sem a apresentação de períodos comparativos. Sendo assim, os saldos relacionados à 31 de dezembro de 2018 seguem apresentados conforme as prerrogativas existentes nas políticas contábeis anteriormente vigentes: CPC 06 (R1) / IAS 17.

Salários e obrigações sociais e participações

O saldo de salários e obrigações sociais e participações totalizava R\$825.254 em 31 de dezembro de 2019, enquanto em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$618.669, um aumento de 33,4%, ou R\$206.585. O incremento é decorrente, principalmente, do aumento na provisão para participação dos administradores e funcionários nos resultados.

Instrumentos financeiros derivativos

A rubrica de instrumentos financeiros derivativos diminuiu em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R\$235.035 para R\$153.612 em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$81.423, ou 34,6%. Essa diminuição é decorrente, principalmente, aos contratos de troca de índices / moedas (Swap).

Passivos diretamente relacionados a ativos mantidos para venda

O saldo de passivos diretamente relacionados a ativos mantidos para venda totalizava R\$1.131.529 em 31 de dezembro de 2018, esse saldo era decorrente da transferência dos saldos das operações descontinuadas. Com a conclusão da alienação das operações destinadas à venda na Argentina, Europa e Tailândia, o saldo foi liquidado.

Passivo não circulante

O passivo não circulante somava R\$20.228.277 em 31 de dezembro de 2019 e R\$20.361.960 milhões em 31 de dezembro de 2018, uma diminuição de R\$133.683, ou 0,7%. Tal diminuição ocorreu principalmente pela variação na rubrica de empréstimos e financiamentos e provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Empréstimos e Financiamentos (não circulante)

Nossas dívidas de longo prazo com instituições financeiras somavam R\$15.488.250 em 31 de dezembro de 2019 e R\$17.618.055 em 31 de dezembro de 2018, uma redução de R\$2.129.805, ou 12,1%. Essa redução é decorrente principalmente das pré-liquidações e amortizações de dívidas realizadas no período.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O saldo de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas totalizava R\$710.061 em 31 de dezembro de 2019, enquanto em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$854.667, uma diminuição de 16,9%, ou R\$144.606. A redução é decorrente das diminuições das contingências trabalhistas e tributárias não circulantes.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 era de R\$8.148.349 e R\$7.531.777 em 31 de dezembro de 2018. Houve um aumento de R\$616.572, ou 8,2%, decorrente principalmente do lucro auferido no período.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

A tabela a seguir apresenta informações financeiras auditadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 sem a reapresentação dos períodos comparativos conforme explicado acima.

Adicionalmente, para fins comparativos, a tabela com as informações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 com a reapresentação está demonstrada na seção 10.9 - *Outros fatores com influência relevante*.

(Em milhares de R\$, exceto quando %)

	31.12.17 (1)	AV % (2) 31.12.17	31.12.16 (1)	AV % (2) 31.12.16	Variação % 2017 x 2016
RECEITA LÍQUIDA	33.469,4	100,0%	33.732,9	100,0%	-0,8%
Custo dos produtos vendidos	(26.565,3)	79,4%	(26.206,4)	77,7%	1,4%
LUCRO BRUTO	6.904,0	20,6%	7.526,4	22,3%	-8,3%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	(4.730,1)	14,1%	(4.965,7)	14,7%	-4,7%
Gerais e administrativas	(572,0)	1,7%	(577,4)	1,7%	-0,9%
Outras despesas operacionais, líquidas	(888,2)	2,7%	(197,5)	0,6%	349,8%
Equivalência patrimonial	22,4	-0,1%	29,3	-0,1%	-23,6%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	736,1	2,2%	1.815,2	5,4%	-59,4%
Despesas financeiras	(3.627,3)	10,8%	(4.506,4)	13,4%	-19,5%
Receitas financeiras	1.545,7	4,6%	2.373,7	7,0%	-34,9%
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.345,5)	-4,0%	(317,5)	-0,9%	323,8%
Imposto de renda e contribuição social corrente	16,6	0,0%	(154,0)	0,5%	-110,8%
Imposto de renda e contribuição social diferido	230,0	0,7%	104,1	0,3%	121,0%

PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.098,9)	4,1%	(367,3)	-1,1%	199,1%
Atribuível à					
Acionistas controladores	(1.125,6)	-3,4%	(372,4)	-1,1%	202,3%
Acionistas não controladores	26,7	0,1%	5,0	0,0%	429,7%

(1) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(2) Variação em relação à Receita Líquida.

Receita Líquida

A receita líquida consolidada da Companhia caiu R\$263,5 milhões, ou 0,8%, passando de R\$33.732,9 milhões em 2016 para R\$33.469,4 milhões, decorrente de pequena queda de volume durante o ano de 2017.

No 3º trimestre de 2017, a Companhia teve uma reorganização dos segmentos divulgáveis, que reflete a maneira como a Administração toma suas decisões. Dessa forma, a partir desta data a Companhia passou a ter 5 segmentos, sendo: Brasil, One Foods (anteriormente chamado de MENA), Internacional (que contempla os antigos segmentos "Europa", "Ásia", "África" e Américas), Cone Sul (anteriormente chamado de LATAM) e Outros segmentos.

1. *Brasil.* A receita líquida acumulada aumentou em R\$380,5 milhões, ou 2,6%, passando de R\$14.808,1 milhões em 2016 para R\$15.188,6 milhões em 2017. Um tímido crescimento de volume em produtos in-natura e processados no início de 2017 favoreceu a melhora de receita no início de 2017. Com a Operação Carne Fraca no início do 2º trimestre, os volumes voltaram a sofrer uma queda o que prejudicou a estratégia desenhada para o ano. A melhora no nível de serviço e execução comercial minimizaram os impactos ocorridos no trimestre anterior, porém não alavancaram de forma significativa a recuperação do mercado brasileiro.

2. *Internacional.* Em 2017, o segmento é a fusão dos segmentos Europa, Ásia, África e Américas. Essa mudança ocorreu para refletir a tomada da decisão da Administração da Companhia. A seguir, as variações de cada uma das regiões que compõem o segmento:

- *Europa.* Em 2017 a receita líquida foi de R\$3.533,4, apresentando uma queda de R\$266,9 milhões ou 7,0% em relação à 2016, ano no qual a receita líquida foi de R\$3.800,3 milhões. Um dos eventos não recorrentes mais significativos foi a Operação Carne Fraca que impactou a região negativamente no início de 2017, por conta do impedimento de exportação dos produtos em questão.

- *Ásia* – Em 2017, a receita líquida foi de R\$4.115,9 milhões, versus R\$4.748,8 milhões em 2016, apresentando uma queda de R\$632,9 ou 13,3% em relação ao ano anterior. A região asiática também sofreu impactos da Operação Carne Fraca com a redução de volumes exportados. Atrasos nos embarques e a transferência das operações da Tailândia para a Europa impactaram negativamente a região.

- *África* – Em 2017, a receita líquida foi de R\$491,9 milhões, contabilizando uma queda de R\$275,9 milhões ou 35,9% em relação a 2016 que foi de R\$767,8 milhões. Tal redução ocorreu pela deterioração do mix de produtos, queda significativa do preço médio por conta do alto nível dos estoques e baixo preço das commodities.

- *Américas* – Em 2017, a receita líquida foi de R\$355,7 milhões, contabilizando um tímido crescimento de R\$36,3 milhões ou 11,4% em relação ao ano de 2016, que foi de R\$319,4 milhões. O aumento identificado ocorreu em função dos melhores volumes e preços com estratégia de priorizar mercados com melhor rentabilidade como o México.

3. *One Foods* – Em 2017, a receita líquida foi de R\$6.696,8 milhões, contabilizando um crescimento de R\$7,6% em relação a 2016 que fechou em R\$6.226,6 milhões. O principal evento ocorrido no segmento, além da reorganização societária, foi a aquisição e consolidação das operações da Banvit em 2017, que proporcionou uma melhora de preços e volumes consolidados acima do esperado.

4. LATAM – Em 2017, a receita líquida foi de R\$1.861,6 milhões, contabilizando um pequeno crescimento de R\$96,8 milhões ou 5,5% em relação a 2016 que foi de R\$1.764,8 milhões. A crise econômica na Argentina ainda é fortemente desafiadora impactando negativamente os volumes na região. Além disso, os efeitos da Operação Carne Fraca também impactaram principalmente a região do México. Um mix de produtos com menor valor agregado também teve significativo impacto na receita apurada no período.

Custo do produto vendido

Em 2017, o custo de produto vendido totalizou R\$26.565,3 milhões, registrando um aumento de 1,4%, ou R\$358,9 milhões, em relação a 2016, que foi de R\$26.206,4 milhões. Mesmo com uma melhora no preço do milho e do farelo de soja, os custos apresentaram pequeno aumento que pode ser relacionado em partes ao ciclo de vida dos animais e aos estoques na cadeia que não refletem a redução dos preços simultaneamente. Em relação à ROL (receita operacional líquida), a representatividade dos custos dos produtos vendidos foi de 78,8% ante 77,7% em 2016, demonstrando pequeno aumento na margem bruta.

Lucro bruto

Em 2017, o lucro bruto totalizou R\$6.904,0 milhões, registrando uma redução de 8,3%, ou R\$622,4 milhões, em relação a 2016, que foi de R\$7.526,4 milhões. Essa redução foi ocasionada por aumento do desconto em função do prazo de validade dos produtos (FIFO) que foi acima da média histórica e aumento do custo de armazenagem e frete em função dos atrasos de embarque no Sul.

Despesas operacionais

Em 2017, as despesas operacionais sofreram pouca variação, com pequena redução de 4,3%, ou R\$241,0 milhões. Em termos percentuais, dado o crescimento da Companhia, as despesas operacionais representaram 15,8% da receita líquida em comparação a 16,4% registrado em 2016. Essa pequena redução ocorreu principalmente pelo comprometimento da Companhia na contenção de gastos como melhoria na eficiência logística, otimização das estruturas organizacionais, menores gastos com ações internas e maior diluição das despesas fixas.

Outras despesas operacionais, líquidas

Em 2017, a Companhia teve um resultado líquido negativo nesta rubrica equivalente a R\$888,2 milhões, representando um aumento de 349,8%, ou R\$690,7 milhões, em comparação com 2016. Em 2017 a Companhia teve despesas não recorrentes como as decorrentes da Operação Carne Fraca, provisões provenientes de ação civil pública de Uberlândia e provisão da Elebat decorrente da alienação dos ativos para a Lactalis (operação realizada no 2º trimestre de 2015). Além disso, a Companhia teve impacto positivo relacionado à adesão ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária).

Resultado da equivalência patrimonial

Em 2017, o resultado de equivalência patrimonial totalizou R\$22,4 milhões, apresentando uma pequena redução de R\$6,9 milhões ou 23,6% em relação ao ano de 2016 que foi de R\$29,3 milhões. Essa estabilidade deu-se pelo fato de os investimentos da Companhia não terem sofrido grandes alterações.

Resultado operacional

Em 2017, o resultado operacional atingiu R\$736,1 milhões, uma queda de 59,4%, ou R\$1.079,1 milhões, em comparação com 2016, e a margem diminuiu de 5,4% em 2016 para 2,2% em 2017. Esse desempenho decorre, principalmente, do crescimento do custo do produto vendido e do crescimento da rubrica de outras despesas operacionais, líquidas impactada pelas despesas operacionais não recorrentes do ano de 2017.

Financeiras líquidas

Em 2017, a despesa financeira líquida totalizou R\$2.081,6 milhões, representando uma redução de 2,4%, ou R\$51,1 milhões, em comparação com 2016, que foi de R\$2.132,7 milhões. As principais movimentações foram de juros líquidos sobre endividamento e/ou aplicações, AVP (ajuste a valor presente) de clientes e fornecedores, variação cambial e outros não recorrentes como a adesão ao PERT.

Prejuízo líquido do exercício

Em 2017, o prejuízo total foi de R\$1.098,9 milhões, registrando um aumento de 199,1% em comparação com 2016.

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 das contas patrimoniais

(Em milhares de R\$, exceto quando %)

	31.12.17 (1)	AV -% 31.12.17	31.12.16 (1)	AV -% 31.12.16	Variação % 2017 x 2016
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6.010,8	13,3%	6.356,9	14,8%	-5,4%
Aplicações financeiras	228,4	0,5%	622,3	1,4%	-63,3%
Contas a receber de clientes	3.919,0	8,7%	3.085,1	7,2%	27,0%
Títulos a receber	113,1	0,3%	149,0	0,3%	-24,1%
Juros sobre capital próprio a receber	6,2	0,0%	7,4	0,0%	-16,9%
Estoques	4.948,2	10,9%	4.791,6	11,2%	3,3%
Ativos biológicos	1.510,5	3,3%	1.644,9	3,8%	-8,2%
Tributos a recuperar	728,9	1,6%	846,1	2,0%	-13,9%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	499,3	1,1%	388,7	0,9%	28,5%
Ativos mantidos para venda	41,6	0,1%	26,1	0,1%	59,1%
Outros ativos financeiros	90,5	0,2%	198,0	0,5%	-54,3%
Caixa restrito	127,8	0,3%	218,3	0,5%	-41,4%
Outros ativos circulantes	961,1	2,1%	559,2	1,3%	71,9%
Total do ativo circulante	19.185,5	42,4%	18.893,7	44,0%	1,5%
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	568,8	1,3%	527,7	1,2%	7,8%
Contas a receber de clientes	6,3	0,0%	10,7	0,0%	-41,5%
Títulos a receber	116,4	0,3%	186,5	0,4%	-37,6%
Tributos a recuperar	2.418,2	5,3%	1.482,6	3,5%	63,1%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	20,0	0,0%	36,0	0,1%	-44,5%
Impostos sobre a renda diferidos	1.369,4	3,0%	1.103,1	2,6%	24,1%
Depósitos judiciais	688,9	1,5%	732,6	1,7%	-6,0%
Ativos biológicos	903,7	2,0%	917,3	2,1%	-1,5%
Caixa restrito	407,8	0,9%	427,6	1,0%	-4,6%
Outros ativos não circulantes	87,2	0,2%	149,6	0,3%	-41,7%
Investimentos	68,2	0,2%	58,7	0,1%	16,2%
Imobilizado	12.190,6	27,0%	11.746,2	27,4%	3,8%
Intangível	7.197,6	15,9%	6.672,6	15,5%	7,9%
Total do ativo não circulante	26.043,0	57,6%	24.051,2	56,0%	8,3%
TOTAL DO ATIVO	45.228,5	100%	42.944,9	100%	5,3%

(1) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Ativo circulante

O ativo circulante somava R\$19.185,5 em 31 de dezembro de 2017 e R\$18.893,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R\$291,8 milhões, ou 1,5%. Em 31 de dezembro de 2017, o ativo circulante representava 42,4% do ativo total, comparado a 44,0% no ano anterior.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica caixa e equivalentes de caixa apresentou uma redução de R\$346,1 milhões, ou 5,4%, passando de R\$6.356,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$6.010,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, sendo essa redução decorrente principalmente devido ao consumo de caixa em suas operações (principalmente capital de giro) e atividades de investimento.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes somavam R\$3.919,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando um aumento de R\$833,9 milhões, ou 27,0%, em relação a 31 de dezembro de 2016, que

era de R\$3.085,1 milhões. Parte desse aumento reflete o aumento nas vendas realizadas no mercado externo.

Estoques

Os estoques passaram de R\$4.791,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$4.949,2 milhões em 31 de dezembro 2017, aumentando em R\$156,5 milhões, ou 3,3%. O crescimento identificado deu-se em função da queda nas vendas de final de ano, não esperadas pela Companhia.

Ativo não circulante

O ativo não circulante somava R\$26.042,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$24.051,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, um aumento de R\$1.991,3 milhões, ou 8,3%. O crescimento ocorreu principalmente em decorrência das rubricas aplicações financeiras, tributos a recuperar, impostos sobre a renda diferidos e intangível.

Aplicações financeiras

A rubrica de aplicações financeiras incorreu em um aumento em comparação com 31 de dezembro de 2016, passando de R\$527,7,0 milhões para R\$568,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, ou seja, um aumento de R\$41,1 milhões, ou 7,8%. Tal diferença reflete a estratégia da Companhia de aproveitar de forma mais eficiente os recursos disponíveis.

Tributos a recuperar

A rubrica tributos a recuperar aumentou em comparação com 31 de dezembro de 2016, passando de R\$1.518,6 milhões para R\$2.438,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, um aumento de R\$919,6 milhões, ou 60,6%. Essa alteração se deve, principalmente, a créditos relacionados à adesão do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) no segundo semestre de 2017.

Impostos sobre a renda diferidos

A rubrica de impostos sobre a renda diferidos aumentou em R\$266,2 milhões, ou 24,1%, passando de R\$1.103,1 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.369,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. O aumento é decorrente da constituição de imposto diferido ativo sobre o prejuízo fiscal do período.

Intangível

A rubrica intangível aumentou R\$529,9 milhões, ou 7,9%, passando de R\$6.672,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$7.202,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. O aumento foi ocasionado pela aquisição na Banvit no 2º trimestre de 2017.

(Em milhares de R\$, exceto quando %)

	31.12.17 ⁽¹⁾	AV - % 31.12.17	31.12.16 ⁽¹⁾	AV - % 31.12.16	Varição % 2017 x 2016
PASSIVO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	5.031,4	11,1%	3.245,0	7,6%	19,0%
Fornecedores	6.445,5	14,3%	5.839,8	13,6%	10,4%
Fornecedores risco sacado	715,2	1,6%	1.335,6	3,1%	-46,5%
Salários e obrigações sociais	668,6	1,5%	610,8	1,4%	9,5%
Obrigações tributárias	426,0	0,9%	319,6	0,7%	33,3%
Juros sobre capital próprio a pagar	1,9	0,0%	2,3	0,0%	-16,9%
Participações dos administradores e funcionários	95,9	0,2%	5,1	0,0%	1777,4%
Outros passivos financeiros	299,5	0,7%	529,6	1,2%	-43,4%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	536,1	1,2%	276,2	0,6%	94,1%
Planos de benefícios a empregados	85,2	0,2%	76,7	0,2%	11,1%
Outros passivos circulantes	602,6	1,3%	399,7	0,9%	50,8%
Total do passivo circulante	14.907,9	33,0%	12.640,4	29,4%	8,7%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	15.413,0	34,1%	15.717,4	36,6%	-1,9%
Obrigações tributárias	171,2	0,4%	13,1	0,0%	1211,7%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.237,1	2,7%	1.107,7	2,6%	11,7%
Impostos sobre a renda diferidos	155,3	0,3%	156,2	0,4%	-0,6%
Planos de benefícios a empregados	309,6	0,7%	253,4	0,6%	22,2%

Outros passivos não circulantes	1.321,6	2,9%	837,5	2,0%	57,8%
Total do passivo não circulante	18.607,8	41,1%	18.085,2	42,1%	2,9%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	12.460,5	27,6%	12.460,5	29,0%	0,0%
Reservas de capital	115,1	0,3%	41,0	0,1%	180,7%
Reservas de lucros	101,4	0,2%	1.350,7	3,1%	-92,5%
Ações em tesouraria	(71,5)	-0,2%	(721,9)	-1,7%	-90,1%
Outros resultados abrangentes	(1.405,2)	-3,1%	(1.290,3)	-3,0%	8,9%
Patrimônio líquido de controladores	11.200,2	24,8%	11.840,0	27,6%	-5,4%
Participação de não controladores	512,6	1,1%	379,4	0,9%	35,1%
Total do patrimônio líquido	11.712,8	25,9%	12.219,4	28,5%	-4,1%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	45.228,5	100,0%	42.944,9	100,0%	5,3%

(1) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Passivo circulante

O passivo circulante somava R\$14.907,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$12.640,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, um aumento de R\$2.267,5 milhões, ou 17,9%, que está relacionado principalmente ao saldo de empréstimos e financiamentos e fornecedores. A participação do passivo circulante sobre o passivo total era de 33,0% em 31 de dezembro de 2017 e 29,4% no período anterior.

Fornecedores

A rubrica de fornecedores totalizava R\$6.445,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, enquanto em 2016 o saldo era de R\$5.839,8 milhões em 31 de dezembro, um aumento de 10,4%, ou R\$605,6 milhões. Tal variação decorre, principalmente, da estratégia adotada pela Companhia de ampliar os prazos de pagamentos junto a seus fornecedores.

Fornecedores risco sacado

A Companhia realizou operações de risco sacado com instituições financeiras de primeira linha com o objetivo de alongar os prazos de pagamentos de parte de suas compras de matéria-prima, máquinas e equipamentos e insumos junto a fornecedores nos mercados interno e externo. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de fornecedores risco sacado teve montante total de R\$715,2 milhões enquanto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o montante apurado foi de R\$1.335,6 milhões apresentando uma redução de R\$620,4 milhões ou 46,5% no período comparativo.

Empréstimos e Financiamentos (circulante)

As dívidas de curto prazo, incluindo parcela corrente da dívida de longo prazo com instituições financeiras, somavam R\$5.031,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 ante R\$3.245,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, um crescimento de R\$1.786,3 milhões, ou 55,0%.

Passivo não circulante

O passivo não circulante somava R\$18.607,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$18.085,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, um aumento de R\$522,7 milhões, ou 2,9%. Tal aumento ocorreu principalmente pela variação na rubrica de outros passivos não circulantes.

Empréstimos e Financiamentos (não circulante)

As dívidas de longo prazo da Companhia com instituições financeiras somavam R\$15.413,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$15.717,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma redução de R\$304,3 milhões, ou 1,9%. O saldo se manteve estável, variando apenas pelas movimentações usuais desta rubrica.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2017 era de R\$11.712,4 milhões, enquanto que no final do exercício anterior era de R\$12.219,4 milhões. Houve uma redução de R\$507,0 milhões, ou 4,1%,

decorrente principalmente da absorção do prejuízo do período efetuado por meio do saldo da reserva de lucro e relativo ao cancelamento de ações em tesouraria.

Comparação das posições do Fluxo de Caixa de 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente

A tabela a seguir apresenta determinadas informações consolidadas de fluxo de caixa para os períodos indicados:

	Ano encerrado em 31 de dezembro de	
	2019	2018
Fluxo de Caixa	(em milhares de reais)	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais.....	2.521.230	295.685
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento.....	1.443.106	(1.415.879)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento.....	(4.817.102)	73.924
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa.....	54.540	71.452
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa.....	(798.226)	(974.818)

Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais

A Companhia registrou fluxos de caixa líquidos gerados nas atividades operacionais de R\$295,7 milhões em 2018, comparado a fluxos de caixa gerados nas atividades operacionais de R\$649,4 milhões em 2017. A redução de R\$353,7 milhões é devida principalmente a um aumento no prejuízo líquido para R\$2.114,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (comparado a um prejuízo líquido de R\$966,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017), ajustado pelos efeitos de entradas que não afetam o caixa de R\$4.425,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (comparado aos efeitos de entradas que não afetam o caixa de R\$3.752,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017), principalmente relacionados ao resultado financeiro de R\$2.241,5 milhões, parcialmente compensado por R\$340,1 milhões de imposto de renda diferido.

Fluxos de Caixa Aplicados nas Atividades de Investimento

A Companhia aplicou R\$1.415,9 milhões de caixa em atividades de investimento em 2018, comparado a R\$2.134,5 milhões em 2017, um aumento de R\$718,6 milhões, principalmente por a Companhia não ter utilizado nenhum caixa em combinações de negócio em 2018.

Fluxos de Caixa Gerados nas Atividades de Financiamento

A Companhia registrou fluxos de caixa gerados pelas atividades de financiamento de R\$73,9 milhões em 2018, comparado a fluxos de caixa gerados pelas atividades de financiamento de R\$1.057,1 milhões em 2017, principalmente pelo montante de emissão de dívida em 2018, que foi de R\$276,1 milhões líquido dos pagamentos, comparado ao montante de R\$687,7 milhões em 2017, adicionalmente à alienação de ações em tesourarias no montante de R\$509,9 milhões em 2017.

Comparação das posições do Fluxo de Caixa de 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente

A tabela a seguir apresenta determinadas informações consolidadas de fluxo de caixa para os períodos indicados:

	Ano encerrado em 31 de dezembro de	
	2018	2017
Fluxo de Caixa	<i>(em milhões de reais)</i>	
Caixa líquido gerados nas atividades operacionais.....	295,7	649,4
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento.....	(1.415,9)	(2.134,5)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento.....	73,9	1.057,1
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa.....	71,5	81,9
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa.....	(974,8)	(346,1)

Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais

A Companhia registrou fluxos de caixa líquidos gerados nas atividades operacionais continuadas de R\$428,4 milhões em 2018, comparado a fluxos de caixa gerados nas atividades operacionais continuadas de R\$669,8 milhões em 2017. A redução de R\$241,4 milhões é devida principalmente a um aumento no prejuízo líquido para R\$2.114,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (comparado a um prejuízo líquido de R\$966,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017), ajustado pelos efeitos de entradas que não afetam o caixa de R\$4.425,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (comparado aos efeitos de entradas que não afetam o caixa de R\$3.752,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017), principalmente relacionados ao resultado financeiro de R\$2.241,5 milhões, parcialmente compensado por R\$340,1 milhões de imposto de renda diferido.

A Companhia registrou fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades operacionais descontinuadas de R\$132,7 milhões em 2018, comparado a fluxos de caixa aplicados nas atividades operacionais descontinuadas de R\$20,4 milhões em 2017, resultando em fluxos de caixa líquidos gerados nas atividades operacionais consolidadas (continuadas e descontinuadas) de R\$295,7 milhões em 2018, comparado a fluxos de caixa líquidos gerados nas atividades operacionais consolidadas (continuadas e descontinuadas) de R\$649,4 milhões em 2017.

Fluxos de Caixa Aplicados nas Atividades de Investimento

A Companhia aplicou R\$1.326,7 milhões de caixa em atividades de investimento continuadas em 2018, comparado a R\$2.050,4 milhões em 2017, uma redução de R\$723,7 milhões, principalmente por a Companhia não ter utilizado nenhum caixa em combinações de negócio em 2018. Em 2018, o caixa aplicado em atividades de investimento consistiu principalmente em R\$578,0 milhões em despesas de capital em ativo imobilizado, R\$845,3 milhões na aquisição e formação de plantel de reprodutores e R\$249,4 milhões em caixa restrito. A Companhia registrou fluxos de caixa líquidos aplicados em atividades de investimento descontinuadas de R\$89,2 milhões em 2018, comparado a fluxos de caixa aplicados em atividades de investimento descontinuadas de R\$84,1 milhões em 2017, resultando em fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimento consolidadas (continuadas e descontinuadas) de R\$1.415,9 milhões em 2018, comparado a fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimento consolidadas (continuadas e descontinuadas) de R\$2.134,5 milhões em 2017.

Fluxos de Caixa Gerados nas Atividades de Financiamento

A Companhia registrou fluxos de caixa gerados pelas atividades de financiamento continuadas de R\$173,7 milhões em 2018, comparado a fluxos de caixa gerados pelas atividades de financiamento continuadas de R\$1.047,7 milhões em 2017. Em 2018, a Companhia recebeu recursos da emissão de títulos de dívida no valor de R\$6.500,1 milhões, o que foi parcialmente compensado pela amortização de dívida no valor de R\$6.224,0 milhões. A Companhia registrou fluxos de caixa líquidos aplicados em atividades de financiamento descontinuadas de R\$99,8 milhões em 2018, comparado a fluxos de caixa líquidos gerados em atividades de financiamento descontinuadas de R\$9,4 milhões em 2017, resultando em fluxos de caixa líquidos gerados nas atividades de financiamento consolidadas (continuadas e descontinuadas) de R\$73,9 milhões em 2018, comparado a fluxos de caixa líquidos gerados nas atividades de financiamento consolidadas (continuadas e descontinuadas) de R\$1.057,1 milhões em 2017.

Comparação das posições do Fluxo de Caixa de 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente

	Ano encerrado em 31 de dezembro de	
	2017	2016
Fluxo de Caixa	<i>(em milhões de reais)</i>	
Caixa líquido gerados nas atividades operacionais.....	652,8	1.821,1
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento.....	(2.288,0)	(4.159,9)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento.....	1.207,1	3.720,7
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa.....	81,9	(387,9)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa.....	(346,2)	994,0

Fluxos de caixa de atividades operacionais

Registramos fluxos de caixa líquidos proporcionados por atividades operacionais de R\$652,7 milhões em 2017, em comparação a fluxos de caixa fornecidos por atividades operacionais de R\$1.821,2 milhões em 2016. A redução de R\$1.168,5 milhões é devida principalmente a: (i) aumento na perda líquida para R\$1.125,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (comparado a um prejuízo líquido de R\$372,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016) ajustado pelos efeitos de entrada de fluxo não caixa de R\$3.883,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (comparado a efeitos de entrada de fluxo não caixa de R\$1.581,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), principalmente com relação a variações cambiais e juros de R\$1.561,1 milhões parcialmente compensados por R\$449,8 milhões de saída de fluxo de não caixa do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) e (ii) o fato de que os fluxos de caixa proporcionados por mudanças nos ativos e passivos operacionais foram menores em 2017, com um montante total de saída de caixa de R\$2.105,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em comparação à entrada de fluxo de caixa de R\$567,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Fluxos de Caixa Aplicados nas Atividades de Investimento

Utilizamos R\$2.288,0 milhões em caixa em atividades de investimento em 2017, comparado a R\$4.159,9 milhões em 2016, uma redução de R\$1.871,9 milhões, principalmente como resultado do menor uso de caixa em combinações de negócios em 2017 (redução de R\$1.752,0 milhões). Em 2017, nosso caixa usado em atividades de investimento consistiu principalmente de R\$1.119,7 milhões em aquisição de negócios, líquido de caixa, principalmente com relação à aquisição do Banvit no valor de

R\$1.034,1 milhões, R\$887,0 milhões em despesas de capital em propriedade, unidades e equipamentos, R\$713,2 milhões para aquisição e reprodução de gado e R\$74,7 milhões em caixa restrito.

Fluxos de Caixa Gerados nas Atividades de Financiamento

Registramos fluxos de caixa fornecidos para atividades de financiamento de R\$1.207,1 milhões em 2017, em comparação a fluxos de caixa fornecidos para atividades de financiamento de R\$3.720,7 milhões em 2016. Em 2017, recebemos recursos da emissão de dívida no montante de R\$9.698,4 milhões, parcialmente compensados pelo pagamento de dívidas no valor de R\$9.001,2 milhões. Também recebemos recursos da alienação de ações de tesouraria no valor de R\$509,9 milhões para acelerar a redução dos nossos índices de alavancagem financeira.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a. Resultados das operações do emissor

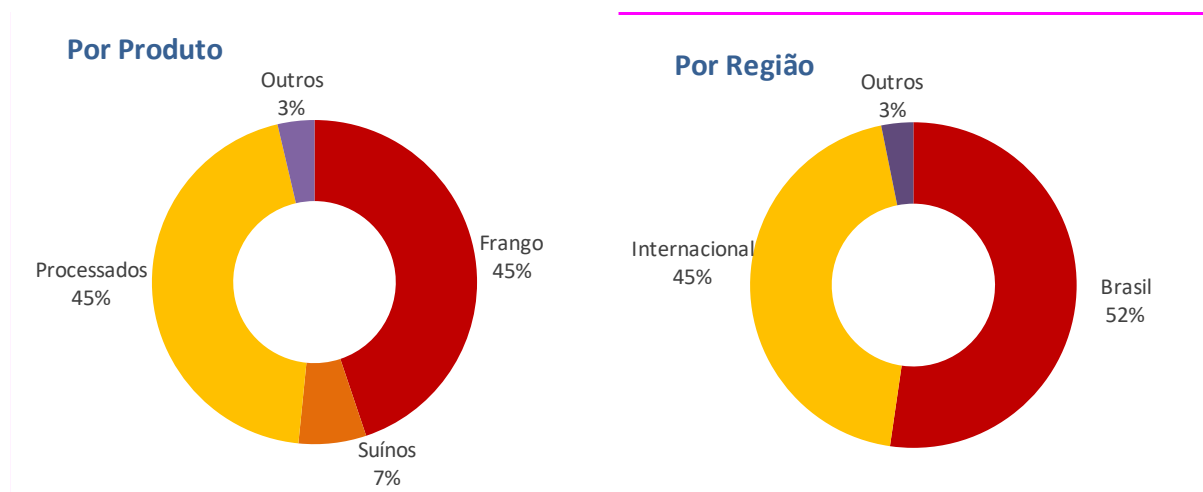
i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A seguir, um detalhamento dos nossos produtos vendidos no Brasil e a clientes internacionais:

- **Produtos à base da Carne**, consistindo em carne *in natura* resfriada e/ou congelada, que definimos como frango inteiro e em cortes, carne suína e cortes de carne bovina;
- **Produtos Alimentícios Processados**, incluindo o seguinte:
 - Frangos inteiros e em cortes, congelados, marinados (vendidos sob a marca *Chester®*) e perus;
 - Carnes de especialidades, como salsichas, produtos à base de presunto, mortadela, salsichas *frankfurter*, salames, bacon e outros produtos defumados; e
 - Carnes processadas congeladas, como hambúrgueres, *steaks*, empanados, kibes e almôndegas;
- **Outros Produtos Processados**, incluindo o seguinte:
 - Margarina; e
 - Pratos principais preparados congelados, como lasanhas, pizzas e sobremesas, bem como outros alimentos congelados; e
- **Outros**, consistidos em farelo de soja, farinha de soja refinada e ração animal.

Antes dos desinvestimentos realizados no âmbito do Plano de Reestruturação Operacional e Financeira, divulgado em junho de 2018, outros produtos processados incluíam maionese, mostarda e ketchup.

Os gráficos abaixo apresentam a receita da Companhia em 2019 dividida em produtos e unidades de negócio:



ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais, condição financeira e liquidez da Companhia foram e continuarão sendo influenciados por uma ampla gama de fatores, incluindo:

- Condições econômicas no Brasil e no exterior;
- O efeito das barreiras comerciais e outras restrições de importação;
- Preocupações relacionadas ao Covid-19, a ASF, a gripe aviária e outras doenças de origem humana e animal;
- A sensibilidade do mercado doméstico às mudanças na demanda global, incluindo o efeito das ações dos principais concorrentes brasileiros e aumentos temporários na oferta de produtores em outros países;
- Mudanças nos preços de *commodities*;
- Flutuações na taxa de câmbio e inflação;
- Taxas de juros;
- Custos de frete.

Fatores sazonais e volatilidade que afetam tanto os preços de matéria-prima quanto os preços de vendas podem afetar materialmente os resultados da Companhia.

O custo de produção da Companhia é dependente principalmente do preço e oferta de milho e farelo de soja. Entre outras matérias-primas, estão soja em grãos, suínos e bovinos, por exemplo. Os preços de venda dos produtos da Companhia são determinados por alterações constantes na oferta e demanda que podem flutuar de maneira significativa, além de outros fatores externos que a Companhia não consegue controlar, como flutuações nos níveis de produção doméstica global de aves, suínos e bovinos, mudanças nas regulamentações ambientais, mudanças na conjuntura econômica, condições climáticas, doenças em animais e na lavoura e custos atrelados a taxas de câmbio. Adicionalmente, os preços das principais matérias-primas, incluindo milho, farelo de soja e soja (em grão), estão sendo afetados pela disputa comercial entre EUA e China. Não há certezas sobre o horizonte de resolução, bem como sobre os efeitos nas condições econômicas e políticas mundiais no longo prazo. Qualquer mudança no preço ou na disponibilidade de matéria-prima necessária para a produção de nossos produtos causadas por esses ou outros fatores poderão impactar a Companhia.

O setor econômico no qual a Companhia está inserida também é caracterizado por períodos cíclicos, onde preços e rentabilidade oscilam em decorrência dos patamares de oferta e demanda. Não há certeza de que a Companhia conseguirá se adaptar adequadamente aos períodos cíclicos ou à volatilidade, sendo que podem ter efeitos adversos em nossas operações ou resultados financeiros.

Desastres naturais, pandemias ou variações climáticas extremas, incluindo enchentes, calor ou frio excessivo, furacões ou outras tempestades, assim como qualquer interrupção em nossas plantas que necessitem a realocação temporária de funções para outras instalações podem prejudicar o crescimento e a saúde de animais vivos ou interferir em nossas operações em razão de faltas de

energia, danos à nossa produção e instalações de processamento ou interrupção de canais ou sistemas de informação. O surto do COVID-19 ("Coronavírus"), originado na China no final de 2019 e declarado como pandemia global pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020, poderá afetar adversamente os negócios e as operações da Companhia, inclusive na medida que entregas estimadas de produtos podem vir a ser atrasadas substancialmente tanto como resultado da maior propagação do vírus ou como resultado de medidas preventivas implementadas por governos ou empresas para limitar a disseminação do mesmo. Além disso, as operações da Companhia incluem instalações globais de produção e distribuição e, caso haja um surto de Coronavírus nas suas instalações ou nas comunidades onde a Companhia opera e distribui os seus produtos, a sua distribuição, operação, empregados, fornecedores, consumidores e canais de distribuição poderão ser severamente afetados. Referida pandemia poderá também ter um impacto adverso na demanda de consumo, no preço das commodities, na economia e nos mercados financeiros de diversos países, resultando em um desaquecimento econômico que poderá afetar a demanda pelos produtos da Companhia e causar um efeito material adverso sobre o resultado de suas operações.

A seguir, apresentamos maiores detalhes sobre estes fatores:

Situação econômica mundial e brasileira

O Conselho Monetário Nacional definiu a meta de inflação no Brasil em 4,25% para 2019, com uma possível variação de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. A taxa de inflação, que esteve abaixo da meta em 2,95% e 3,75% em 2017 e 2018, respectivamente, aumentou para 4,31% em 2019. Os aumentos de preços geralmente reduzem o poder de compra dos consumidores, especialmente entre as classes de renda mais baixas e acabam limitando o consumo.

O mercado de trabalho brasileiro registrou taxa média de desemprego de 11,8% em 2019, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios ("PNAD") do IBGE, o que representa uma leve deterioração quando comparado a 11,6% em 2018. Além disso, após subir para 93,0 pontos em 2018, a confiança do consumidor brasileiro recuou para 91,6 pontos em dezembro de 2019, segundo uma Pesquisa de Consumo da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O PIB real do Brasil aumentou a uma taxa média anual de 2,3% de 2004 a 2019. Após aumentar 0,5% em 2014, o PIB brasileiro diminuiu 3,5% por dois anos consecutivos, em 2015 e em 2016. Reagindo a essa fraca situação econômica, o Banco Central reduziu a taxa SELIC, a taxa básica de juros de curto prazo. Em termos gerais, a tendência a longo prazo em taxas de juros continua em queda, de 17,8% em 31 de dezembro de 2004 para 4,0% em 31 de dezembro de 2019. Em 2019, o PIB cresceu 1,1% comparado a 2018.

O real desvalorizou 4,0% em relação ao dólar americano em 2019, de R\$3,87 por US\$1,00 em 2018 para R\$4,03 por US\$1,00 em 2019.

Barreiras tarifárias e outras barreiras (forma clássica e oriundas de processos de defesa comercial)

A demanda global por produtos de aves e suínos brasileiros é significativamente afetada por barreiras comerciais, incluindo: (i) as barreiras tarifárias, ou altas tarifas de importação que protegem determinados mercados domésticos; (ii) as barreiras não-tarifárias, principalmente cotas de importação, barreiras sanitárias (que são o tipo mais comum de barreiras enfrentadas pela indústria da carne) e barreiras religiosas/técnicas. Além disso, alguns países empregam subsídios para a produção e as exportações, que tendem a distorcer o comércio internacional e interferir no negócio da Companhia. Nós monitoramos continuamente as barreiras comerciais e outras restrições em importações nos mercados de frango, suínos e bovinos no mundo diretamente ou a partir de firmas de consultoria especializadas, já que essas restrições afetam significativamente a demanda por nossos produtos e o nível de nossas exportações.

A União Europeia (desde 2007), a Rússia (desde 2012) e o México (desde 2013) protegem suas indústrias locais de carne com a aplicação de cotas de importação e a cobrança de tarifas (por vezes proibitivas) para os volumes exportados fora da cota determinada.

Em setembro de 2013, a África do Sul aumentou as tarifas de importação para produtos derivados de frango procedentes de todos os países, com exceção da União Europeia (devido a um acordo de livre comércio entre eles que estabelece tarifa zero para a produtos de aves). As tarifas passaram para 82% para o frango inteiro, 12% para os cortes desossados e 37% para os cortes com osso. Novas tarifas estão sendo consideradas pelo governo sul-africano.

Em dezembro de 2016, a Arábia Saudita aumentou as tarifas de importação para produtos derivados de frango de 5% para 20%.

Em agosto de 2017, o governo chinês iniciou uma investigação a respeito de práticas *antidumping* nas exportações brasileiras de frango inteiro e em partes, incluindo as exportações da BRF. Em uma determinação preliminar em junho de 2018, as autoridades chinesas impuseram a aplicação provisória de tarifa de importação no frango brasileiro. A investigação terminou em fevereiro de 2019 e os exportadores brasileiros concordaram em aceitar um preço mínimo de venda para a China.

Em agosto de 2018, o Iraque decidiu aplicar uma tarifa extra sobre importação, aumentando de 10% para 60% a tarifa sobre produtos de frango.

Barreiras não-tarifárias

Cotas de Importação

Em 2005, o Brasil obteve resultado favorável em painel contra a União Europeia na OMC em relação à reclassificação (e aumento da tarifa) das exportações de carne de peito de frango salgada. Como contrapartida, a União Europeia introduziu cotas para as importações de alguns códigos tarifários, notadamente de peito de frango salgado, peito de peru marinado e de frango processado e, em julho de 2007, foi concedida ao Brasil parcela majoritária dessas cotas.

A Rússia, desde 2003, utiliza cotas para controlar suas importações de carne suína, bovina e de aves. Como parte das negociações para sua adesão à Organização Mundial do Comércio ("OMC"), a partir de 1º de janeiro de 2020, a Rússia aboliu as cotas de suínos. Atualmente, qualquer companhia pode importar carne suína pagando uma tarifa de importação fixa de 25%.

As seguintes cotas são aplicadas à importação de frango: tarifa intracota de 25% e extracota de 80%. O volume total das cotas é de 364 mil toneladas divididas em 100 mil toneladas de cortes desossados, no qual 80 mil toneladas são alocadas para a União Europeia e 20 mil toneladas para outros países; 250 mil toneladas de carne com osso, sem discriminação geográfica; e para perus, 14 mil toneladas de desossados e/ou carne com osso, sem discriminação geográfica. No entanto, nem todos os códigos podem ser importados dentro das cotas, e.g. grillers e frangos inteiros desossados (shawarma) estão submetidos à 80% de imposto de acordo com as regulações alfandegárias internas da Rússia.

Para bovinos, as cotas aplicadas para importação são: tarifas intracotas de 15% e extracota de 50%. Cotas para carne resfriada – 40 mil toneladas na qual 29 mil toneladas são para a EU e 11 mil para os demais países. Cotas para a carne congelada – 530 mil toneladas, sendo que 60 mil foram alocadas para a União Europeia, 60 mil para os EUA, 3 mil para Costa Rica e 407mil toneladas para os demais países.

Em dezembro de 2017, o México renovou a sua cota de importação de carne de frango de 300 mil toneladas até 2019, sendo que em outubro desse ano a mesma expirou.

Barreiras sanitárias

Apesar de progressos nas negociações, diversos mercados importantes (a despeito de avanço nas negociações para abertura comercial) ainda não estão abertos para os produtos derivados de carne brasileiros em função de barreiras sanitárias. São os casos de União Europeia e Colômbia para a carne suína; e Taiwan e Panamá para frango.

Como resultado da Operação Trapaça, em 5 de março de 2018, recebemos do Ministério da Agricultura, Meio-Ambiente e Abastecimento ("MAPA") uma notificação que suspendia imediatamente as exportações das plantas de Rio Verde/GO, Carambei/PR e Mineiros/GO para 13 países que tinham exigências sanitárias específicas relacionados ao controle de *Salmonella spp.* O MAPA suspendeu temporariamente as exportações de dez outras plantas da BRF para a União Europeia em 15 de março de 2018, mas revogou tal suspensão em 18 de abril de 2018. Em 14 de maio de 2018, a União Europeia divulgou decisão de remover 12 de nossas plantas do Brasil da lista que habilitava a importação de produtos de origem animal para os países da União Europeia. A União Europeia normalmente tem requisições mais rigorosas relacionadas à níveis de Salmonella e outros padrões de segurança alimentar comparado ao Brasil e aos mercados em que operamos.

Dado o banimento da importação de nossas plantas, não estamos mais aptos a vender nossos produtos produzidos nas plantas embargadas para a União Europeia e temos que redirecionar nossa capacidade de produção para outros mercados, os quais podem operar com níveis diferentes de preços e margens.

Barreiras técnicas

No curto prazo, temos que responder rapidamente a qualquer imposição de qualquer nova restrição, incluindo restrições temporárias de saúde através do redirecionamento para outros mercados ou alterando as especificações do produto, com o intuito de atender às novas exigências visando minimizar os efeitos das nossas exportações líquidas. No longo prazo, estas restrições podem afetar a taxa de crescimento do nosso negócio.

Em janeiro de 2018, a Arábia Saudita instituiu a exigência do *non-stunning* para o processo de abate animal. A Arábia Saudita considerou que as práticas de abate das companhias brasileiras violavam os princípios Halal, devido ao uso de um choque elétrico para atordoar as aves. A BRF e outras companhias brasileiras, por essa razão, necessitaram migrar seus processos produtivos para o abate *non-stunning* para que pudessem suprir o mercado saudita. Nós incorremos, e esperamos incorrer, custos adicionais relacionados à essas requisições para a exportação à Arábia Saudita. Em janeiro de 2019, a autoridade sanitária da Arábia Saudita publicou relatório habilitando 25 estabelecimentos brasileiros como exportadores de carne de frango para aquele país. A BRF passou a ter oito dentre as vinte e cinco plantas habilitadas para exportação de carne de frango para a Arábia Saudita, sendo que uma das plantas que a BRF exportava (Lajeado/RS/SIF 1449), não consta da nova lista. Entretanto, as oito plantas habilitadas possuem capacidade suficiente de atendimento da demanda daquele mercado. Embora continuemos com o redirecionamento de produção de frango para a Arábia Saudita às fábricas habilitadas sem mudanças disruptivas significativas nos embarques para este mercado, estas mudanças podem resultar em redução de receitas e aumento de despesas.

Consequências da ocorrência de surtos e/ou casos de doenças animais de interesse econômico e de saúde pública

Gripe Aviária (Influenza Aviária, IA)

A gripe aviária tem atraído a atenção da comunidade internacional ao longo dos anos, com surtos em aves de criação, tendo sérias consequências, tanto na subsistência quanto no comércio internacional em muitos países. Além disso, embora a maioria dos vírus da gripe aviária não infecte seres humanos, alguns, como a gripe aviária H5N1 e H7N9, são bem conhecidos do público devido à sua implicação em infecções graves e, por vezes, fatais em pessoas.

A demanda por produtos da Companhia pode ser significativamente afetada por surtos de doenças em animais, como a gripe aviária. Se um número significativo de novos casos de gripe aviária ocorrer em humanos, ainda que não seja em nenhum dos seus mercados, a demanda pelos seus produtos de aves

tanto dentro quanto fora do Brasil poderá ser afetada negativamente e a extensão do efeito para a Companhia não pode ser previsto. Até mesmo casos isolados de gripe aviária em humanos podem impactar negativamente os seus negócios devido à sensibilidade pública à doença.

O Brasil ainda não teve um caso documentado de gripe aviária, embora haja preocupações de que um surto de gripe aviária possa ocorrer futuramente no país. Qualquer surto de gripe aviária no Brasil poderia levar ao descarte necessário dos plantéis de aves da Companhia, o que resultaria na diminuição das vendas no setor avícola, impediria a recuperação dos custos incorridos na criação ou compra de aves e resultaria em despesas adicionais para o descarte de aves. Além disso, qualquer surto de gripe aviária no Brasil provavelmente levaria a restrições imediatas na exportação de alguns de seus produtos para os principais mercados de exportação. Medidas preventivas adotadas pelas autoridades brasileiras, caso haja, podem não ser eficazes para impedir a disseminação da gripe aviária no Brasil. Além disso, qualquer futuro surto significativo de gripe aviária no Brasil poderia levar a uma pressão para o descarte de suínos, ainda que não seja comprovada nenhuma ligação entre os casos de gripe e o consumo de carne suína. Qualquer descarte de suínos da Companhia dessa natureza resultaria na diminuição das vendas de carne suína, impediria a recuperação dos custos incorridos na criação ou compra de suínos e resultaria em despesas adicionais para o descarte de suínos. Desse modo, qualquer disseminação da gripe aviária ou o aumento das preocupações sobre essa doença pode ter efeito substancial e adverso sobre a Companhia.

Outras enfermidades animais

Da mesma forma, a demanda nos mercados de exportação da Companhia pode ser influenciada por outras enfermidades. Por exemplo, as importações de suínos da maior parte dos estados brasileiros sofreram banimento da Rússia de 2005 a 2007, devido aos casos de febre aftosa nos estados do Mato Grosso do Sul e Paraná. Nós não criamos suínos nos estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná. No entanto, o banimento afetou as importações brasileiras para a Rússia no geral e, na época, exigiu que a Companhia transferisse a produção de suínos para o mercado russo para o Rio Grande do Sul, o único estado brasileiro que não ficou sujeito à proibição, até a Rússia suspender restrições nas importações provenientes de outros oito estados brasileiros em dezembro de 2007.

Mais recentemente, uma doença viral chamada diarreia epidêmica suína foi diagnosticada na América do Norte e na Ásia. Os principais sinais clínicos são sintomas entéricos, baixa estatura e alta mortalidade. Nestas regiões, a doença foi responsável por significativa redução dos animais em fase de terminação e consequente aumento dos preços em decorrência da redução da oferta. Ainda não há vacinação para prevenção da doença, mas procedimentos de biossegurança e gerenciamento podem reduzir seus impactos.

Surtos de Febre Suína Africana estão sendo reportados desde agosto de 2018. O mercado chinês alterou suas compras como resultados desses surtos. Consequentemente, nossos volumes de cortes de suínos vendidos à China aumentaram. Como consequência dos surtos de Gripe Suína Africana na China, o MAPA suspendeu a importação de tripa de porco natural da China. Esta medida foi preventiva e já foi suspensa.

Em 2019, o caso mais recente de Gripe Suína Clássica ("GSC") foi confirmado no estado brasileiro do Alagoas. Apesar da região não ser reconhecida como livre de GSC, o governo brasileiro tomou ações para restringir o surto. Nenhum embargo comercial foi reportado como resultado desse surto.

Efeito da demanda do mercado exportador no mercado doméstico

As flutuações na demanda de produtos de aves, suínos e bovinos em nossos mercados de exportação geralmente afetam os preços de fornecimento e venda desses produtos no mercado brasileiro. Os exportadores brasileiros geralmente redirecionam os produtos do mercado internacional para o mercado interno, aumentando o fornecimento desses produtos internamente e, muitas vezes, afetando negativamente o preço de venda. Consequentemente, isso afeta as nossas vendas líquidas no mercado interno.

Por exemplo, em 2017, a Rússia embargou as importações de carne de porco do Brasil, alegando a presença de ractopamina na ração dos animais. Em decorrência disso, quase 259,4 mil toneladas por ano tiveram que ser redirecionadas a outros mercados, o que acabou gerando excesso de oferta no mercado interno e contribuiu para a diminuição do preço da carcaça de porco em 2018.

Em agosto de 2017, o governo chinês iniciou uma investigação de *antidumping* com relação às exportações brasileiras de frango inteiro e cortes de frango, incluindo as exportações da BRF. Na determinação preliminar divulgada em junho de 2018, as autoridades chinesas impuseram impostos de importação provisórios sobre os produtos à base de aves importados do Brasil. A investigação terminou em fevereiro de 2019 e os exportadores brasileiros concordaram com determinados preços mínimos de exportação nas vendas para a China.

Além disso, em abril de 2018, a Arábia Saudita instituiu a exigência de não atordoamento dos animais no processo de abate. A Arábia Saudita alegou que as práticas de abate de frango das empresas brasileiras violavam as práticas halal devido ao uso de choque elétrico para deixar as aves atordoadas. A BRF e outras empresas brasileiras foram então obrigadas a migrar seus processos de produção para abatedouros que não utilizam práticas de atordoamento dos animais para poder abastecer o mercado saudita.

Em 2019, a demanda chinesa por proteínas importadas cresceu significativamente em razão da Febre Suína Africana, um vírus mortal que reduziu drasticamente a oferta local de carne suína e, consequentemente, aumentou o preço local e global de proteína. Em 2019, a China habilitou 9 plantas de frango, seis plantas de suínos e vinte e duas plantas de bovinos brasileiras para melhorar o volume de importação e reduzir seu déficit de proteínas.

A Companhia monitora as ações de seus nossos concorrentes nacionais, uma vez que também são impactados por mudanças no mercado externo e podem redirecionar seus produtos para o mercado interno ou externo. Além disso, monitora as flutuações na oferta gerada pelos produtores na China, nos EUA, na União Europeia e em outras regiões, pois o aumento da produção nesses mercados pode levar a uma maior oferta em outros países.

Custo com transporte

O custo de transporte dos produtos da Companhia ao longo da sua rede de distribuição doméstica e para os seus clientes no exterior é significativo, sendo afetado por flutuações no preço do petróleo. Em 2019, 2018 e 2017, os custos com frete representaram aproximadamente 5,0%, 5,5% e 5,0% das receitas líquidas das operações continuadas. A Companhia envia seus produtos de exportação por navios e, em grande maioria, através das modalidades CFR (*cost and freight*) ou DDP (*delivered duty paid*), os quais a exigem pagar pelo frete e pelos custos com seguro. Em 2019, companhias de transporte incluíram o fator de ajuste do *bunker* (o combustível utilizado pelos navios) em seus acordos em razão da incerteza em combustíveis futuros, como resultado da instabilidade política no Oriente Médio. Em 2019, as companhias marítimas também começaram a se preparar para a implementação das regulações de baixo enxofre (Low-Sulphur Regulation) da Organização Marítima Internacional (ou "OMI"), que foram efetivadas em 1º de janeiro de 2020. Como resultados da nova regulação, os níveis de frete da Companhia aumentaram aproximadamente entre 10% e 12%, em razão do maior custo do *bunker* VLSFO, no qual cria emissões menores de enxofre comparados ao bunker IFO. É esperado que a nova regulação da OMI afete todos os agentes do setor marítimo.

A demanda global por proteínas também é esperada que pressione os níveis de frete e restrinja a disponibilidade de containers em razão da Febre Suína Africana na China, especialmente em rotas marítimas com capacidades restritas, como a da América do Sul para a Ásia. Em razão da incerteza do tamanho do crescimento da demanda global e da necessidade de acordos bilaterais entre os países produtores e a China, atualmente a Companhia não consegue estimar os efeitos possíveis nos níveis de frete.

Para informações sobre o impacto dos preços de *commodities* e os efeitos das variações da taxa de câmbio, inflação e taxa de juros na receita da Companhia, vide item 10.2.c abaixo.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alteração de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As informações deste item estão prestadas no item 10.2.c abaixo.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Preços de commodities

Várias das matérias-primas da Companhia são *commodities* cujos preços flutuam constantemente em resposta às forças de mercado de oferta e procura. A Companhia compra grandes quantidades de farelo de soja, soja (grão) e milho, usados substancialmente na produção de toda ração animal própria. Em sua maior parte, os preços das *commodities* que a Companhia compra são expressos em reais. Embora os custos dos insumos sejam denominados em reais, os preços das *commodities* tendem a acompanhar os preços internacionais e são influenciados por flutuações das taxas de câmbio. As compras de milho, farelo de soja e soja representaram aproximadamente 28,1% do custo de vendas da Companhia em 2019, em comparação a 24,8% em 2018. Embora a Companhia produza a maior parte do rebanho suíno que utiliza nos seus produtos de carne suína, a Companhia também comprou suínos no mercado à vista em 2019 (2,8% do abate total de suínos).

Além disso, os preços de venda de muitos de seus produtos, incluindo todos os seus produtos para o mercado internacional, são altamente sensíveis ao preço de mercado dessas *commodities* e flutuam com esse preço. Em 2019, a média do preço do milho no Brasil foi 5,8% menor que 2018. Além disso, o preço do milho em dezembro de 2019 foi 19,9% maior do que 2018. Em 2019, a média do preço do farelo de soja no Brasil foi 8,9% menor do que a média do preço em 2018. Comparando dezembro de 2019 com dezembro de 2018, o preço do farelo de soja no Brasil foi 5,9% maior. O efeito da queda ou aumento de preços de matérias-primas sobre a margem bruta da Companhia é maior no tocante a produtos de natureza mais similar a produtos frescos do que em relação a produtos de maior valor agregado.

A capacidade da Companhia de repassar aumentos de preços de matéria-prima a seus preços de venda é limitada pelos preços vigentes dos produtos vendidos em seus mercados internos e internacionais, especialmente para os produtos frescos.

Efeitos das variações da taxa de câmbio e inflação

A tabela abaixo apresenta, nos períodos indicados, a flutuação do real frente ao dólar norte-americano, as taxas de câmbio diárias médias e de encerramento de período e inflação brasileira medidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("INPC"), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M").

	2019	2018	2017
Apreciação (depreciação) do real frente ao dólar norte americano	(4.02%)	(17.14%)	(1.50%)
Taxa de câmbio do encerramento do período (U.S.\$1.00)	R\$4.03	R\$3.87	R\$3.31
Média (diária) da taxa de câmbio (U.S.\$1.00) ⁽¹⁾	R\$3.95	R\$3.66	R\$3.19
Taxa de câmbio básica SELIC (meta) do encerramento do período ⁽²⁾	4.50%	6.50%	7.00%
Inflação (INPC) ⁽³⁾	4.48%	3.43%	2.07%
Inflação (IPCA) ⁽⁴⁾	4.31%	3.75%	2.95%
Inflação (IGP-M) ⁽⁵⁾	7.30%	7.55%	(0.53)%

Fonte: IBGE, Fundação Getúlio Vargas e Banco Central do Brasil.

- (1) A média (diária) da taxa de câmbio é a soma das taxas de câmbio diárias com base na transação PTAX 800 Opção 5, dividida pelo número de dias úteis do período.
- (2) A taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação de Custódia) é a principal taxa de juros de referência brasileira.
- (3) O INPC é publicado pelo IBGE e mede a inflação para famílias com renda entre um e oito salários mínimos mensais em 11 regiões metropolitanas do Brasil.
- (4) O IPCA é publicado pelo IBGE e mede a inflação para famílias com renda entre um e 40 salários mínimos mensais em 11 regiões metropolitanas do Brasil.

- (5) O IGP-M atribui pesos diferentes ao consumidor, preços de atacado e preços de construção. O IGP-M é publicado pela Fundação Getúlio Vargas, fundação privada.

Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são significativamente afetados por mudanças no câmbio do real frente ao dólar norte-americano, euro e libra esterlina. As vendas da Companhia nos mercados internacionais são faturadas principalmente em dólares norte-americanos e, na Europa, em euros e libras esterlinas, porém seus resultados operacionais são registrados em reais. A apreciação do real frente a essas moedas reduz o valor que recebemos em reais, diminuindo, dessa forma, as vendas líquidas da Companhia relacionadas aos mercados internacionais, sendo que o oposto ocorre quando o real deprecia em relação às outras moedas.

Os preços do farelo de soja e da soja, importantes ingredientes das rações para animais da Companhia, estão diretamente vinculados ao dólar norte-americano. O preço do milho, outro importante ingrediente das rações, também é indexado, porém em níveis inferiores ao da soja e ao farelo de soja. Além do farelo de soja, da soja e do milho, a Companhia compra, dos seus fornecedores localizados no exterior, tripas para linguças, nutrientes minerais para ração, embalagens e outras matérias-primas, assim como equipamentos para uso em suas unidades de produção, os quais são pagos em dólar ou outras moedas estrangeiras. Quando o real se deprecia frente ao dólar, o custo em reais das matérias-primas e equipamentos da Companhia atrelados à moeda dos Estados Unidos aumenta, sendo que tais aumentos podem afetar negativa e materialmente seus resultados operacionais. Por outro lado, a apreciação do real tem um efeito positivo nos seus custos já que parte deles são fixados em dólar, contudo essa redução não afeta imediatamente seus resultados operacionais por causa da duração do seu ciclo de produção de aves e suínos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha obrigações de dívida em moeda estrangeira no valor total de R\$11.006,5 milhões, representando, na data, 59,1% do seu endividamento total consolidado. Apesar de administrar uma parcela dos seus riscos cambiais por meio de derivativos e fluxos de caixa futuros de exportações em dólares norte-americanos e outras moedas estrangeiras, as obrigações de dívida da Companhia em moeda estrangeira não se encontram completamente protegidas. Uma acentuada depreciação do real frente ao dólar ou outras moedas aumentaria o montante em reais que seriam necessários para atender os requisitos do serviço de dívida das suas obrigações em moeda estrangeira.

Historicamente, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia são afetados pelos índices de inflação no Brasil. A demanda de seus produtos no mercado doméstico é sensível à inflação dos preços ao consumidor, conforme refletido em variações no INPC e IPCA, sendo que os custos e despesas da Companhia são incorridos em sua maioria em reais. Devido ao fato de que contratos de longo prazo com fornecedores e clientes não são habituais no setor da Companhia e os preços são geralmente negociados mensal ou trimestralmente, altas na inflação causam um impacto imediato nas suas vendas líquidas e custos.

O índice IGP-M geralmente é usado na negociação de preços que a Companhia paga aos seus fornecedores como referência para a inflação. Além disso, a Companhia adquire energia elétrica para operar suas unidades de produção por meio de contratos de longo prazo que incluem ajustes periódicos de inflação de acordo com o índice IGP-M.

Em termos de custos com pessoal, os salários são ajustados somente uma vez ao ano, com base em acordos coletivos entre os sindicatos patronais e sindicatos de trabalhadores. Geralmente, os sindicatos dos trabalhadores seguem o INPC como parâmetro para suas negociações.

Efeitos das taxas de juros

Nossas despesas financeiras são afetadas por movimentos nas taxas de juros brasileiras e estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2019, 36,6% do nosso endividamento total de R\$18.602 milhões era (1) denominado em reais (ou em *swap* cambial) e têm juros indexados às taxas de juros flutuantes brasileiras, como a TJLP, a taxa de juros utilizada em nossos contratos de financiamento com o BNDES, ou o CDI, a taxa do certificado de depósito interbancário aplicado aos nossos contratos de *swap* cambial

e algumas de nossas outras dívidas denominadas em real, ou IPCA ou (2) denominado em dólares, indexado a uma taxa de juros flutuante com base na LIBOR. Qualquer aumento no CDI, TJLP ou LIBOR pode ter um efeito adverso sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais.

A tabela abaixo mostra as taxas médias de juros às quais fomos expostos nos anos seguintes:

	Média dos juros do exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
	(%)	(%)	(%)
TJLP	5.6	7.0	7.0
CDI	4.4	6.4	6.9
LIBOR de seis meses	1.9	2.9	1.8

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Em decorrência do plano de reestruturação operacional e financeira divulgado nas demonstrações financeiras de 2018, ao longo do exercício findo em 31.12.19 foram concluídas as alienações das operações na Argentina, Europa e Tailândia, assim como da unidade de Várzea Grande-MT. Os detalhes das operações estão demonstrados a seguir:

Em 02.01.19, a transação de venda das ações representativas de 91,89% do capital social da anteriormente controlada Quickfood S.A. foi concluída. Nesta data, a Marfrig Global Foods S.A. ("Marfrig") efetuou o pagamento do montante equivalente a R\$211.835 (USD54.891) à BRF Durante o 3º trimestre de 2019, as partes acordaram no valor do ajuste de preço pelo capital de giro, dívida líquida e outros itens contratuais, o que gerou uma redução do preço no montante equivalente a R\$20.544 (USD4.954).

Em 23.01.19, a transação de venda dos imóveis e equipamentos da unidade de Várzea Grande-MT à Marfrig foi concluída pelo valor de R\$100.000, sendo recebido o valor de R\$81.500, líquido de custos associados. Em 01.04.19, todas as condições precedentes foram superadas e o adquirente assumiu em definitivo as operações da unidade.

Em 04.02.19, a transação de venda da Avex S.A. foi concluída, sendo que o valor equivalente a R\$82.736 (USD22.500) foi recebido à vista e o equivalente a R\$86.990 (USD22.324) será recebido por meio da liquidação de passivos da Avex S.A. com a BRF.

Em 28.02.19, a anteriormente controlada Campo Austral S.A. concluiu a venda de sua planta localizada na cidade de Florencio Varela, na Argentina, e de todos os ativos e passivos relacionados, inclusive as marcas "Bocatti" e "Calchaquí", à sociedade argentina BOGS S.A. pelo montante equivalente a R\$95.036 (USD26.753), recebido em março de 2019.

Em 11.03.19, a Companhia concluiu a venda de 100% das ações de emissão da Campo Austral S.A., à sociedade argentina La Piamontesa de Averaldo Giacosa y Compañía S.A. por valor equivalente a R\$29.359,00 (USD7.619), dos quais USD3.619 foram recebidos à vista e USD4.000 serão pagos em parcelas.

Em 03.06.19, a Companhia concluiu a venda de 100% das ações detidas em certas sociedades localizadas na Europa e Tailândia à Tyson International Holding Co. pelo valor equivalente a R\$1.466.950 (USD377.043), recebido integralmente na mesma data. Durante o 3º trimestre de 2019 as partes acordaram no valor do ajuste de preço pelo capital de giro e dívida líquida, que gerou um aumento do preço equivalente a R\$21.083 (USD5.063).

No último trimestre de 2019, a Companhia evoluiu nas negociações para alienação de sua participação na entidade controlada FFM Further Processing Sdn. Bhd., cujos saldos foram reclassificados para a rubrica de Ativos Mantidos para Venda. Quando da reclassificação, o investimento passou a ser mensurado pelo menor entre o valor contábil até então registrado e o valor justo líquido das despesas de venda. Essa mensuração levou ao registro de redução ao valor recuperável do investimento no montante de R\$7.346, registrado na rubrica Outras Despesas Operacionais, nas operações continuadas. As negociações ainda estão em andamento.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

(Em milhares de R\$)

RECEITA LÍQUIDA

Custo dos produtos vendidos

LUCRO BRUTO (1)

RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Vendas

Gerais e administrativas

Perdas pela não recuperabilidade de ativos

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Equivalência patrimonial

REJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO

Despesas financeiras

Receitas financeiras

PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

Ganho (perda) na venda de investimentos e realização de outros resultados abrangentes

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Atribuível à:

Acionistas controladores

Acionistas não controladores

				31.12.19
Controladora				Consolidado
	Operações Argentina	Operações Europa e Tailândia	Lácteos (2)	Total
4.816	80.843	1.090.409	-	1.171.252
(197)	(95.223)	(978.318)	-	(1.073.541)
4.619	(14.380)	112.091	-	97.711
-	(11.389)	(38.321)	-	(49.710)
(1.985)	(5.106)	(33.883)	-	(38.989)
-	-	(4.129)	-	(4.129)
(125.690)	(27.397)	(39.608)	(96.486)	(163.490)
(40.736)	-	(21)	-	(21)
(163.792)	(58.272)	(3.871)	(96.486)	(158.628)
-	(20.982)	(8.800)	-	(29.782)
-	8.284	(10.134)	-	(1.850)
(163.792)	(70.970)	(22.805)	(96.486)	(190.260)
97.750	100.380	12.657	-	113.037
(66.042)	29.410	(10.148)	(96.486)	(77.223)
(838.586)	(905.339)	66.754	-	(838.586)
(904.628)	(875.929)	56.606	(96.486)	(915.809)
(904.628)	(875.929)	67.787	(96.486)	(904.628)
-	-	(11.181)	-	(11.181)

				31.12.17
Controladora				Consolidado
	Operações Argentina	Operações Europa e Tailândia		Total
15.420	2.024.932	3.130.260		5.155.192
58.879	(1.845.924)	(2.602.265)		(4.448.189)
74.299	179.008	527.995		707.003
-	(221.467)	(238.047)		(459.514)
(10.052)	(39.746)	(72.377)		(112.123)
-	(1.052)	(6.799)		(7.851)
(23.300)	(50.573)	(4.048)		(54.621)
(182.274)	-	-		-
(141.327)	(133.830)	206.724		72.894
-	(342.860)	65.637		(277.223)
-	71.625	5.778		77.403
(141.327)	(405.065)	278.139		(126.926)
-	(1.311)	(23.286)		(24.597)
-	4.030	15.404		19.434
(141.327)	(402.346)	270.257		(132.089)
(141.327)	(389.480)	248.153		(141.327)
-	(12.866)	22.104		9.238

RECEITA LÍQUIDA

Custo dos produtos vendidos

LUCRO BRUTO (1)

RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Vendas

Gerais e administrativas

Perdas pela não recuperabilidade de ativos

Outras despesas operacionais líquidas

Equivalência patrimonial

LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO

Despesas financeiras

Receitas financeiras

LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social corrente

Imposto de renda e contribuição social diferido

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Atribuível à:

Acionistas controladores

Acionistas não controladores

- (1) O efeito positivo na receita refere-se ao resultado de *hedge accounting* nas vendas para as operações descontinuadas. O efeito positivo no custo refere-se a alocações de gastos com produtos destinados aos mercados das operações descontinuadas.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA - OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

(Em milhares de R\$)

ATIVIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Prejuízo líquido

Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido ao caixa gerado

Depreciação e amortização

Depreciação e exaustão do ativo biológico

Perda na alienação e baixas de ativos

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Equivalência patrimonial

Resultado na venda de operações descontinuadas

Provisão para perdas nos estoques

Redução ao valor recuperável

Resultado financeiro líquido

Impostos sobre a renda diferidos

Consolidado	
31.12.19	31.12.18
(915.809)	(2.351.740)
3.776	228.789
9.700	27.248
5.598	8.629
(493)	(66.968)
21	-
757.256	-
(7.294)	-
81.329	2.476.152
31.631	(483.802)
(116.883)	104.750

(Em milhares de R\$)	Consolidado	
Correção monetária por hiperinflação	-	(426.535)
Outras provisões	32.821	(17.388)
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do capital de giro	(118.347)	(500.865)
Contas a receber de clientes	(133.233)	37.892
Estoques	59.135	71.670
Ativos biológicos circulantes	55	3.024
Fornecedores	50.947	(269.404)
Fornecedores risco sacado	(28)	(374)
Geração de caixa das atividades operacionais	(141.471)	(658.057)
Aplicações em títulos mensurados ao VJR (1)	(6.472)	(403.242)
Resgate de títulos mensurados ao VJR (1)	29.097	340.696
Pagamento de juros	-	(29.815)
Outros ativos e passivos operacionais	9.612	617.719
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais descontinuadas	(109.234)	(132.699)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO DESCONTINUADAS		
Aplicações no imobilizado	(14.350)	(57.280)
Aplicações no ativo biológico não circulante	(11.911)	(31.840)
Aplicações no intangível	-	(99)
Aumento de capital em subsidiária	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-
Recebimento pela venda do imobilizado e investimento	1.874.955	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de Investimento descontinuadas	1.848.694	(89.219)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO DESCONTINUADAS		
Captações de empréstimos e financiamentos	10.122	821.674
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(8.555)	(921.492)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento descontinuadas	1.567	(99.818)
Aumento (decréscimo) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.741.027	(321.736)

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 05.09.19 a Companhia alienou a totalidade das ações detidas na entidade controlada em conjunto SATS BRF Food PTE Ltd. à SATS Food Services PTE Ltd. pelo montante equivalente a R\$51.197 (SGD17.000).

c. Eventos ou operações não usuais

Em 30.04.19, foram subscritas 750.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), totalizando o montante de R\$750.000, sendo emitidas em 3 séries conforme quadro abaixo. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com esforços restritos. A oferta pública foi encerrada em 28.06.19, quando o valor total foi recebido pela Companhia. Foram incorridos custos de R\$4.868 para a emissão, os quais serão reconhecidos no resultado ao longo do prazo das operações com base no método dos juros efetivos.

Em 24.09.19 a BRF efetuou oferta no exterior de senior notes no montante de USD750.000, com vencimento do principal em 24.01.30 e taxa de juros de 4,875% a.a. (*yield to maturity* de 5,00%) pagos semestralmente. Foram incorridos custos de R\$46.540 para a emissão, os quais serão reconhecidos no resultado ao longo do prazo das operações com base no método dos juros efetivos.

A Companhia utilizou substancialmente os recursos para efetuar a liquidação e renegociação de outras dívidas de prazos mais curtos, efetuando oferta de recompra (*Tender Offer*).

O prêmio pago nas recompras foi de R\$92.053 e foi registrado na rubrica de Despesas Financeiras. Adicionalmente, ocorreu a baixa de R\$25.575 de custos que haviam sido diferidos proporcionais às parcelas recompradas, registrados também nas Despesas Financeiras.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos pronunciamentos e interpretações do Comitê de Pronunciamentos

Contábeis ("CPC"), que são convergentes com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), exceto pela adoção do ICPC22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos mercantis em 01.01.2019 e da adoção do CPC 48 / IFRS 09 – Instrumentos Financeiros e do CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente em 01.01.2018. Para essas normas adotadas, não houve reapresentação de saldos comparativos, de forma que os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras possuem práticas diferentes.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, com relação à interpretação ICPC 22 / IFRIC 23, não houve registro de impactos. Com relação ao pronunciamento CPC 06 (R2) / IFRS 16, houve registro de ativo de direito de uso de R\$2.397.743, passivo de arrendamento de R\$2.391.456 e, a diferença entre os saldos no montante de R\$6.287, a qual foi ocasionada por provisões de arrendamentos operacionais já registradas em 31.12.18, no Patrimônio Líquido. Tais contratos eram divulgados anteriormente como arrendamento operacional, conforme demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31.12.18.

Nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, com relação ao pronunciamento CPC 47 / IFRS 15, não houve registro de impactos. Com relação ao CPC 48 / IFRS 09 – Instrumentos Financeiros, houve registro de aumento nas perdas de crédito esperadas em contas a receber e títulos e valores mobiliários, em contrapartida ao patrimônio líquido, no montante de R\$14.450.

Os Diretores da Companhia entendem que, além das alterações citadas acima, não houve outras alterações em práticas contábeis que tiveram efeitos significativos nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos últimos três exercícios sociais, não constaram ressalvas nos relatórios dos auditores independentes da Companhia. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, constou a seguinte ênfase em nossas Demonstrações Financeiras:

Ênfase

"Chamamos a atenção para as notas 1.2 e 1.3 às demonstrações financeiras, que descrevem as investigações envolvendo a Companhia, bem como seus atuais e potenciais desdobramentos. No estágio atual das investigações, não é possível determinar os potenciais impactos financeiros e não-financeiros para a Companhia em decorrência das mesmas e dos seus potenciais desdobramentos e, consequentemente, registrar potenciais perdas as quais poderão ter um efeito material adverso na posição financeira da Companhia, nos seus resultados e nos seus fluxos de caixa no futuro. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto."

10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia requer o uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas. A Administração avalia estas estimativas e julgamentos periodicamente, baseando-se em experiências históricas e em inúmeros outros fatores considerados razoáveis sob tais circunstâncias. Contudo, as incertezas relativas a esses julgamentos, premissas e estimativas poderiam levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

Na opinião da Administração da Companhia, as políticas contábeis críticas adotadas, sumarizadas abaixo, refletem adequadamente as condições de seus negócios.

a) Economias hiperinflacionárias:

A Companhia possui subsidiárias na Argentina, país considerado de economia hiperinflacionária. Para estas subsidiárias as práticas abaixo são adotadas:

Os itens não monetários, assim como o resultado do exercício, são corrigidos pela alteração do índice de correção entre a data inicial de reconhecimento e o fim do exercício de apresentação, a fim de que o balanço das subsidiárias esteja registrado ao valor corrente.

Como a economia hiperinflacionária foi identificada apenas para as subsidiárias localizadas na Argentina e a controladora não está sediada em país de economia hiperinflacionária, a Companhia não reapresentou os saldos de exercícios anteriores. A correção monetária do exercício (que utilizou o Índice de Preços ao Consumidor da Argentina – “IPC”) foi registrada em contrapartida ao resultado das operações descontinuadas para aquelas subsidiárias alienadas durante o exercício e em contrapartida ao resultado das operações continuadas para as subsidiárias em que a Companhia mantém participação acionária (nota 1.1).

A conversão dos saldos das subsidiárias com economia hiperinflacionária para a moeda de apresentação foi realizada pela taxa de câmbio em vigor ao final do exercício, tanto para itens patrimoniais como de resultado.

Os índices utilizados em 2018 e 2019 estão demonstrados na tabela abaixo:

Período	IPC acumulado
2018	48,01%
2019	53,46%

b) Combinações de negócios:

São contabilizadas pelo método de aquisição, o qual determina que o custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. A Companhia mensura a participação de não controladores com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Combinação de negócios com partes relacionadas são reconhecidas utilizando o método de aquisição quando os acordos possuem substância e pelo custo quando não for observada substância na transação.

Na aquisição de um negócio, a Administração avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que serão beneficiadas pela aquisição.

c) Estoques:

São avaliados ao custo médio de aquisição ou formação dos produtos acabados e inferiores aos valores de mercado. O custo dos produtos acabados inclui matérias-primas adquiridas, mão-de-obra, custo de produção, transporte e armazenagem, que estão relacionados a todos os processos necessários para a adequação dos produtos em condições de venda. Provisões para obsolescência, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registradas quando necessário. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo mês, enquanto as perdas anormais, se houver, são registradas diretamente na rubrica de Custo dos Produtos Vendidos sem transitar pelos estoques.

d) Impostos e contribuições sobre o lucro:

No Brasil, compreende o Imposto de Renda – Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, após compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, aplicando-se a essa base a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

Os resultados apurados nas subsidiárias do exterior estão sujeitos à tributação dos países onde estão sediadas, de acordo com alíquotas e legislações aplicáveis. No Brasil, esses resultados sofrem os efeitos de tributação em bases universais instituída pela Lei nº 12.973/14. A Companhia analisa o resultado de cada subsidiária para a aplicação da referida legislação, de forma a respeitar os tratados assinados pelo Brasil e evitar a dupla tributação.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulantes. Quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos em um horizonte de 10 anos não é provável, o ativo é desreconhecido (nota 10.3).

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de serem compensados, e se forem de competência da mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor na data do balanço.

Em 01.01.19 iniciou a vigência da interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 que trata da aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro.

A Companhia analisou decisões tributárias relevantes de tribunais superiores e se estas conflitam de alguma forma com as posições adotadas pela Companhia. Para posições fiscais incertas conhecidas, a Companhia revisou as opiniões legais correspondentes e jurisprudências e não identificou impactos a serem registrados, uma vez que concluiu não ser provável que as autoridades fiscais não aceitem as posições adotadas.

A Companhia avaliará periodicamente as posições assumidas em que há incertezas sobre o tratamento fiscal adotado e constituirá provisão quando aplicável.

e) Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas:

São mensurados com base no menor montante entre o valor contábil e o valor justo, deduzidos dos custos de venda e não são depreciados ou amortizados. Tais itens somente são classificados nesta

rubrica quando a venda for altamente provável e estes estiverem disponíveis para venda imediata em suas condições atuais.

As perdas por redução ao valor recuperável são registradas na rubrica Outras Despesas Operacionais.

Os resultados do exercício e os fluxos de caixa das operações descontinuadas são apresentados separadamente dos resultados das operações continuadas da Companhia.

Os períodos comparativos são reapresentados no caso da demonstração do resultado do exercício e dos fluxos de caixa. No entanto, o balanço patrimonial mantém-se conforme apresentado no passado.

f) Ativo intangível:

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, enquanto aqueles advindos de uma combinação de negócios são reconhecidos ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente ao longo da vida útil econômica. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social, e quaisquer alterações observadas são aplicadas de forma prospectiva. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável, sendo alocados nas unidades geradoras de caixa (nota 15). A Companhia registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura e marcas da Companhia, os quais se espera que contribuam indefinidamente para seus fluxos de caixa.

g) Arrendamento Mercantil:

Prática contábil aplicada até 31.12.18

As operações de arrendamento mercantil cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade são substancialmente transferidos à Companhia e são classificadas como arrendamentos financeiros. Se não houver transferência significativa dos riscos e benefícios inerentes à propriedade, as operações são classificadas como arrendamentos operacionais.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado ou intangível, em contrapartida ao passivo, pelo menor montante entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado e intangível são depreciados e os juros implícitos no passivo são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento.

Os ganhos ou perdas decorrentes de transações de sale-leaseback da Companhia, classificados após a venda dos ativos como arrendamento operacional, são reconhecidos da seguinte forma:

- Imediatamente no resultado do exercício quando a transação for mensurada ao valor justo;
- Caso o preço de transação seja estabelecido abaixo ou acima do valor justo, o lucro ou perda é reconhecido imediatamente no resultado, exceto se o resultado for compensado por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado.

Prática contábil aplicada a partir de 01.01.19

Em 01.01.19, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e optou pela abordagem retrospectiva modificada sem a reapresentação de períodos comparativos. Deste modo, todos os saldos relacionados ao exercício social findo em 31.12.18 (nota 19.1) seguem apresentados conforme as prerrogativas existentes nas políticas contábeis anteriormente vigentes CPC 06 (R1) / IAS 17, conforme apresentado acima.

No processo de transição, a Companhia optou por não utilizar o expediente prático que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento. Consequentemente, as novas definições de arrendamento contidas na IFRS 16 foram aplicadas a todos os contratos vigentes na data de transição. Um contrato é, ou contém um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se:

- o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado;
- a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e
- a Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. A Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se:
 - tem o direito de operar o ativo, ou
 - projetou o ativo, de forma que predetermina como e para qual finalidade será usado.

No início do contrato, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido.

O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. As opções de prorrogação da vigência ou rescisão antecipada dos contratos são analisadas individualmente considerando o tipo de ativo envolvido bem como sua relevância no processo produtivo da Companhia. A vida útil estimada do ativo de direito de uso é determinada na mesma base dos ativos de propriedade da Companhia. Adicionalmente, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido ao valor recuperável de acordo com o CPC 01 / IAS 36, quando aplicável, e reajustado pela remensuração do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado a taxa de empréstimo incremental.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança em índice ou taxa (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou (iii) na avaliação se a Companhia exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Como resultado da adoção do IFRS 16, em 01.01.19, foram reconhecidos como ativo de direito de uso e passivo de arrendamento o montante de R\$2.157.346 na controladora. No consolidado houve registro de ativo de direito de uso de R\$2.397.743, passivo de arrendamento de R\$2.391.456 e, a diferença

entre os saldos no montante de R\$6.287, a qual foi ocasionada por provisões de arrendamentos operacionais já registradas em 31.12.18, no Patrimônio Líquido. Tais contratos eram divulgados anteriormente como arrendamento operacional, conforme demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31.12.18 (nota 23.1).

A Companhia fez uso dos seguintes expedientes práticos para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos:

- optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivo de arrendamento com prazo do contrato inferior a 12 meses, e sem opção de compra e de baixo valor. Os pagamentos associados a tais contratos são reconhecidos como despesa no resultado em uma base linear ao longo do período do arrendamento;
- utilização de uma única taxa de desconto a cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Neste sentido, obteve-se a taxa incremental de empréstimo, mensurada em 01.01.19, aplicável a cada uma das carteiras de ativos arrendados. Através desta metodologia, a Companhia obteve uma taxa média ponderada de 7,92% para a controladora e consolidado.

Adicionalmente, contratos com prazo indeterminado e sem pagamentos fixos são despesados conforme incorridos.

h) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes:

As provisões são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado, (ii) é provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, principalmente no Brasil. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nos casos em que há grande número de processos cujos valores não são individualmente relevantes, a Companhia utiliza também estudos históricos para determinar a probabilidade e o valor das perdas.

Os passivos contingentes de combinações de negócios são reconhecidos se forem decorrentes de uma obrigação presente que surgiu de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade.

i) Instrumentos financeiros:

São contratos que dão origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial a outra. Sua apresentação no balanço patrimonial e notas explicativas dá-se conforme a característica de cada contrato.

- **Ativos financeiros:** São reconhecidos quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento e classificados com base nas características de seus fluxos de caixa e no modelo de gestão para o ativo. A tabela abaixo demonstra a forma de classificação e mensuração dos ativos financeiros:

Categoria	Mensuração inicial	Mensuração subsequente
Custo Amortizado	Contas a receber de clientes e outros recebíveis: valor faturado ajustado a valor presente e, quando aplicável, deduzidas as perdas de crédito esperadas	Juros, variações no custo amortizado e perdas de crédito esperadas reconhecidos no resultado.

	Para outros ativos: Valor justo deduzido dos custos diretamente atribuíveis a sua emissão	
Custo Amortizado	Valor justo	Variações no valor justo reconhecidas no resultado.
Valor Justo por meio do Resultado ("VJR")		
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA")	Valor justo deduzido dos custos diretamente atribuíveis a sua emissão.	<p>Variações no valor justo reconhecidas em outros resultados abrangentes. Quando da liquidação ou transferência, os ganhos ou perdas acumuladas são diretamente reclassificados à rubrica de Lucros ou prejuízos acumulados.</p> <p>Para instrumentos de dívida, as perdas de crédito esperadas são reconhecidas diretamente no resultado.</p>

A Companhia avalia a cada período de reporte as perdas de crédito esperadas para os instrumentos mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos de dívida mensurados ao VJORA. As perdas e/ou reversões de perdas são registradas no Resultado.

Um ativo financeiro somente é desreconhecido quando os direitos contratuais expiram ou são efetivamente transferidos.

Caixa e equivalentes de caixa: compreende os saldos de caixa, bancos e títulos e valores mobiliários de liquidez imediata cujos vencimentos, no momento da aquisição, sejam iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários classificados nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensurados a valor justo por meio do resultado.

Perdas de crédito esperadas em contas a receber de clientes e outros recebíveis: a Companhia realiza regularmente estudo de perdas históricas das carteiras de clientes que possui em todas as regiões, levando em consideração as dinâmicas dos mercados em que atua e instrumentos que possui para redução dos riscos de crédito, tais como: cartas de crédito, seguros e garantias reais, assim como identifica clientes específicos cujos riscos destoam da carteira, os quais são tratados conforme expectativas individuais.

Com base nestes estudos são gerados fatores de perdas estimadas por carteira e classe de vencimentos que, aplicados sobre os montantes de contas a receber, geram as perdas de crédito esperadas. Adicionalmente a Companhia avalia fatores macroeconômicos que possam influenciar nas referidas perdas e, caso necessário, ajusta o modelo de cálculo.

Títulos a receber em cobrança judicial são reclassificados para o não circulante assim como a perda estimada de crédito relacionada. Os títulos são baixados contra a perda estimada à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.

- **Passivos financeiros:** São reconhecidos no momento em que a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração inicial é pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado considerando o método dos juros efetivos.

Um passivo financeiro somente é desreconhecido quando a obrigação contratual expira, é liquidada ou cancelada.

- **Ajuste a valor presente:** A Companhia mensura o ajuste a valor presente sobre os saldos de curto e longo prazo de contas a receber, fornecedores e outras obrigações, sendo registrados em contas redutoras das respectivas rubricas em contrapartida ao resultado financeiro. A Companhia adota o custo médio ponderado de capital para

apurar o ajuste a valor presente dos ativos e passivos mencionados, que corresponde a 11,3% a.a. em 31.12.19 (10,4% a.a. em 31.12.18).

- **Contabilidade de *hedge*:** A Companhia optou por aplicar os requerimentos do CPC 48 / IFRS 9 em relação à contabilidade de *hedge*.

Hedge de fluxo de caixa: a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida na rubrica Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva no Resultado financeiro. Os ganhos e perdas acumulados são reclassificados ao resultado ou ao balanço patrimonial quando o objeto é reconhecido, ajustando a rubrica em que foi contabilizado o objeto de *hedge*.

Quando o instrumento é designado em uma relação de *hedge* de fluxo de caixa, as mudanças no valor justo do elemento futuro dos contratos de câmbio a termo e do elemento temporal das opções são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes. Quando da liquidação do instrumento, estes custos de *hedge* são reclassificados ao resultado em conjunto com o valor intrínseco dos instrumentos.

Hedge de valor justo: a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida no resultado ou balanço patrimonial, ajustando a rubrica em que o objeto de *hedge* é ou será reconhecido. O objeto de *hedge*, quando designado nessa relação, também é mensurado ao valor justo.

Hedge de investimento líquido no exterior: A Companhia adotou esta prática a partir de 01.08.19. Nesta relação, o resultado efetivo da variação cambial do instrumento é registrado em Outros Resultados Abrangentes, na mesma rubrica em que são reconhecidos os ajustes acumulados de conversão dos investimentos objetos da relação. Apenas quando da alienação dos investimentos protegidos, o montante acumulado é reclassificado ao resultado do exercício.

j) Receita de contrato com clientes:

As receitas de vendas compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos, líquido dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável e a Companhia não detém mais o controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, e é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia.

As vendas da Companhia são originadas por ordens de vendas e por contratos formais firmados, em geral, com grandes redes de varejo e atacado. Os descontos e rebates podem tanto ser negociados pontualmente, quanto ter suas condições definidas nos contratos. Em todos os casos, condição de performance é satisfeita quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente.

A Companhia possui vendas com pagamento à vista e a prazo, as quais possuem ajuste a valor presente para reconhecimento do componente financeiro.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

No curso normal de seus negócios, a Companhia celebra contratos com terceiros para aquisição de matérias-primas, principalmente milho e farelo de soja, em que os preços acordados podem ser fixos ou a fixar. A Companhia celebra também outros compromissos, tais como fornecimento de energia elétrica, embalagens, construção de imóveis, entre outros, para suprimento de suas atividades de manufatura. Os compromissos firmes de compra são demonstrados abaixo:

**Consolidado
(R\$ milhares)**

	31.12.19
Total circulante	4.306.217
Total não circulante	1.689.755
2021	537.487
2022	275.083
2023	199.302
2024	192.780
2025 em diante	485.103
	5.995.972

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras que têm ou que são suscetíveis de ter efeitos sobre a sua condição financeira, receitas e despesas, resultados das operações, liquidez, despesas de capital que são materiais para investidores.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b. Natureza e o propósito da operação

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A administração da Companhia não espera efeitos relevantes nas operações descritas no item 10.6 deste Formulário de Referência e não evidenciados nas demonstrações financeiras que possam vir a alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das informações contábeis da Companhia.

Para uma descrição sobre a natureza de cada operação, assim como o montante das obrigações assumidas e os direitos gerados em favor da Companhia em decorrência das operações não evidenciadas em nossas demonstrações financeiras, vide item 10.6 deste Formulário de Referência.

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos

i. **Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos** A tabela abaixo estabelece as despesas de capital da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

Investimentos	2019	2018	2017
Em R\$ Milhões			
Ativo Imobilizado	412,1	533,6	887,0
Ativos biológicos	809,1	877,21	713,2
Aquisições e outros investimentos	143,8	200,7	1.120,9
Ativo Intangível	64,3	20,6	51,2
Total	1.429,3	1.631,7	2.772,3

2020

A Companhia espera iniciar a recuperação dos níveis de investimentos nos patamares históricos para ganho de participação de mercado e aumento de receita, englobando projetos de inovação em linha com o Planejamento Estratégico. Ademais a Companhia espera realizar investimentos para redução de custos operacionais, implementação de sistemas de gestão baseados em Tecnologia da Informação para melhoria de controles internos e gestão de processos, além de projetos que venham a mitigar potenciais riscos regulatórios e associados ao processo de produção relacionados à sua operação. Como destaque, temos: (i) Projetos para atendimento da demanda do Mercado Externo, principalmente da região do Oriente Médio e China, (ii) Reativação da fábrica de margarinas em Uberlândia, (iii) Execução dos projetos para atendimento de demanda de industrializados no Mercado Interno na Fábrica de Seropédica (RJ), (iv) Continuidade dos projetos para implementar os conceitos da Indústria 4.0 em frigoríficos de abates de frango e (v) Retomada da agenda de investimentos em projetos de inovação com foco no Mercado Interno.

2019

Os investimentos realizados no ano totalizaram R\$1.429 milhões, desconsiderando o impacto contábil referente à adoção do IFRS 16, o que representa uma redução de 12% em relação ao ano anterior, sendo R\$411 milhões destinados para crescimento, eficiência e suporte; R\$809 milhões para ativos biológicos e R\$208 milhões para arrendamento mercantil e outros. Considerando o impacto contábil referente à adoção do IFRS 16, o valor total de CAPEX é R\$1.877 milhões. Como destaque, tivemos os projetos: (i) Execução dos projetos para atendimento de demanda de industrializados no Mercado Interno na Fábrica de Seropédica (RJ), (ii) Implementar dos conceitos da Indústria 4.0 em frigoríficos de abates de frango, (iii) Sistemas para otimização dos processos de planejamento de produção e vendas, (iv), Melhorias de processos e gestão de Recursos Humanos e (v) Inauguração do Centro de Distribuição de Londrina (PR).

2018

Em 2018, a Companhia concentrou seus investimentos na manutenção do parque fabril e melhorias de processos produtivos, principalmente em projetos relacionados a controle de processos e tecnologias de informação, qualidade e outros investimentos relacionados à eficiência fabril. Para os projetos de crescimento, o foco principal foi em finalizar os projetos iniciados em períodos anteriores, estando em linha com o compromisso da Companhia para uma utilização mais eficiente do capital empregado.

2017

Em 2017, a Companhia teve uma redução de investimentos totais reflexo de um cenário macroeconômico e setorial mais desafiador, além do comprometimento da Companhia com a trajetória de redução do patamar de alavancagem. Não obstante, houve uma redução nos investimentos voltados ao aumento de capacidade e redução de custos. Por outro lado, proporcionalmente aumentou-se os investimentos na melhoria e controle de processos produtivos em frigoríficos, fábricas de ração e granjas, modernização de laboratórios e qualidade de produtos, atualizações de sistemas transacionais e atendimento a novas legislações e melhorias das condições de trabalho de funcionários nos processos de produção. A Companhia investiu R\$136,5 milhões nas suas fábricas de Toledo, Campos Novos e Rio Verde para aumentar a produção de suínos destinada ao mercado chinês, além disso, investimentos de mais R\$20,1 milhões em uma nova linha de ingredientes animais.

As principais despesas de capital em 2019 estão descritas abaixo:

Demanda. Apesar do cenário desafiador de mercado nos últimos anos, em 2019, a Companhia deu continuidade a projetos de expansão com aumento da capacidade de abate de suínos para o mercado externo e brasileiro, agregação de valor no *mix* de produtos, principalmente em proteínas de frango, assim como investiu em categorias de frios e embutidos para o mercado interno.

Eficiência. Em 2019, além de finalizar os projetos decorrentes de períodos anteriores, também se iniciou investimentos em projetos para melhoria no sistema de planejamento integrado, otimização no processo para utilização de matéria prima e início do programa Indústria 4.0.

Qualidade, pessoas e sustentabilidade. Em 2019, a Companhia focou em projetos para melhoria e controle de processos produtivos em frigoríficos, fábricas de ração e granjas, modernização de laboratórios e qualidade de produtos. Além disso, investiu na melhoria de qualidade dos postos de trabalho e sustentabilidade do parque operacional.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia conta com recursos provenientes da geração de caixa operacional, bem como linhas de crédito com instituições financeiras e de fomento, incluindo empréstimos com objetivo de incentivo às atividades rurais e emissão de títulos de dívida no mercado de capitais local e internacional (vide item 10.1.f para maiores detalhes sobre contratos de empréstimos e financiamento relevantes).

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 2019, a Companhia conclui o Plano de Restruturação Financeira e Operacional iniciado em 2018. Adicionalmente, a Companhia realizou desinvestimentos no total de R\$58,5 milhões referente à venda de ativos não estratégicos.

Em 2018, a Companhia realizou seu Plano de Restruturação Financeira e Operacional que incluiu, dentre outras iniciativas, a venda de todos os seus ativos localizados na Europa, Argentina, Tailândia, além da planta localizada em Várzea Grande – MT. O fechamento da maioria destas operações de venda ocorreu no início de 2019. O montante total estimado referente à venda destes ativos totalizou R\$1.982 milhões. Adicionalmente, a Companhia realizou desinvestimentos no total de R\$241 milhões referente à venda de ativos não estratégicos também no âmbito do mesmo Plano.

Em 2017, a Companhia realizou desinvestimentos no total de R\$14,0 milhões mediante a iniciação de projetos de venda de propriedades não produtivas.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não houve qualquer aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos, além dos já descritos no item acima, que possa influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

No ano de 2019, foram lançados 233 novos produtos para os consumidores, sendo 136 lançamentos no mercado brasileiro e 97 no mercado internacional. Dentre os lançamentos no mercado internacional, 43 foram na região da Ásia, 9 na África, 10 nas Américas, 16 no Cone Sul e 19 no Oriente Médio.

As atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação ("P&D&I") da Companhia compreendem a pesquisa e inovação agropecuária e a pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos. O time de Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos está localizado em Jundiaí, no Estado de São Paulo, onde fica o BRF *Innovation Center* ("BIC"). A partir do BIC são desenvolvidos todos os produtos destinados ao Mercado Nacional e exportados a partir da plataforma produtiva do Brasil. As atividades de Pesquisa e Desenvolvimento envolvem também o desenvolvimento e a otimização de embalagens primárias e secundárias, assim como a aplicação das artes gráficas e das informações técnicas dos produtos.

A Planta Piloto de Desenvolvimento de Produtos do BIC é referência no Brasil em infraestrutura para a execução de testes de desenvolvimento de produtos alimentícios e de embalagens. Em 2019, foram realizados mais de 900 testes de produtos com objetivos que vão desde o desenvolvimento de novos produtos até a verificação de performance individual de ingredientes, formulações e aditivos.

A área de PD&I agropecuária possui atualmente pesquisadores dedicados às atividades de inovação e suporte à produção, dos quais alguns são doutores, outros mestres e muitos possuem especialização na área de produção animal. Além dos pesquisadores corporativos, a Companhia conta com um vasto quadro de veterinários, agrônomos e zootecnistas atuando diretamente no sistema de produção.

Em associação com a FINEP, CNPq (PNPD – Programa Nacional de Pós-Doutorado e RHAIE - Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas) e Fundação Araucária (Programa de Pós-doutorado na Companhia) e FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a Companhia promoveu, nos últimos anos, a inserção de mestres e doutores em seu corpo técnico. Até o momento 17 pesquisadores foram absorvidos. Ao mesmo tempo, a Companhia desenvolve um excelente programa de trainee e estágio, assim como incentiva seus funcionários à realização de cursos pós-graduação. Em 2019, a Companhia iniciou um novo programa denominado "Doutores do Agro", no âmbito do qual cinco vagas de PhD foram criadas com o intuito de desenvolver projetos específicos em diferentes áreas: nutrição, melhoramento animal, saúde animal, produção suína e manejo de aves.

A Companhia possui uma das maiores estruturas experimentais de pesquisa para aves e suínos do mundo, com uma fábrica de rações experimental e 19 galpões experimentais, os quais são distribuídos em quatro granjas experimentais, localizadas no Estado de Santa Catarina, com um total de 1.380 baias experimentais para avaliações das características de impacto na cadeia de produção. Além disso, a Companhia possui seis laboratórios bromatológicos e cinco laboratórios animais que suportam as atividades de pesquisa e a operação.

Além da estrutura de pesquisa formal da empresa, a Companhia estruturou um processo de pesquisa no sistema de produção. Isto permite avaliar todas as tecnologias em condições reais de produção, com número adequado de amostras, calcular impacto produtivo e financeiro e definir o momento adequado de introduzir determinada tecnologia. O sistema de pesquisa a campo é um diferencial da Companhia em relação aos centros de pesquisa e as demais empresas do setor.

Em 2019, alinhado à estratégia de desenvolvimento de consumo de suínos no Brasil, a Companhia lançou um portfólio robusto da proteína com cortes para o dia a dia Sadia, cortes temperados para churrasco Perdigão Na Brasa e cortes temperados comemorativos para o Natal Sadia. Refletindo sua posição de liderança como marca mais inovadora, foram lançados sob a marca Sadia diversos produtos que trazem mais praticidade para o dia a dia do consumidor, tais como: linha Mac'n Cheese, conceito jovem e pioneiro no Brasil de prato pronto congelado que fica pronto em 5 minutos no micro-ondas; nova linha de produtos Sadia Na Receita, portfólio de frangos pré-preparados como desfiados, cubados e tiras, para auxiliar no preparo das receitas e a linha Sadia Marinados, com cortes de frangos levemente temperados com ingredientes como sal, cebola e alho. Além disso, foi lançada a submarca Sadia Speciale com portfólio de maior valor agregado como presunto tipo parma e as novidades presunto cru

e salame com borda de pimenta. Sob a marca Ouro Perdigão, foi lançada a linha de mini salsichas, em continuidade ao processo de expansão de portfólio na categoria de aperitivos e petiscos. Também foi lançado o portfólio de pizzas congeladas Perdigão, que garantirá o aumento de visibilidade da marca no principal mercado da categoria. Com a marca Qualy, foi lançada a linha Qualy Vita, feita com óleos vegetais e fonte de Omega 6, nutriente essencial para o cuidado do coração. Por fim, a Companhia também expandiu o portfólio da marca Kidelli, com pães de queijo congelados.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

A Companhia investiu R\$214,5 milhões, R\$53,5 milhões e R\$51,9 milhões em 2019, 2018 e 2017, respectivamente, em atividades de P&D&I. Nos exercícios de 2015 a 2018, a Companhia também considerou como despesa de P&D&I os valores de gasto fixo lançados nos centros de custo das gerências ligadas a essas atividades, bem como os valores dispendidos como material de consumo em testes de pesquisa experimental e pesquisa de campo dos projetos de P&D&I agropecuária, razão pela qual se verifica um aumento do valor em tais exercícios.

A Companhia entende que investir em P&D&I é um fator chave para manter suas vantagens competitivas, seja para otimizar sua cadeia produtiva, melhorando a sustentabilidade, bem como lançando produtos inovadores, atendendo às expectativas e necessidades de consumidores, clientes e mercados.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia conta com um programa próprio de melhoramento genético de suínos, competitivo com os programas das empresas de genética internacionais. Tal programa atende, atualmente, por opção, 70% da produção da Companhia. O programa conta com seis granjas núcleo no Estado de Santa Catarina, com um quadro de 135 funcionários, uma granja no Estado de Goiás, com um quadro de 40 funcionários, além de uma granja *backup* em Minas Gerais. Hoje temos um banco de tecidos com mais de 580 mil amostras de material genético e uma série de trabalhos foram realizados para a incorporação da avaliação genômica no processo de seleção em 2020. Para viabilizar esse salto tecnológico, a Companhia estabeleceu parcerias com seis centros da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, centros de pesquisa, universidades e órgãos de pesquisa e desenvolvimento (BNDES, Finep, CNPq e FAPESP) e formou um quadro com sete geneticistas.

Nos últimos anos, foram estabelecidas parcerias de pesquisa em projetos financiados pela EMBRAPA, FINEP, CNPq, BNDES, e, desde 2009, a Companhia beneficia-se com a recuperação fiscal pela Lei do Bem, nos anos em que apura lucro tributável. Esta lei introduz um incentivo tributário relacionado à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica. A lei define "inovação tecnológica" como a criação de um novo produto ou processo de produção, como novas funcionalidades ou características que tragam aumento de melhorias e ganhos efetivos de qualidade ou produtividade, resultando numa competitividade de mercado mais forte. A principal característica do mecanismo deste incentivo tributário é a exclusão de despesas para determinar a quantia do imposto de renda e contribuição social que é cobrada na renda líquida.

O processo integrado de inovação agropecuária da Companhia parte de interfaces com empresas e centros de pesquisa, caracterizado pelo compartilhamento da utilização de estruturas físicas e corpo técnico, para solução das principais demandas pelo desenvolvimento de trabalho em conjunto, mas principalmente resultando na retroalimentação de novas propostas de inovação a partir da própria rede de desenvolvimento tecnológico.

A equipe de P&D&I do BIC trabalha em conjunto com a área de Garantia da Qualidade na adoção de práticas internacionais de garantia de qualidade, *food safety* e *food fraud*, além do desenvolvimento de sistemas de acompanhamento para monitoramento de produtos e processos industriais.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia investiu R\$ 214,5 milhões, R\$53,5 milhões e R\$52,0 milhões em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

Em 2019, alinhado à estratégia de desenvolvimento de consumo de suínos no Brasil, a Companhia lançou um portfólio robusto da proteína com cortes para o dia a dia Sadia, cortes temperados para churrasco Perdigão Na Brasa e cortes temperados comemorativos para o Natal Sadia. Refletindo sua posição de liderança como marca mais inovadora, foram lançados sob a marca Sadia diversos produtos que trazem mais praticidade para o dia a dia do consumidor, tais como: linha Mac'n Cheese, conceito jovem e pioneiro no Brasil de prato pronto congelado que fica pronto em 5 minutos no micro-ondas; nova linha de produtos Sadia Na Receita, portfólio de frangos pré-preparados como desfiados, cubados e tiras, para auxiliar no preparo das receitas e a linha Sadia Marinados, com cortes de frangos levemente temperados com ingredientes como sal, cebola e alho. Além disso, foi lançada a submarca Sadia Speciale com portfólio de maior valor agregado como presunto tipo parma e as novidades presunto cru e salame com borda de pimenta. Sob a marca Ouro Perdigão, foi lançada a linha de mini salsichas, em continuidade ao processo de expansão de portfólio na categoria de aperitivos e petiscos. Também foi lançado o portfólio de pizzas congeladas Perdigão, que garantirá o aumento de visibilidade da marca no principal mercado da categoria. Com a marca Qualy, foi lançada a linha Qualy Vita, feita com óleos vegetais e fonte de Omega 6, nutriente essencial para o cuidado do coração. Por fim, a Companhia também expandiu o portfólio da marca Kidelli, com pães de queijo congelados.

.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

A Companhia foi alvo de duas investigações externas denominadas “Operação Carne Fraca” em 2017 e “Operação Trapaça” em 2018. O Comitê de Auditoria e Integridade da BRF conduziu investigações independentes em conjunto com o Comitê Independente de Investigação, formado por membros externos e assessores jurídicos externos, no Brasil e no exterior, com relação às alegações envolvendo os funcionários e ex-funcionários da BRF, tanto para as referidas operações como em outras investigações em curso.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os principais impactos observados em decorrência destas investigações foram registrados em “Outras despesas operacionais”, no montante de R\$79,9 milhões (R\$78,9 milhões em 31 de dezembro de 2018), principalmente referente aos gastos com advogados, assessorias e consultorias.

BRF S.A.

Anexo II – Informações sobre a destinação do lucro líquido (Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº481, de 17 de dezembro de 2009)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício foi de R\$ 297.452.000,00 (duzentos e noventa e sete milhões e quatrocentos e cinquenta e dois mil reais).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O lucro apurado no exercício social encerrado em 31.12.2019 foi integralmente utilizado para a compensação do saldo de prejuízos acumulados, em conformidade com o disposto no artigo 189 da Lei nº 6.404/1976.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2019	2018	2017	2016
Valor por ação (R\$)	0,366725368	N/A	N/A	N/A

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2019	2018	2017
Dividendos	N/A	N/A	N/A
Juros sobre o capital próprio	N/A	N/A	N/A

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não aplicável.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não aplicável.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, pois o capital social da Companhia é dividido exclusivamente em ações ordinárias.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos

dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, pois o capital social da Companhia é dividido exclusivamente em ações ordinárias.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável, pois o capital social da Companhia é dividido exclusivamente em ações ordinárias.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável, pois o capital social da Companhia é dividido exclusivamente em ações ordinárias.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável, pois o capital social da Companhia é dividido exclusivamente em ações ordinárias.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

De acordo com o artigo 36 do Estatuto Social, deduzidos os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e após a destinação do lucro à reserva legal, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido deverá ser pago a título de dividendo obrigatório.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não haverá declaração e pagamento de dividendo, tendo em vista que o lucro apurado no exercício social encerrado em 31.12.2019 foi integralmente utilizado para a compensação do saldo de prejuízos acumulados, em conformidade com o disposto no artigo 189 da Lei nº 6.404/1976.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e

fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

BRF S.A.

Anexo III – Informações sobre candidatos aos cargos de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal (Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009)

III.1. INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AOS CARGOS NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

12.5 Composição e experiência profissional dos candidatos aos cargos no Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Mandatos consecutivos	Membro independente		
Augusto Marques da Cruz Filho	16/10/1952	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2018	AGO 2020
688.369.968-68	Economista	27 – Conselho de Administração Independente (Efetivo); 25 – Vice-Presidente do Conselho de Administração Independente	27/04/2018	N/A
Membro do Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura	1º mandato	Sim		

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Mandatos consecutivos	Membro independente		
Dan Ioschpe	25/02/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2018	AGO 2020
439.240.690-34	Administrador de Empresa	27 – Conselho de Administração Independente (Efetivo)	27/04/2018	N/A
Coordenador do Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura e membro do Comitê de Finanças e Gestão de Riscos	1º mandato	Sim		

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Mandatos consecutivos	Membro independente		
Flávia Buarque de Almeida	04/08/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2018	AGO 2020
149.008.838-59	Administradora de Empresas	27 – Conselho de Administração Independente (Efetivo)	27/04/2018	N/A
Não	3º mandato	Sim		

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Mandatos consecutivos	Membro independente		
Flavia Maria Bittencourt	15/01/1970	Pertence apenas ao Conselho de Administração	N/A	N/A
011.971.887-11	Engenheira Química	27 – Conselho de Administração Independente (Efetivo)	N/A	N/A
Não	N/A	Sim		

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Mandatos consecutivos	Membro independente		
José Luiz Osório	08/10/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2018	AGO 2020
051.367.447-07	Engenheiro Civil	27 – Conselho de Administração Independente (Efetivo)	27/04/2018	N/A
Membro do Comitê de Qualidade e Sustentabilidade	1º mandato	Sim		

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Mandatos consecutivos	Membro independente		
Luiz Fernando Furlan	29/07/1946	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2018	AGO 2020
019.489.978-00	Engenheiro Químico e Administrador de Empresas	27 – Conselho de Administração Independente (Efetivo);	27/04/2018	N/A
Membro do Comitê de Qualidade e Sustentabilidade	6º mandato	Sim		

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Mandatos consecutivos	Membro independente		
Pedro Pullen Parente	21/02/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2018	AGO 2020
059.326.371-53	Engenheiro	27 – Conselho de Administração Independente (Efetivo) e 24 – Presidente do Conselho de Administração Independente	27/04/2018	N/A
Não	1º mandato	Sim		

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Mandatos consecutivos	Membro independente		
Ivandré Montiel da Silva	27/02/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	N/A	N/A
449.975.660-04	Economista	22 – Conselho de Administração (Efetivo)	N/A	N/A
Não	N/A	Não		

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Mandatos consecutivos	Membro independente		
Roberto Rodrigues	12/08/1942	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2018	AGO
012.091.598-71	Engenheiro Agrônomo	27 – Conselho de Administração Independente	27/04/2018	N/A
Coordenador do Comitê de Qualidade e Sustentabilidade	1º mandato	Sim		

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Mandatos consecutivos	Membro independente		
Marcelo F. Bacci	26/09/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	N/A	N/A
165.903.168-05	Administrador	27 – Conselho de Administração Independente (Efetivo)	N/A	N/A
Não	N/A	Sim		

Augusto Marques da Cruz Filho – 688.369.968-68

O Sr. Augusto Marques é doutor e pós-graduado em Teoria Econômica pelo Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) da Universidade de São Paulo, graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), tendo cursado Desenvolvimento no Exterior no Insead – *Institut Européen d'Administration des Affaires*. Atuou no Grupo Pão de Açúcar durante 11 anos passando pelas funções de diretor executivo da companhia, diretor administrativo financeiro e, por dois anos e meio, como diretor presidente, até deixar o cargo em 2005. Entre 2005 e 2010, foi membro do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da B2W. De abril de 2016 até agosto de 2019, exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Administração da BR Distribuidora. Atualmente, é conselheiro de Administração das empresas JSL S.A. e General Shopping, além de atuar como membro do Conselho de Administração é membro do Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura da Companhia. O Sr. Augusto Marques da Cruz Filho não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Dan Ioschpe – 439.240.690-34

O Sr. Dan Ioschpe é formado em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul com Pós-Graduação pela ESPM – SP e MBA pela *Tuck School* do *Dartmouth College*. Ingressou na Ioché-Maxion em 1986, onde exerceu vários cargos até junho de 1996, quando saiu para assumir a Presidência da AGCO no Brasil. Retornou à companhia em janeiro de 1998, assumindo no mesmo ano a Presidência. Em abril de 2014, deixou a Presidência da Ioché-Maxion, assumindo a Presidência de seu Conselho de Administração. O Sr. Dan Ioschpe também atuou como Presidente do Fórum das Empresas Transnacionais Brasileiras (FET). Atualmente, é membro do Conselho de Administração da WEG, Profarma, Cosan e Marcopolo, bem como Presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e Presidente do Conselho de Administração do Sindipeças. Além de membro do Conselho de Administração da Companhia, o Sr. Dan Ioschpe também é coordenador do Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura e membro do Comitê de Finanças e Gestão de Riscos da BRF. O Sr. Dan Ioschpe não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Flavia Buarque de Almeida - 149.008.838-59

A Sra. Flavia Almeida é graduada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, possui MBA pela Harvard Business School e especialização em liderança pelo INSEAD. Atuou como conselheira independente das Lojas Renner S.A., de 2011 a 2016 e conselheira do “Board of Overseers” da Universidade de Harvard, da GAEC S.A., de 2011 até 2018. Entre 2009 e 2013, foi sócia sênior do Monitor Group (atualmente Monitor Deloitte). Antes disso, entre 2003 e 2009, a Sra. Flavia Almeida foi diretora geral da Participações Morro Vermelho S.A., holding familiar que controla o Grupo Camargo Corrêa. Durante os anos de 1989 a 2003, trabalhou na McKinsey & Company, onde foi sócia. É a CEO da Península Participações desde 2019, exercendo, também, os cargos de sócia e diretoria da Península Capital Participações S.A. desde 2013, além de ocupar as posições de sócia indireta e diretora da O3 Gestão de Recursos Ltda. A Sra. Flavia Almeida é conselheira da Companhia desde 2017, além de ser membro do Conselho de Administração do Groupe Carrefour (França), W2W E-Commerce de Vinhos S.A. (Wine.com.br), da Vitamina Chile S.P.A. e do Instituto Península. A Sra. Flavia Almeida não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Flavia Maria Bittencourt – 011.971.887-11

A Sra. Flavia Bittencourt é graduada em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, possui MBA em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM e MBA Executivo pela Fundação Dom Cabral. Atuou como membro do Conselho de Administração das Lojas Marisa entre 2018 e 2019 e foi Consultora Sênior do The Carlyle Group de 2012 até 2013. A Sra. Flávia Bittencourt possui uma longa trajetória pela Oi – Telemar, com mais de 10 anos de atuação em cargos como Gerente de Mercado de Voz (2001 – 2003), Gerente Geral de Marketing do Oi Móvel e, posteriormente, do Grupo Oi (2003 – 2005) e também ocupou a posição de Diretora Superintendente de Marketing e Chief Marketing Officer (2005 – 2011). Além disso, foi Diretoria da Lácteos Brasil, cofundadora da STORIES4FUN, e Vice-Presidente Sênior da América Latina e Presidente Nacional (Brasil) da Sephora Brasil. Atualmente, é CEO da Adidas e membro do Conselho de Administração da Tim Brasil. A Sra. Flavia Bittencourt não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da

CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Luiz Osório – 051.367.447-07

O Sr. José Luiz Osório é graduado e mestre em Engenharia pela PUC-Rio além de Mestre em Engenharia pela Stanford University (EUA). O Sr. José Luiz Osório ocupou cargos executivos no Bank Boston e no Banco Garantia, entre 1978 e 1993. Além disso, foi o sócio-gerente de *investment banking* no Banco Icatu (1993 até 1997), *country manager* do Lehman Brothers Brasil (1997-1999), Diretor Executivo do BNDES/BNDESPar (1999), Presidente da CVM (2000-2002) e do Instituto Ibero Americano de Mercado de Capitais, bem como da Icatu Securities e da Garantia Inc. (ambas sediadas em Nova Iorque). O Sr. José Luiz Osório foi membro do Conselho de Administração e da direção das Lojas Renner (2005-2007), Invest Tur (2007-2008), Comitê de Fusão e Aquisições (2013-2015), Banco Triângulo (2003-2017), Grupo MZ (2009-2018), foi membro do Conselho Consultivo do Centro Millstein para Mercados Globais e Propriedade Empresarial (2013-2016), e da Universidade de Columbia (2007-2012). Fundou o Jardim Botânico Investimentos em 2003 e é membro do Conselho de Administração da Elba Equipamentos e Serviços S.A., desde 2010. Além de atuar como membro do Conselho de Administração da Companhia, também é membro do Comitê de Qualidade e Sustentabilidade. O Sr. José Luiz Osório não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Luiz Fernando Furlan - 019.489.978-00

O Sr. Luiz Fernando é graduado em Engenharia Química pela FEI (Faculdade de Engenharia Industrial PUC-SP) e em Administração de Empresas pela Universidade de Santana em São Paulo, com cursos de extensão e especialização no Brasil (Fundação Getúlio Vargas – FGV em 1980) e no exterior (Insead AMP em 1991). Foi presidente do conselho de administração da Sadia S.A. de 1993 a 2002 e de 2008 a 2009, onde também ocupou diversos cargos executivos no período entre 1976 a 1993. Foi co-presidente do Conselho de Administração da BRF S.A. de 2009 a 2011, além de membro do Conselho de Administração da Telefônica (Espanha) de 2008 a 2019, do Global Board da Panasonic (Japão) de 2008 a 2013, da Global Walmart International (USA) de 2011 a 2013, da AMIL Participações S.A. de 2008 a 2013, da AGCO Corporation (USA) de 2010 a 2017, Redecard S.A. de 2007 a 2010, também foi membro do Conselho Consultivo da Abertis Infraestructuras SA (Espanha), de 2013 a 2015. Foi Ministro de Estado do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil de 2003 a 2007. Atuou, além disso, como Presidente do Conselho de Administração da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) de 2008 a 2016, e desde então passou a membro honorário. Participou como membro da Comissão Global para Conservação dos Oceanos (Global Ocean Commission – USA) de 2013 a 2015 e foi Presidente do Conselho Deliberativo da SP Negócios (indicado pelo Prefeito de São Paulo) de 2017 a 2020. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A. (Brasil), além de ser membro do Grupo Wise Brasil-Japão que busca o fortalecimento da parceria econômica estratégica entre o Brasil e o Japão. Além de membro do Conselho de Administração da Companhia, o Sr. Luiz Fernando Furlan também faz parte do Comitê de Qualidade e Sustentabilidade. O Sr. Luiz Fernando Furlan não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Pedro Pullen Parente – 059.326.371-53

O Sr. Pedro Parente é bacharel em engenharia elétrica pela Universidade de Brasília, em 1976. O Sr. Pedro Parente acumulou a posição de CEO Global da Companhia e Presidente do Conselho de Administração de junho de 2018 até abril de 2019, quando deixou a posição de CEO, permanecendo apenas como Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Iniciou a carreira no serviço público no Banco do Brasil em 1971 e foi transferido para o Banco Central em 1973, em ambos os casos por concurso público. Foi consultor do Fundo Monetário Internacional e de instituições públicas no País, incluindo Secretarias de Estado e a Assembleia Nacional Constituinte de 1988, tendo atuado em diversos cargos na área econômica do governo brasileiro. Foi Ministro de Estado (1999-2002),

tendo sido o coordenador da equipe de transição do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso para o Presidente Lula. Neste período, relevante também atuou como Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia de 2001/2002. No período de 2003 até 2009, foi Vice-Presidente Executivo (COO) do Grupo RBS e de janeiro de 2010 a abril de 2014 foi CEO da Bunge Brasil. De 2016 a 2018 foi CEO da Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A. durante o período compreendido entre 2016 e 2018, empresa onde também atuou como membro (1999 - 2002) e Presidente (2002 – 2016) do Conselho de Administração. Foi também Presidente do Conselho de Administração de empresas listadas e não listadas, incluindo a B3 – Brasil, Bolsa Balcão, Duratex, Banco do Brasil, entre outras. Atualmente, é Presidente do Conselho de Administração da General Atlantic no Brasil, sócio da EB Capital, e membro dos conselhos de administração da Prumo S.A., da Continental Grain Corporation e da Syngenta AG. O Sr. Pedro Parente não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ivandré Motiel da Silva – 449.975.660-04

O Sr. Ivandré Motiel da Silva formou-se em Ciências Econômicas, com pós-graduação em Finanças pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RGS) e Mestrado em Economia pela Universidade de Brasília (UNB), além de ter realizado diversos cursos de capacitação e especialização para Conselheiros de Administração com foco em governança corporativa, gestão e mercado de capitais pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e pela Fundação Dom Cabral. Atuou como Secretário Adjunto da Secretaria de Política Econômica no Ministério da Fazenda de dezembro de 2015 até janeiro de 2019, além de ter atuado como Gerente Executivo da Diretoria de Agronegócios (2012 – 2015) e Vice-Presidente de Agronegócios (2019 – 2020) do Banco do Brasil S.A. O Sr. Ivandré Motiel Silva também já ocupou a posição de membro do Conselho de Administração da Mapfre BB SH1 Participações (BrasilSeg) de janeiro de 2019 até janeiro de 2020. Atualmente, ocupa o cargo de CEO da BrasilSeg. O Sr. Ivandré Motiel da Silva não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Roberto Rodrigues - 012.091.598-72

O Sr. Roberto Rodrigues é Engenheiro Agrônomo formado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ-USP em 1965. É Doutor Honoris Causa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, obtendo tal título em 1998. Foi membro do Conselho de Administração da Minerva S.A. e professor na UNESP de 1967 até 2012 e é membro do Conselho Consultivo da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo - OCESP desde 1990 (associação sem fins lucrativos que é o órgão institucional do sistema cooperativista de São Paulo). Foi também Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras entre 1985 e 1991, da Sociedade Rural Brasileira entre 1994 e 1996, da Associação Brasileira do Agronegócio entre 1999 e 2002, da Aliança Cooperativa Internacional entre 1997 e 2001. Além disso, foi Ministro da Agricultura do Brasil de 2003 a 2006 e Presidente do Conselho de Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - COSAG FIESP, cargo que exerceu entre 2006 e 2012. Atualmente é conselheiro do COSAG FIESP. Por fim, atua desde 2006 como Coordenador do Centro de Agronegócio da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Além dos cargos de administração mencionados acima, o Sr. Roberto Rodrigues é sócio – administrador da Agroerg Investimentos e Serviços Ltda. Além de ser conselheiro da Companhia, o Sr. Roberto Rodrigues também ocupa o cargo de coordenador do Comitê de Qualidade e Sustentabilidade da Companhia. O Sr. Roberto Rodrigues não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcelo F. Bacci – 165.903.168-05

O Sr. Marcelo F. Bacci é graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, além de possuir MBA em Finanças e Mercado de Capitais pelo IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais e o título de "Master" em *Business Administration* pela *Stanford Graduate School of Business*, detendo, ainda, certificados com foco em efetividade dos Conselhos de Administração e Gestão Pública e Global por instituições como a *Harvard Business School* e *Stanford GSB*. O Sr. Marcelo F. Bacci foi eleito um dos CFOs mais admirados do Brasil pela Revista Análise Editorial nos anos de 2017, 2018 e 2019 e foi o vencedor do Prêmio Equilibrista do IBEF 2018 (CFO do ano). Ocupou diversos cargos no UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros, iniciando a sua carreira como Trainee em 1991, posteriormente, ocupou os cargos de *Associate – Corporate Finance* (1991–1993), Gerente de Mercado de Capitais Internacional (1994-1997) e Gerente de Tesouraria Internacional (1998). Na sequência, teve passagens

por diversas empresas, atuando como *Summer Associate – Financial Institutions Group* no Lehman Brothers, INC.; Gerente Financeiro (2000-2001), Diretor de Finanças e Administração (2001-2004) e Diretor Executivo – CFO (2004-2005) da PROMON S/A; ocupou, também, as posições de CFO – *Northern Latin America* (2005-2009) e CFO - *Bioserv* (2009-2011) da Louis Dreyfus *Company*. Atualmente, é o CFO da Suzano *Group*, empresa em que atua por mais de 09 anos, e ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração da Vracel Celulose S.A. Já atuou nos Conselhos de Administração de companhias como a Biosev, Terminal de Exportação de Açúcar Guarujá (TEAG), Companhia Nacional de Açúcar e Alcool (CNAA) e Trópico Sistemas. O Sr. Marcelo F. Bacci não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Órgão	Membro	Percentual de Participação
Conselho de Administração	Pedro Puellen Parente	100%
Conselho de Administração	Augusto Marques da Cruz Filho	100%
Conselho de Administração	José Luis Osório	96,87%
Conselho de Administração	Roberto Rodrigues	96,87%
Conselho de Administração	Luiz Fernando Furlan	100%
Conselho de Administração	Dan Ioschpe	100%
Conselho de Administração	Flávia Buarque de Almeida	100%

12.7 – Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Vide itens 12.5 e 12.6 acima.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Órgão	Membro	Percentual de Participação
Comitê de Qualidade e Sustentabilidade	José Luis Osório	100%
	Roberto Rodrigues	100%

	Luiz Fernando Furlan	100%
Comitê de Finanças e Gestão de Riscos	Dan Ioschpe	100%
Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura	*Flávia Buarque de Almeida	100%
	Roberto Rodrigues	100%
	Augusto Marques da Cruz Filho	100%
	Dan Ioschpe	94,73%

*A Sra. Flavia Almeida deixou de ser Coordenadora e membro do Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura conforme aprovação que consta em Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 10 de dezembro de 2019, momento em que houve o ingresso do Sr. Augusto Marques no referido Comitê e a definição do Sr. Dan Ioschpe como Coordenador.

12.9. Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre:

- a. **Administradores da Companhia**
- b. **Administradores da Companhia e administradores de Controladas, diretas ou indiretas, da Companhia**
- c. **Administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e Controladores diretos ou indiretos da Companhia**
- d. **Administradores da Companhia e Administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia**

Não Aplicável. Os candidatos a membros do Conselho de Administração não possuem qualquer uma das relações mencionadas neste Item 12.9.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social
- b. controlador direto ou indireto do emissor
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável. Não há na Companhia qualquer uma das relações mencionadas neste Item 12.10.

III.2 INFORMAÇÕES SOBRE OS INDICADOS AOS CARGOS NO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA

12.5 Composição e experiência profissional do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Mandatos consecutivos	Membro independente		
Attilio Guaspari	20/10/1946	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	29/04/2019	AGO 2020
610.204.868-72	Engenheiro civil	45 – C.F. (Efetivo)	29/04/2019	Não
Não	14º mandato	Sim		

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Mandatos consecutivos	Membro independente		
Maria Paula Soares Aranha	08/02/1957	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	29/04/2019	AGO 2020
035.859.048-58	Bancária e Economista	45 – C.F. (Efetivo)	29/04/2019	Não
Não	1º mandato	Sim		

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Mandatos consecutivos	Membro independente		
André Vicentini	25/05/1981	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	29/04/2019	AGO 2020
283.726.668-06	Engenheiro mecânico de produção	45 – C.F. (Efetivo)	29/04/2019	não
Não	2º mandato	Sim		

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Mandatos consecutivos	Membro independente		
Susana Hanna Stiphan Jabra	27/08/1957	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	29/04/2019	AGO 2020
037.148.408-18	Economista	48 – C.F. (Suplente)	29/04/2019	Não
Não	4º mandato	Sim		

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Mandatos consecutivos	Membro independente		
Mônica Hojaij Carvalho Molina	05/07/1969	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	29/04/2019	AGO 2020
137.295.488-08	Administradora	48 – C.F. (Suplente)	29/04/2019	Não
Não	1º mandato	Sim		

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Mandatos consecutivos	Membro independente		
Valdecyr Maciel Gomes	17/12/1954	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	29/04/2019	AGO 2020

718.224.887-53	Advogado	48 – C.F. (Suplente)	29/04/2019	Não
Não	2º mandato	Sim		

Attilio Guaspari - 610.204.868-72

O Sr. Attilio é graduado em Engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - USP e mestre em Ciências da Administração pela UFRJ. Foi membro do Comitê de Auditoria do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES e Presidente do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria da Perdigão e da BRF, com a designação de especialista financeiro do comitê de auditoria. Possui vasta experiência no cargo de Diretor de Auditoria Interna, como Diretor Financeiro e membro de conselhos de administração. O Sr. Attilio não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Maria Paula Soares Aranha - 035.859.048-58

A Sra. Maria Paula é bacharel em administração de empresas pela FGV-EAESP, pós-graduada em administração de empresas pela FGV-EAESP, pós-graduada em ciências contábeis pela FGV-RJ, mestre em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo - USP e mestre em controladoria e prestação de contas pela FEA/USP. Foi membro do Conselho de Administração da Fibria Celulose S.A. de 2013 a 2018, atuando como coordenadora do CAE - Comitê de Auditoria Estatutária, desde a sua constituição. Foi membro do Conselho de Administração da Paranapanema S.A. de 2014 a 2016, atuando também como coordenadora do Comitê de Auditoria Não Estatutária desta empresa, assessora fiscal por dois anos na Fibria Celulose S.A. de 2011 a 2013 Além de ter trabalhado por dois anos na Invepar S.A. de 2016 a 2018. Atualmente, atua no Comitê de Auditoria e Riscos do Grupo Hapvida, atuando como especialista em gestão de riscos e demonstrações financeiras. É conselheira certificada pela ICSS-A e participou da comissão de Gestão de Riscos e Controle do IBGC. É consultora especializada em controladoria, controles internos e sistemas de gestão corporativa. Foi funcionária do Banco do Brasil de 1981 a 2007, onde atuou como Gerente Executiva do Conselho de Controladoria e Diretoria de Distribuição. Tem experiência trabalhando em instituições financeiras, promovendo a criação de vários modelos e a implementação e desenvolvimento de sistemas de gestão. Tem experiência com planejamento, orçamento, custos, contabilidade gerencial, gerenciamento de riscos, gestão na distribuição de serviços bancários, gerenciamento de redes de agências e serviços de terminal. A Sra. Maria Paula não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

André Vicentini - 283.726.668-06

Graduado em Engenharia Mecânica de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP (2003). Especializações em ALM (*Asset Liability Management*) e em Gestão de Riscos pelo Instituto Educacional da BM&FBOVESPA (2010 e 2012). De janeiro de 2009 a março de 2016, atuou como Superintendente Corporativo de Tesouraria e Serviços Financeiros da BM&FBOVESPA S.A., sendo responsável pela gestão financeira das empresas do Grupo, tanto locais como no exterior, nas áreas de tesouraria, planejamento financeiro, contas a pagar, contas a receber, crédito e cobrança, respondendo ao Diretor Financeiro e tendo sob gestão direta dois gerentes e um time total de 20 pessoas. Foi também responsável pela gestão financeira do fundo de previdência, atuando como Diretor de Investimentos do Mercaprev (AETQ). De setembro de 2006 a dezembro de 2008, atuou como Gerente de Gestão Financeira da Telefônica S.A., responsável pelas operações financeiras do grupo nos mercados locais e internacionais, pelo *cash management* e estruturas de proteção dos riscos de mercado, gerenciando uma equipe de Tesouraria e Operações Estruturadas composta por 6 pessoas e com reporte ao Diretor Financeiro. De setembro de 2003 a setembro de 2006, atuou como Analista Financeiro Pleno da Perdigão Agroindustrial, sendo membro da Tesouraria responsável pelo gerenciamento de fluxo de caixa, análise de viabilidade e precificação de operações estruturadas, derivativos e operações de comércio exterior. Sr. André não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i)

criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Susana Hanna Stiphan Jabra - 037.148.408-18

A Sra. Susana é economista (FEA- USP) com MBA em Finanças (Insper). Atua há mais de 30 anos em empresas de grande e médio porte, tendo participado de importantes operações realizadas no mercado de capitais. Foi membro titular do Conselho de Administração da CPFL Energia S.A., da Companhia Paulista de Força e Luz, da Companhia Piratininga de Força e Luz e da CPFL Geração de Energia S.A., da Fras-Le S.A., CSU Cardsystem S.A., da Telenorte Celular Participações S.A., da Bonaire Participações S.A, dentre outras. Conselheira Fiscal da CPFL Energia S.A., da JSL S.A., da Kepler Weber S.A., da Paranapanema S.A., da FERBASA, do Universo Online S.A., do Banco Itaú Unibanco S. A, dentre outras. Foi membro de diversos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, inclusive do Comitê de Auditoria da BRF S.A. É Conselheira de Administração e Fiscal com Certificação pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e Mediadora certificada pela GVLaw. A Sra. Susana não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Mônica Hojaj Carvalho Molina - 137.295.488-08

A Sra. Mônica Molina atua como *senior advisor* em Estratégia de Negócios e M&A, como sócia diretora da Condere desde 2013, tem mais de 20 anos de experiência profissional, incluindo posições como diretora estatutária, em empresas de médio e grande portes – Agronegócio (Grupo Louis Dreyfus, Bertin), Telecomunicações e Tecnologia (BellSouth Intl, Datasul, Bematech, CSU) e Linha Branca (Whirlpool). Com dupla-certificação pelo IBGC, tem um assento no Conselho de Administração da estatal Dataprev desde julho 2018 e no Conselho Consultivo do Grupo Omni desde maio 2018. Em 2016, foi membro independente do Conselho Fiscal da CSU CardSystem. Eleita por acionistas minoritários, ocupou a posição de membro suplente do Conselho Fiscal das seguintes companhias de capital aberto: Sonae Sierra, Mahle Metal Leve, SLC Agrícola, Lojas Americanas e Tegma Logística. Coautora e docente no curso CFO Estrategista, na Educação Executiva do Insper-SP, é pós-graduada em Marketing pela ESPM-SP e graduada em Administração de Empresas pela FEA-USP. A Sra. Mônica Molina não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Valdecyr Maciel Gomes – 718.224.887-53

O Sr. Valdecyr é graduado em Direito pela Universidade Federal Fluminense – UFF (1986), com especialização em Direito Financeiro Internacional na Euromoney, Oxford University (1997) e participação no Advanced Executive Program da Kellogg School of Management at Northwestern University (2013). De março de 2014 a setembro de 2016, atuou como *head* para a América Latina e *Managing Partner* da Brookfield Asset Management, responsável por definir plano estratégico da atividade, liderar as negociações de compra e venda de ativos; negociar em situações de conflito e desenvolver soluções; contratar, treinar, desenvolver e avaliar a equipe; definir estratégias de investimento e de desinvestimento; propor mudanças e correções na estratégia, para a preservação de valor em situações adversas; supervisionar a execução das operações e a estrutura de governança dos ativos adquiridos; gerenciar o risco e cuidar da imagem da empresa. De março de 2008 a setembro de 2013, foi CEO e Presidente da Brookfield Asset Management, bem como de outras empresas do grupo (Banco Brascan S.A., Brookfield Serviços Financeiros Ltda., Brascan Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, BRKB DTVM S.A., BRKB Consultoria e da Brookfield Gestão de Ativos Ltda.). De setembro de 2013 a setembro de 2016, foi Diretor e Vice-Presidente da Brookfield Asset Management, bem como: Diretor e Vice-Presidente Executivo e Managing Partner da Brookfield Brasil Ltda. e da Brookfield Participações Ltda.; Diretor da Brookfield Brazil Ltd. e da Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.; Diretor da Fisher Eagle Capital Investments LLC e da Marlin Capital Investments LLC. De 2008 a junho de 2011 foi Diretor da Brascan Holdings Plc, responsável pela constituição e gestão da empresa, cuja função era captar recursos no exterior para investimentos no Brasil. De 2001 a 2008, foi Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Brascan S.A., tendo atuado como Diretor Jurídico da mesma instituição de 1997 a 2001. De 1990 a 1997, atuou como fiscal de tributos do Município do Rio de Janeiro e como advogado

da Brascan Brasil Ltda. De 1983 a 1990, foi advogado do Banco Garantia S.A. e, em 1982, foi Oficial do Exército do Governo Federal, como comandante de tropa. O Sr. Valdecyr não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Órgão	Membro	Percentual de Participação
Conselho Fiscal	Attilio Guaspari	100%
Conselho Fiscal	Maria Paula Soares Aranha	100%
Conselho Fiscal	André Vicentini	100%

12.7 – Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não Aplicável.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não Aplicável.

12.9. Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre:

- a. **Administradores da Companhia**
- b. **Administradores da Companhia e administradores de Controladas, diretas ou indiretas, da Companhia**
- c. **Administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e Controladores diretos ou indiretos da Companhia**
- d. **Administradores da Companhia e Administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia**

Não Aplicável. Os candidatos a membros do Conselho Fiscal não possuem qualquer uma das relações mencionadas neste Item 12.9.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social**
- b. controlador direto ou indireto do emissor**
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não aplicável. Não há na Companhia qualquer uma das relações mencionadas neste Item 12.10.

BRF S.A.

Anexo IV – Informações sobre a remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal (Item 13 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM nº480, de 7 de dezembro de 2009)

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A prática de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e dos diretores estatutários e não estatutários, tem como objetivo atrair e reter os profissionais que detenham qualificação, competência e perfil adequado às características e necessidades do negócio. Da mesma forma, visa criar um plano de recompensa e incentivos adequados à condução sustentável dos negócios, alinhando os interesses estratégicos de curto e longo prazos dos acionistas às melhores práticas de mercado e governança corporativa.

Cabe ainda mencionar que, a Companhia possui um Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura que, entre outras atribuições, é responsável por analisar periodicamente a estratégia de remuneração fixa e variável adotada, emitindo suas recomendações a respeito, bem como eventuais modificações a serem implementadas na política de remuneração. Caso o referido Comitê decida pela necessidade de modificar a política de remuneração, a sugestão de modificação é submetida à apreciação, deliberação e aprovação do Conselho de Administração.

As diretrizes de remuneração vigentes foram formalmente aprovadas na reunião do Conselho de Administração de 14 de dezembro de 2018.

Para maiores detalhes sobre a metodologia adotada, vide o item (b) (iii) abaixo.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Todos os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa, composta de 12 pagamentos mensais, a qual é estabelecida de acordo com a legislação e padrões de mercado e tem por objetivo a compensação adequada aos conselheiros pela participação em reuniões e pelas suas contribuições ao referido órgão. Sendo que para o Presidente do órgão é estabelecida uma remuneração fixa diferenciada dos demais membros, tendo em vista a função exercida pelo mesmo.

Quando aplicável, alguns membros do Conselho de Administração podem também receber valores referentes a benefícios diretos e indiretos (assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida), benefícios de cessação do exercício do cargo (cláusulas previstas em contrato de não concorrência – “non compete”), benefício pós-emprego (previdência privada), adicional por participação em comitês e incentivos de longo prazo (plano de remuneração baseada em ações).

Conselho Fiscal

Todos os membros do Conselho Fiscal recebem remuneração fixa, composta de 12 pagamentos mensais. A remuneração é determinada na respectiva assembleia geral que aprova sua eleição, não sendo inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída à Diretoria Estatutária, não computados os benefícios e demais parcelas variáveis, conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei 6.406/76"). Os suplentes não recebem qualquer tipo de remuneração, recebendo remuneração apenas pela reunião que participarem.

Diretoria

A remuneração Global e anual dos membros da Diretoria estatutária é determinada pelo Conselho de Administração com base nas práticas de mercado (vide item (b) (iii) abaixo) e é composta por remuneração fixa e variáveis de curto e longo prazos. Pode também contemplar eventuais gratificações adicionais que visem a atração e retenção dos profissionais. Esta composição visa promover a execução do planejamento estratégico e a busca dos resultados de forma coerente, transparente e voltada aos interesses da organização, dos acionistas e dos demais *stakeholders*.

A remuneração fixa, composta de 13 pagamentos mensais e abono de férias, tem por objetivo a compensação pelos serviços prestados.

A remuneração dos membros da Diretoria também contempla valores referentes a benefícios diretos e indiretos (assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, *check-up*), compromissos de desligamentos (verbas atreladas a compromissos de não concorrência, não solicitação e uso de informações confidenciais), incentivos de contratação e de retenção que se mostrarem necessários e benefício pós-emprego (previdência privada), seguindo as melhores práticas de mercado.

A remuneração variável de Curto Prazo é constituída e paga através do nosso Programa de Participação nos Lucros e Resultados – PLR. Tem por objetivo incentivar e reconhecer os executivos pelo alcance dos resultados de curto prazo da Companhia.

Este incentivo está atrelado ao alcance de metas globais pré-estabelecidas e aprovadas no início de cada exercício social pelo Conselho de Administração. O potencial a ser pago a cada executivo é baseado em múltiplos do salário mensal, metas de áreas e avaliação de desempenho individual.

A remuneração variável de longo prazo é constituída e paga através do nosso plano de remuneração baseadas em opções de ações, aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 08 de abril de 2015, do plano de ações restritas, aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 08 de abril de 2015 e modificado em 25 de maio de 2018 e do plano de ações restritas e performance shares aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2019, os quais têm por objetivo atrair, manter, motivar os executivos e gerar valor para a Companhia, além de ser um importante mecanismo de alinhamento dos executivos aos interesses dos acionistas no longo prazo. O potencial a ser concedido a cada executivo é determinado em múltiplos do salário mensal, metas Globais da Companhia, definidas pelo Conselho de Administração, e avaliação de desempenho individual. Tal composição de remuneração estimula a busca de resultados pela Diretoria e reconhece o alcance e a superação das metas pré-definidas, direcionando as ações aos indicadores e alavancas chaves para a garantir a execução da estratégia e a geração de resultados da Companhia equilibrando curto e longo prazo.

Comitês

Somente os membros do Conselho de Administração eleitos para composição do Comitê de Auditoria e Integridade recebem remuneração fixa adicional por participação. Desde 2015, os membros externos que participam de determinados Comitês de Assessoramento, conforme deliberação do Conselho de Administração, fazem jus a remuneração fixa mensal.

Atualmente, os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria, estatutária ou não estatutária, ou outro colaborador da Companhia que participem dos demais Comitês de Assessoramento não fazem jus a qualquer remuneração adicional.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A proporção de cada elemento na remuneração total em relação aos três últimos exercícios sociais é apresentada nas tabelas abaixo:

2019	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios pós-emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	69,0%	-	-	-	31%	100%
Conselho Fiscal	100%	-	-	-	-	100%
Diretoria Estatutária	37%	25%	22%	-	16%	100%
Diretoria não estatutária	32%	30%	-	-	38%	100%
Comitê de Auditoria e Integridade	100%	-	-	-	-	100%
Comitê de Estratégia e Marketing	100%	-	-	-	-	100%
Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura	100%	-	-	-	-	100%
Comitê de Finanças e Gestão de Riscos	100%	-	-	-	-	100%
Comitê de Qualidade e Sustentabilidade	100%	-	-	-	-	100%

2018	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios pós-emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	79,2%	-	-	-	20,8%	100%
Conselho Fiscal	100%	-	-	-	-	100%
Diretoria Estatutária	58,9%	9,7%	25%	-	6,4%	100%
Diretoria não estatutária	47%	10%	-	-	43%	100%
Comitê de Auditoria e Integridade	100%	-	-	-	-	100%
Comitê de Estratégia e Marketing	100%	-	-	-	-	100%
Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura	100%	-	-	-	-	100%
Comitê de Finanças e Gestão de Riscos	100%	-	-	-	-	100%
Comitê de Qualidade e Sustentabilidade	100%	-	-	-	-	100%

2017	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios pós-emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	-	-	-	-	100%
Conselho Fiscal	100%	-	-	-	-	100%
Diretoria Estatutária	59%	-	0,5%	17,1%	35,3%	100%
Diretoria não estatutária	69,8%	-	-	-	30,2%	100%
Comitê de Auditoria	100%	-	-	-	-	100%
Comitê de Finanças, Governança e Sustentabilidade	100%	-	-	-	-	100%
Comitê de Pessoas, Organização e Cultura	100%	-	-	-	-	100%
Comitê de Estratégia, M&A e Mercados	100%	-	-	-	-	100%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura analisa anualmente a estratégia de remuneração fixa e variável a ser adotada pela Companhia, a qual é posteriormente submetida à apreciação, deliberação e aprovação do Conselho de Administração.

A remuneração dos administradores (inclusive membros dos Comitês) e membros do Conselho Fiscal é periodicamente comparada com as práticas de mercado (seleção de empresas de grande porte, na sua maioria de bens de consumo, que possuam políticas estruturadas e boas práticas na gestão do capital humano, com boas condições de emprego em todos os níveis organizacionais e que possuam uma composição de remuneração equilibrada), através de pesquisas salariais realizadas por meio de consultorias especializadas, além do acompanhamento de inflação do período, avaliando-se a necessidade de ajuste nos componentes da remuneração.

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária é estabelecida em assembleia geral de acionistas, levando-se em consideração os elementos citados no parágrafo anterior.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A política da Companhia distribui de forma equitativa os componentes da remuneração fixa de modo a assegurar o alinhamento às práticas de mercado e ao sistema de governança.

A remuneração variável visa o alcance e a superação das metas corporativas e individuais, o que induz ao compartilhamento de riscos e resultados.

Em relação aos benefícios diretos e indiretos e benefícios pós-emprego, os administradores são enquadrados às mesmas políticas vigentes aplicáveis aos demais funcionários da Companhia.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Em dezembro de 2017 e no período compreendido de janeiro a abril de 2018, 1 membro do Conselho de Administração renunciou à remuneração decorrente do exercício desta função, pois passou a cumular cargos no Conselho de Administração e na Diretoria Estatutária da Companhia. Por esse motivo, em 2017 e em 2018, existia 1 membro do Conselho de Administração que não recebia remuneração paga pela BRF. No entanto, tal condição cessou com a renúncia do referido membro em 03 de maio de 2018.

Com exceção deste membro do Conselho de Administração, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 não existiam membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Estatutária e não estatutária da Companhia que, por qualquer motivo, não recebiam remuneração paga pela Companhia. Em relação aos membros dos Comitês, conforme informado no item (b) acima, os participantes de Comitês que não são membros da administração da Companhia possuem remuneração fixa especificamente pela sua participação no Comitê.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Em relação à remuneração fixa, a Companhia se baseia em pesquisas de mercado e performance individual dos seus executivos.

Para a determinação dos valores da remuneração variável, é considerado o desempenho dos executivos mediante estabelecimento prévio de metas globais e de áreas, como, por exemplo, EBIT, nível de endividamento, resultado líquido, aderência aos padrões de qualidade, aderência ao orçamento, índice de segurança do trabalho e indicadores gestão de pessoas.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês são elegíveis apenas à remuneração fixa e podem ser elegíveis de maneira limitada ao programa de remuneração baseadas em ações. Para os diretores estatutários e não estatutários, em relação à remuneração variável, ou incentivo de curto prazo, este elemento está atrelado a indicadores de desempenho da Companhia

(metas globais) e à avaliação de desempenho individual. Se atingidas as metas globais, o participante estará sujeito à avaliação de metas individuais (cumprimento de indicadores de performance de áreas e individuais) para o recebimento da remuneração variável.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A prática adotada pela Companhia em relação aos diversos componentes da remuneração está alinhada aos interesses de curto, médio e longo prazo, na medida em que, ao definir os componentes da remuneração, busca-se o alinhamento entre os interesses da Companhia e dos administradores. A remuneração fixa é definida de acordo com as práticas de mercado, conforme já descrito anteriormente, objetivando a retenção do profissional e recompensando o desempenho individual. A remuneração variável de curto prazo, que representa parcela expressiva da remuneração total, está atrelada a indicadores de desempenho alcançáveis no prazo de um ano; essa determinação tem por objetivo remunerar de acordo com o mercado e, principalmente, o crescimento, rentabilidade e outros indicadores não financeiros da Companhia, já que as metas estabelecidas, se alcançadas, projetam a Companhia a um patamar de crescimento e lucratividade desejado pelos acionistas e investidores, condicionando o ganho do executivo à perenidade do negócio, promovendo assim uma atitude de comprometimento e sustentabilidade dos participantes deste plano.

Além disso, os planos de remuneração baseados em ações da Companhia foram criados para fortalecer a expectativa do acionista da Companhia de criar uma visão e comprometimento de longo prazo nos executivos, promovendo o conhecimento, as competências e o comportamento necessários à perenidade do negócio, além de reforçar o nível de atração e retenção dos seus principais executivos.

Atualmente são elegíveis ao programa de remuneração baseados em ações alguns membros do Conselho de Administração, Diretores estatutários e não estatutários e Gerentes executivos. Em termos de instrumentos, temos planos de *stock options*, ações restritas e ações por performance, embora nos últimos anos tenhamos outorgado aos executivos apenas ações restritas e ações por performance que, por sua vez, são um excelente instrumento de alinhamento de interesse vinculado a uma meta de geração de valor ao acionista.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há qualquer existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

As remunerações individuais do Conselho de Administração e da Diretoria são periodicamente revistas e analisadas pelo Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura com o apoio da Vice-presidência de Recursos Humanos e do Presidente Global, discutindo os princípios gerais da política de remuneração e recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração individual dos administradores (inclusive dos membros dos Comitês) e membros do Conselho Fiscal é periodicamente comparada com as práticas de mercado (por meio da seleção de empresas de grande porte, na sua maioria de bens de consumo, que possuam políticas estruturadas e boas práticas na gestão do capital humano, com boas condições de emprego em todos os níveis organizacionais e que possuam uma composição de remuneração equilibrada), através de pesquisas salariais realizadas por meio de consultorias especializadas, além do acompanhamento de inflação do período, avaliando-se a necessidade de ajuste nos componentes da remuneração.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura, órgão de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, avalia anualmente as diretrizes e prática de remuneração dos administradores e funcionários da BRF e, caso entenda ser necessário, submete ao Conselho de Administração recomendação de modificação na remuneração até então adotada.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Para o exercício de 2020, a proposta prevê o valor da remuneração global de até R\$ 124,3 milhões, considerando os membros do Conselho de Administração e até 8 (oito) Diretores Estatutários.

Em 2019, tivemos a eleição de 5 diretores estatutários no meio do ano, desta forma o impacto de seus honorários não reflete no ano inteiro, mas apenas após a eleição. Para 2020 estamos projetando o quadro completo ao longo do ano inteiro.

Remuneração total prevista para Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais –em R\$ mil				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	10,00	8,00	3,00	21,00
Número de membros remunerados	10,00	8,00	3,00	21,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	12.139	27.728	798	40.664
Benefícios direto e indireto	159	1.789	0,00	1.948
Participações em Comitês	2.120	0	0,00	2.120
Outros	2.789	10.859	199	13.847
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS FGTS Encargos Empregador Provisões de Férias e de 13º Salário	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	22.936	0,00	22.936
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	12.355	0,00	12.355
Baseada em ações	6.790	23.642	0,00	31.321
Observação	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente. O valor inclui INSS	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	
Total de remuneração	23.997	99.308	997	124.302

Remuneração total para Exercício Social encerrado em -31/12/2019 Valores Anuais –em R\$ mil				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	10,00	8,00	3,00	21,00
Número de membros remunerados	10,00	8,00	3,00	21,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	11.101	18.317	442	29.860
Benefícios direto e indireto	153	1.320	0,00	1.473
Participações em Comitês	898	0	0,00	898
Outros	11.101	8.338	89	10.826
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS FGTS Encargos Empregador Provisões de Férias e de 13º Salário	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	19.176	0,00	19.176
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros	2.399	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	16.275	0,00	16.275
Baseada em ações	9.631	12.052	0,00	18.339
Observação	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente. O valor inclui INSS			
Total de remuneração	20.838	75.478	531	96.848

Remuneração total para Exercício Social encerrado em 31/12/2018 – Valores Anuais em R\$ mil				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	10,00	4,33	3,00	17,33
Número de membros remunerados	9,66	4,33	3,00	16,99
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	8.622	18.565	510	27.697
Benefícios direto e indireto	153	645	0,00	798
Participações em Comitês	876	0,00	0,00	876
Outros	1.874	4.536	102	6.512
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS FGTS Encargos Empregador Provisões de Férias e de 13º Salário	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.912	0,00	3.912
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	10.070	0,00	10.070
Baseada em ações	3.025	2.596	0,00	5.621
Observação	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.			
Total de remuneração	14.549	40.324	612	55.484

Remuneração total para Exercício Social encerrado em 31/12/2017 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	9,42	6,17	3,00	18,59
Número de membros remunerados	9,42	6,17	3,00	18,59
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.887.892,36	15.414.203,13	522.646,00	22.824.741,49
Benefícios direto e indireto	2.118,00	966.320,82	0,00	968.438,82
Participações em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1.377.578,44	6.219.204,96	104.529,20	7.701.312,60
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos Ônus BRF (%) INSS Empresa 20,00	INSS FGTS Encargos Empregador Provisões de Férias e de 13º Salário *Incidência sobre honorários à Diretoria Estatutária	Encargos Ônus BRF (%) INSS Empresa 20,00	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	246.108,00	0,00	246.108,00
Cessação do cargo	0,00	8.172.667,00	0,00	8.172.667,00
Baseada em ações	0,00	16.906.126,98	0,00	16.906.126,98
Observação	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	
Total de remuneração	8.267.588,80	47.924.630,89	627.175,20	56.819.394,89

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

ANO: 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	10,00	4,00	3,00	17,00
Número de membros remunerados	10,00	4,00	3,00	17,00
Em relação ao bônus				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Em relação à participação no resultado				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	0	NA	0
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	28.669	NA	28.669
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	NA	19.113	NA	19.113

ANO: 2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	10,00	8,00	3,00	21,00
Número de membros remunerados	10,00	8,00	3,00	21,00
Em relação ao bônus				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Em relação à participação no resultado				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	0	NA	0
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	19.944	NA	19.944
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	NA	16.620	NA	16.620
iv - Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	NA	19.176	NA	19.176

ANO: 2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	10,00	6,00	3,00	19,00
Número de membros remunerados	9,66	4,33	0,00	16,99
Em relação ao bônus				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	3.912.000	N/A	N/A
Em relação à participação no resultado				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	0	NA	0
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	17.141.850	NA	17.141.850

iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	NA	17.141.850	NA	17.141.850
iv – Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	NA	0	NA	0

ANO: 2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	9,42	6,17	3,00	18,58
Número de membros remunerados	0,00	6,17	0,00	6,17
Em relação ao bônus				
i – Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
ii – Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
iii – Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
iv – Valor Efetivamente reconhecido no resultado do exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Em relação à participação no resultado				
i – Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	20.299.936,00	NA	20.299.936,00
ii – Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	20.299.936,00	NA	20.299.936,00
iii – Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	NA	20.299.936,00	NA	20.299.936,00
iv – Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	NA	0,00	NA	0,00

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

1) Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações – Aprovado em AGO/E de 8 de abril de 2015

a. Termos e condições gerais

O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela assembleia geral de acionistas realizada em 8 de abril de 2015, tem como público elegível os Diretores estatutários, os Diretores não estatutários e pessoas ocupando outros cargos da Companhia e/ou de suas controladas. Os membros do Conselho de Administração não poderão ser eleitos como beneficiários das opções deste plano, entretanto, membros do Conselho de Administração que também sejam membros da diretoria, poderão, na qualidade de diretores, receber outorgas de opções da Companhia.

O instrumento referente ao Plano de Opção de Compra de Ações é baseado no conceito de opção de compra de ações (*stock options*), o qual é concedido pela Companhia ao executivo um direito (e não uma obrigação) de comprar ações de emissão da empresa a preços (preço de exercício) e prazos pré-definidos.

A aprovação da lista dos participantes e do número de opções a serem outorgadas serão determinados pelo Conselho de Administração anualmente e estarão vinculados à obtenção de resultados previamente definidos para a Companhia e da valorização dos negócios da Companhia. A participação do executivo em um ciclo de outorga não garante sua participação em outorgas posteriores.

Para determinação do número de opções de compra de ações neste instrumento é utilizado o conceito de cálculo em que, atingida uma expectativa de valorização da ação de emissão da Companhia no período de carência estipulado (*vesting*), o ganho resultante da opção seja igual ao nível de premiação alvo ao executivo. Neste conceito, o participante somente alcança seu potencial de ganho se a expectativa dos acionistas em termos de valorização do negócio for atingida

Os participantes do Plano de Opção de Compra de Ações deverão celebrar com a Companhia contratos individuais de outorga de opção de compra de ações, através do qual o participante adquire o direito de opção de compra de ações de emissão da Companhia, direito este pessoal e intransferível.

A administração do Plano de Opção de Compra de Ações caberá ao Conselho de Administração da Companhia, respeitando os requisitos legais aplicáveis e os limites de diluição máxima autorizados em assembleia de acionistas. Será facultado ao mesmo constituir um Comitê especial para assessorá-lo na administração do plano.

b. Principais objetivos do plano

O Plano de Opção de Compra de Ações tem por objetivo permitir que os beneficiários, sujeitos a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vista a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários; (c) possibilitar à Companhia ou às outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculados os beneficiários e incentivar a criação de valor; e (d) compartilhar riscos e ganhos e forma equitativa entre acionistas e os beneficiários.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

A Companhia, ao estabelecer uma oportunidade de investimento diferenciada e competitiva para seus executivos, espera alinhar as ações dos beneficiários do plano à visão dos acionistas e investidores da Companhia, condicionando o ganho de longo prazo do executivo à perenidade do negócio e, com isso, promovendo a atitude comprometida e sustentável dos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano de Opção de Compra de Ações tem por objetivo complementar o pacote de remuneração de seus executivos, reforçando o nível de atração e retenção dos seus principais executivos, conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A implementação do Plano de Opção de Compra de Ações vem fortalecer a expectativa do acionista e investidor da Companhia de criar visão e comprometimento de longo prazo no executivo, promovendo o conhecimento, as competências e comportamentos necessários à perenidade do negócio.

O exercício das opções outorgadas somente poderá ocorrer a partir de um ano da data da outorga e na proporção máxima 1/4 das opções a cada ano, podendo fazê-lo durante um prazo de até seis anos, fazendo com que os beneficiários se comprometam com a constante valorização das ações da Companhia no curto, médio e longo prazo.

f. Número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações que pode ser objeto de outorga de opção de compra é equivalente a 2% do número total de ações de emissão da Companhia, correspondente a 16.249.465 em 31 de dezembro de 2018.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas não poderá exceder a quantidade máxima de ações que podem ser objeto de outorga de opção de compra, que é equivalente a 2% do número total de ações da Companhia, correspondente a 16.249.465 ações em 31 de dezembro de 2018.

h. Condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração, anualmente ou em periodicidade que julgar conveniente, fixará o preço de exercício de cada opção e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício de cada opção e impondo quaisquer outras condições relativas a tais opções, observado que o preço de exercício nunca será inferior à média da cotação das ações da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), ponderada pelo volume de negociação, nos 20 últimos pregões que antecederem a data de outorga, corrigido monetariamente pela variação do IPCA, ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração.

Cada opção de compra de ações dará direito ao beneficiário de adquirir uma ação da Companhia, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo contrato de opção.

A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações é realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre a Companhia e os beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de opções objeto da outorga; (b) as metas de desempenho da Companhia e outros termos e condições para aquisição do direito ao exercício das opções; (c) o prazo final para exercício das opções; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento.

O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício da opção a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações.

Sem prejuízo do disposto acima, durante o prazo de um ano contado da data de exercício da respectiva opção, os beneficiários não poderão vender, ceder e/ou ofertar à venda as ações adquiridas com o exercício de opções. Caso o beneficiário não tenha os recursos necessários para custear o exercício das opções, será facultada a venda das ações necessárias para pagar o exercício das opções mais os custos

e impostos incidentes. A quantidade de ações sujeitas à restrição de venda será calculada conforme os termos e condições estabelecidos no plano.

Os contratos de opção serão celebrados individualmente com cada beneficiário, podendo o Conselho de Administração estabelecer termos e condições diferenciados para cada contrato de opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

O beneficiário que desejar exercer a sua opção deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade de opções que deseja exercer, nos termos do modelo de comunicação a ser oportunamente divulgado pelo Conselho de Administração.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações será determinado pelo Conselho de Administração na data de outorga, observado que nunca será inferior à média da cotação das ações da Companhia na B3 ponderada pelo volume de negociação nos 20 últimos pregões que antecederem a data de outorga, corrigido monetariamente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA) ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos contratos de opção, as opções tornar-se-ão exercíveis, na medida em que os respectivos beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administradores ou empregados da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga das opções e as datas especificadas abaixo, conforme segue:

- (a) 1/4 das opções poderá ser exercido a partir do primeiro aniversário da data de outorga;
- (b) 1/4 das opções poderá ser exercido a partir do segundo aniversário da data de outorga;
- (c) 1/4 das opções poderá ser exercido a partir do terceiro aniversário da data de outorga; e
- (d) 1/4 das opções poderá ser exercido a partir do quarto aniversário da data de outorga.

As opções serão exercíveis até o último dia útil do ano civil em que se completar o sexto aniversário da data de outorga. As opções não exercidas nos prazos e condições estipulados serão consideradas automaticamente extintas, sem direito a indenização.

O Plano de Opção de Compra de Ações entrou em vigor na data de sua aprovação pela assembleia geral da Companhia e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da assembleia geral. O término de vigência do plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele, tampouco a validade de eventuais opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações e da vedação à alienação mencionada no item "h" acima.

k. Forma de liquidação

As ações objeto das opções outorgadas serão provenientes, conforme venha a ser deliberado pelo Conselho de Administração, da emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou de ações mantidas em tesouraria.

l. Restrições à transferência das ações

Durante o prazo de um ano contado da data de exercício da respectiva opção, os beneficiários não poderão vender, ceder e/ou ofertar à venda as ações adquiridas com o exercício de opções.

O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos beneficiários.

O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá rever as condições do plano, desde que não altere os respectivos princípios básicos. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, das companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do plano.

O Plano de Opção de Compra de Ações poderá ser alterado ou extinto a qualquer tempo pela assembleia geral de acionistas da Companhia.

n. Efeitos de saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

De acordo com o Plano de Opção de Compra de Ações, as regras previstas para a saída por desligamentos da empresa são as seguintes:

1. Na hipótese de ser desligado da Companhia por vontade desta, mediante (i) demissão por justa causa, como previsto na Consolidação das Leis do Trabalho; ou (ii) destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, tais como as previstas nos art. 153 a 157 da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações; ou (iii) desídia do beneficiário no exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de administrador; ou (iv) condenação penal relacionada a crimes dolosos; ou (v) a prática, pelo beneficiário, de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia ou contra as sociedades sob o seu controle; ou (vi) qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do beneficiário e que seja prejudicial aos negócios, imagem, ou situação financeira da Companhia, de seus acionistas, ou de quaisquer sociedades sob o seu controle; ou (vii) violação significativa do instrumento que regule o exercício do mandato de administrador estatutário celebrado pelo beneficiário com a Companhia e/ou com a sociedades sob o seu controle ou de eventuais aditivos a tal instrumento ou contrato; ou ainda (viii) descumprimento do Estatuto Social da Companhia e/ou das sociedades sob o seu controle e demais disposições societárias aplicáveis ao beneficiário, como administrador, todas as opções já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

2. Na hipótese de ser desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, ou por vontade do próprio beneficiário, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

3. Na hipótese de ser desligado da Companhia por aposentadoria ou invalidez permanente: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, tornar-se-ão automaticamente extintas, e (ii) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 60 dias

contados da data do desligamento, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

4. Na hipótese de desligar-se da Companhia por falecimento: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, tornar-se-ão automaticamente exercíveis e poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do beneficiário, no prazo de seis meses contados da data do desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do beneficiário, no prazo de seis meses contados da data do desligamento, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

2) Plano de Outorga de Ações Restritas / Ações por Performance – Aprovado em AGO/E de 08 de abril de 2015 e alterado em AGO/E de 26 de abril de 2017, AGE de 25 de maio de 2018 e AGO/E de 29 de abril de 2019.

a. Termos de condições gerais

O Plano de Outorga de Ações Restritas / Ações por Performance da Companhia, aprovado pela assembleia geral de acionistas realizada em 8 de abril de 2015 e alterado pelas assembleias gerais de acionistas realizadas em 26 de abril de 2017, de 25 de maio de 2018 e 29 de abril de 2019, tem como público elegível os membros do Conselho de Administração, os diretores estatutários, diretores não estatutários e pessoas ocupando outros cargos da Companhia e/ou de suas controladas. Os membros do Conselho de Administração que também sejam membros da diretoria, somente poderão receber outorgas de ações restritas da Companhia na qualidade de diretores.

O instrumento do Plano de Outorga de Ações Restritas/ Ações por Performance consiste na outorga de ações restritas / ações por performance aos participantes, de acordo com a proporção entre o valor despendido pelo participante elegível para adquirir ações da Companhia na B3 (ações de paridade) e o valor líquido de verbas autorizadas, conforme aplicável, no ano da aquisição, ou a qualquer outro critério condicionante que o Conselho de Administração julgar conveniente. Entende-se por verbas autorizadas a participação nos resultados, bônus de contratação e outras verbas (não incluindo salário) autorizadas pelo Conselho de Administração para investimento por parte do beneficiário.

O Conselho de Administração poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada contrato de outorga, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

A aprovação da lista dos participantes e do número de ações a serem outorgadas será determinada pelo Conselho de Administração anualmente e estará vinculado à obtenção de resultados previamente definidos para a Companhia e da valorização dos negócios da Companhia. A participação do executivo em um ciclo de outorga não garante sua participação em outorgas posteriores.

Os participantes do Plano de Outorga de Ações Restritas / Ações por Performance deverão celebrar com a Companhia contratos individuais de outorga de ações restritas, através do qual o participante adquire o direito de outorga de ações restritas da Companhia, conforme critérios descritos acima, direito este pessoal e intransferível.

A administração do Plano de Outorga de Ações Restritas / Ações por Performance caberá ao Conselho de Administração da Companhia, respeitando o disposto no estatuto social da Companhia e na legislação aplicável, bem como respeitando os limites da remuneração global dos administradores e os limites de diluição máxima autorizados em assembleia de acionistas. Será facultado ao mesmo constituir um Comitê especial para assessorá-lo na administração do Plano de Outorga de Ações Restritas / Ações por Performance.

b. Principais objetivos do plano

O Plano de Outorga de Ações Restritas / Ações por Performance tem por objetivo outorgar ações restritas às pessoas elegíveis como beneficiários, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis; e (c) possibilitar à Companhia ou às sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela vinculadas as pessoas elegíveis.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

A Companhia, ao estabelecer uma oportunidade de investimento diferenciada e competitiva para seus executivos, espera alinhar as ações dos participantes deste plano de ações de longo prazo à visão dos acionistas e investidores da Companhia, condicionando o ganho de longo prazo do executivo à perenidade do negócio e, com isso, promover uma atitude de comprometimento e sustentabilidade dos participantes deste plano.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano de Outorga de Ações Restritas / Ações por Performance tem por objetivo complementar o pacote de remuneração de seus executivos, reforçando o nível de alinhamento e retenção dos seus principais executivos, conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A implementação do Plano de Outorga de Ações Restritas / Ações por Performance vem fortalecer a expectativa do acionista e do investidor da Companhia de criar uma visão e comprometimento de longo prazo no executivo, promovendo o conhecimento, as competências e comportamentos necessários à perenidade do negócio.

f. Número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações abrangidas que pode ser objeto de outorga é equivalente a 0,5% do número total de ações de emissão da Companhia, correspondente a 4.062.366 ações em 31 de dezembro de 2019.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano de Outorga de Ações Restritas / Ações por Performance contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

h. Condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração condicionará a outorga das ações restritas ao investimento por parte do beneficiário na aquisição de ações de emissão da Companhia com a utilização de sua remuneração variável, conforme os termos e condições estabelecidos no Plano de Outorga de Ações Restritas.

Os direitos dos beneficiários em relação às ações restritas / ações por performance somente serão plenamente adquiridos se verificadas, cumulativamente, as seguintes condições:

- (i) os beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia, pelo período que venha a ser definido pelo Conselho de Administração; e
- (ii) seja alcançado pela Companhia um indicador de performance corporativo que esteja alinhado com os interesses de longo prazo dos acionistas e da Companhia, este indicador será definido pelo Conselho de Administração da Companhia nos respectivos contratos de outorga, devendo este ser apurado ao final de cada aniversário da data de outorga durante todo o período que vier a ser definido pelo Conselho de Administração, nos termos do item (a) acima.

Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas acima, e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia transferirá para o nome do beneficiário as respectivas ações restritas, sem custo para o beneficiário.

Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às ações restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações restritas.

Enquanto os direitos às ações restritas / ações por performance não forem plenamente adquiridos, nos termos e condições estabelecidos acima, o beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as ações de emissão da Companhia adquiridas com sua remuneração variável.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Plano de Outorga de Ações Restritas / Ações por Performance prevê a outorga de ações e não de opções de compra de ações. As ações restritas / ações por performance serão outorgadas sem custo ao beneficiário, nos termos e condições acima descritos.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Os direitos dos beneficiários em relação às ações restritas / ações por performance somente serão plenamente adquiridos após o terceiro aniversário da data de outorga, se verificadas, cumulativamente, as condições descritas no item "h" acima. A fixação do prazo de exercício levou em consideração as práticas de mercado, bem como o período médio necessário para que a gestão dos beneficiários possa impactar na valorização das ações e no crescimento da Companhia.

Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às ações restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações restritas.

k. Forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer a outorga de ações restritas nos termos do Plano de Outorga de Ações Restritas / ações por performance, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, alienará ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os beneficiários. O Conselho de Administração poderá estabelecer, ainda, o pagamento do referido montante em dinheiro ou em ações, na forma a ser estabelecida no respectivo Contrato de Outorga.

l. Restrições à transferência das ações

Enquanto os direitos às ações restritas não forem plenamente adquiridos, nos termos e condições estabelecidas no item "h" acima, o beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as ações de emissão da Companhia adquiridas com sua remuneração variável.

O Conselho de Administração também poderá impor restrições à transferência das ações restritas / ações por performance, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações restritas.

m. Critério e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das ações, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos beneficiários.

Qualquer alteração legal significativa no tocante às leis e regulamentação das sociedades por ações, das companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações, poderá levar à revisão integral do Plano de Outorga de Ações Restritas.

O Plano de Outorga de Ações Restritas / ações por performance poderá ser extinto a qualquer tempo por decisão da assembleia geral da Companhia.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração em ações

De acordo com o Plano de Outorga de Ações Restritas / ações por performance, as regras previstas para a saída do Plano por desligamentos da empresa são as seguintes:

1. Nas hipóteses de desligamento do beneficiário, as ações restritas não plenamente adquiridas, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.
2. Na hipótese de desligamento por falecimento do beneficiário, as ações restritas não plenamente adquiridas na data do desligamento terão seu prazo de carência antecipado e, observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia transferirá para o nome do espólio do beneficiário, ou se findo este para os herdeiros e sucessores legais do beneficiário, as respectivas ações restritas, sem custo para o beneficiário ou seus herdeiros e sucessores legais.

Não obstante o disposto nos itens acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas nos itens acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado beneficiário.

3) Plano de Opção de Compra de Ações e Plano de Opção de Compra de Ações Adicional (descontinuados em 31 de março de 2015)

a. termos e condições gerais

O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2010 e alterado em 24 de abril de 2012, 9 de abril de 2013 e 3 de abril de 2014 e descontinuado em 31 de março de 2015, era composto por dois instrumentos: o Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Opção de Compra de Ações Adicional, tendo como público elegível os diretores estatutários, diretores não estatutários e outros empregados da Companhia e/ou de suas controladas.

O primeiro instrumento era baseado no conceito de opção de compra de ações (*stock options*), mediante o qual era concedido pela Companhia ao executivo um direito (e não uma obrigação) de comprar ações de sua emissão a preços (preço de exercício) e prazos pré-definidos.

O segundo instrumento, opcional ao executivo, consistia na outorga de opções de compra de ações de acordo com a proporção entre o valor despendido pelo participante elegível para adquirir ações da Companhia no mercado de bolsas de valores em que negocia suas ações e o valor líquido da participação nos resultados recebido pelo beneficiário da Companhia ou de controlada, conforme aplicável, no ano da aquisição.

A aprovação da lista dos participantes e do número de opções a serem outorgadas eram determinados pelo Conselho de Administração anualmente e estavam vinculados à obtenção de resultados previamente definidos para a Companhia e levando em consideração a valorização dos negócios da Companhia. A participação do executivo em um ciclo de outorga não garantia sua participação em outorgas posteriores.

Para determinação do número de opções de compra de ações no Plano de Opção de Compra de Ações era utilizado o conceito de cálculo em que, atingida uma expectativa de valorização da ação de emissão da Companhia no período de carência estipulado (*vesting*), o ganho resultante da opção era igual ao

nível de premiação alvo ao executivo. Neste conceito, o participante somente alcançava seu potencial de ganho se a expectativa dos acionistas em termos de valorização do negócio fosse atingida.

No Plano de Opção de Compra de Ações Adicional, o número de opções a serem outorgadas a cada participante era o resultado da proporção do valor desembolsado pelo participante elegível para adquirir ações da Companhia no mercado de bolsas de valores, comprando através das notas de corretagem, e o valor líquido da participação nos resultados, bônus de contratação e/ou demais verbas (não incluindo salário) recebido pelo beneficiário da Companhia ou de controlada, conforme aplicável, no ano da aquisição, da seguinte forma:

- aos beneficiários que desembolsavam uma quantia proporcional superior ou igual a 50% do valor líquido de participação nos resultados, eram outorgadas opções equivalentes a quatro vezes o número de ações de paridade;
- aos beneficiários que desembolsavam uma quantia proporcional superior ou igual a 25% e inferior a 50% do valor líquido de participação nos resultados, eram outorgadas opções equivalentes a duas vezes o número de ações de paridade;
- aos beneficiários que desembolsavam uma quantia proporcional inferior a 25% do valor líquido de participação nos resultados, eram outorgadas opções equivalentes a uma vez o número de ações de paridade.

Os participantes do Plano celebraram com a Companhia contratos individuais de outorga de opção de compra de ações, através do qual o participante adquiriu o direito de opção de compra de ações de emissão da Companhia, direito este pessoal e intransferível.

A administração do Plano cabia ao Conselho de Administração da Companhia, respeitando os requisitos legais aplicáveis e os limites de diluição máxima autorizados em assembleia de acionistas. Foi facultado ao mesmo se utilizar do Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura para auxiliá-lo nesta atividade.

b. Principais objetivos do plano

O Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Opção de Compra de Ações Adicional tinham como objetivos: (a) atrair, reter e motivar os participantes; (b) gerar valor para os acionistas da Companhia; e (c) incentivar a visão de empreendedor do negócio.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

A Companhia, ao estabelecer uma oportunidade de investimento diferenciada e competitiva para seus executivos, esperava alinhar as ações dos participantes deste plano à visão dos acionistas e investidores da Companhia, condicionando a remuneração variável de longo prazo do executivo à perenidade do negócio e, com isso, promovendo uma atitude de comprometimento e sustentabilidade dos participantes deste plano.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Opção de Compra de Ações Adicional tinham por objetivo complementar o pacote de remuneração de seus executivos, reforçando o nível de atração e retenção dos seus principais executivos, conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Opção de Compra de Ações Adicional foram constituídos com o intuito de fortalecer a expectativa do acionista e investidor da Companhia de criar uma visão e o comprometimento de longo prazo no executivo, promovendo o conhecimento, as competências e comportamentos necessários à perenidade do negócio.

O exercício das opções outorgadas nos dois instrumentos somente poderia ocorrer a partir de um ano da data da outorga e na proporção máxima 1/3 das opções a cada ano, podendo fazê-lo durante um prazo de até cinco anos, fazendo com que os beneficiários se comprometessem com a constante valorização das ações da Companhia no curto, médio e longo prazo.

f. Número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações abrangidas que poderia ser objeto de outorga de opção de compra, considerando de forma consolidada o Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Opção de Compra de Ações Adicional da Companhia, era equivalente a 2,5% do número total de ações de emissão da Companhia, correspondendo a 21.811.831 ações na data de sua descontinuidade. No âmbito desses Planos, foram outorgadas um total de 20.105.106 ações.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas não poderia exceder a quantidade máxima de ações que poderiam ser objeto de outorga de opção de compra. Considerando de forma consolidada o Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Opção de Compra de Ações Adicional da Companhia, esse número corresponde a 2,5% do número total de ações de emissão da Companhia, equivalente a 21.811.831 ações na data de sua descontinuidade. Em 31 de dezembro de 2015, do total de opções outorgadas no âmbito desses planos, 8.636.137 de opções estavam ativas e poderão ser exercidas até dentro do prazo máximo previsto para cada outorga.

h. Condições de aquisição de ações

Para aquisição de ações, conforme os contratos de outorgas, o beneficiário deverá respeitar o período de carência (*vesting*), de acordo com o descrito na letra "j" abaixo. Respeitado o prazo de carência e havendo o interesse do beneficiário pelo exercício, o mesmo deverá fazê-lo mediante uma notificação expressa por escrito.

Não verificados quaisquer impeditivos legais, o Conselho de Administração, na reunião ordinária do mês imediatamente seguinte ao recebimento da notificação de exercício, promoverá o respectivo aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, ou realizará todos os atos necessários para autorizar a negociação privada das ações mantidas em tesouraria, de forma a conceder ao participante as ações referentes às opções maduras exercidas.

A Companhia praticará todos os atos necessários visando o registro das ações subscritas ou adquiridas pelo participante junto à instituição financeira responsável pela escrituração das ações.

As ações adquiridas ou subscritas farão jus a dividendos e demais proventos como se houvessem sido adquiridas, na mesma data, na B3.

O exercício da opção, realizado conforme os termos deste item, será formalizado mediante a celebração de termo de subscrição de ações, contrato de compra e venda de ações ou qualquer outro documento que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração e/ou pela instituição financeira responsável pela escrituração das ações, o qual deverá conter, necessariamente, as seguintes informações: (a) a quantidade de ações adquiridas ou subscritas; (b) o preço do exercício; e (c) a forma de pagamento.

O pagamento poderá ser feito pelo beneficiário em até cinco dias úteis após o registro das ações em seu nome, sendo facultado ao beneficiário o uso do saldo líquido de impostos da negociação das ações adquiridas pelo exercício das opções para o pagamento do preço de exercício.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções de compra de ações foi determinado pelo Conselho de Administração e equivalente ao valor médio do preço de fechamento das ações nos 20 pregões anteriores à assinatura do contrato de outorga, regra esta válida para ambos os planos.

O preço de exercício será corrigido mensalmente pela variação do IPCA, ou qualquer outro índice escolhido pelo Conselho de Administração, desde a data da outorga até o mês anterior ao envio da notificação de exercício das opções pelo beneficiário.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

A fixação do prazo de exercício levou em consideração as práticas de mercado, bem como o período médio necessário para que a gestão dos beneficiários possa impactar na valorização das ações e no crescimento da Companhia.

As opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações e do Plano de Opção de Compra de Ações Adicional poderão ser exercidas pelos participantes, respeitado os prazos mínimos de carência estabelecidos abaixo:

- (a) até 1/3 do total das opções poderia ser exercido após um ano da assinatura do contrato de outorga ou contratos de opção de compra de ações adicional, conforme aplicável;
- (b) até 2/3 do total das opções poderia ser exercido após dois anos da assinatura do contrato de outorga ou contratos de opção de compra de ações adicional, conforme aplicável; e
- (c) a totalidade das opções poderia ser exercida após três anos da assinatura do contrato de outorga ou contratos de opção de compra de ações adicional, conforme aplicável.

Transcorridos os prazos mínimos estabelecidos acima, os quais poderão ser estendidos a critério exclusivo do Conselho de Administração no contrato de outorga, as opções exercíveis seriam consideradas opções maduras, tendo, desta forma, o beneficiário adquirido o direito de exercê-las a seu exclusivo critério, respeitado o prazo máximo de validade das opções estabelecido.

k. Forma de liquidação

As ações objeto das opções outorgadas seriam provenientes, conforme fosse deliberado pelo Conselho de Administração, da emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou de ações mantidas em tesouraria.

l. Restrições à transferência das ações

As ações adquiridas ou subscritas de acordo com as regras do Plano de Opção de Compra de Ações e do Plano de Opção de Compra de Ações Adicional, bem como dos contratos individuais de outorga, não estavam sujeitas a qualquer período de restrição, de modo que o beneficiário poderia negociar livremente a qualquer momento.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de reorganização societária, seja por fusão, incorporação ou transformação da Companhia, ou ainda na hipótese de saída da Companhia do segmento do Novo Mercado, o Conselho de Administração deliberaria quanto aos efeitos da reorganização societária para as opções outorgadas até a data do evento.

Ainda, na hipótese de alteração do número de ações, seja por grupamento, desdobramento ou bonificações de ações, as opções e o preço de exercício poderia ser igualmente ajustados, a critério do Conselho de Administração, de forma a evitar quaisquer distorções e prejuízos à Companhia e/ou aos beneficiários.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

De acordo com o Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Opção de Compra de Ações Adicional descontinuados, as regras previstas para a saída por desligamentos eram as seguintes:

1. Na hipótese de o desligamento ser voluntário ou partir de iniciativa da Companhia sem justa causa, as opções maduras teriam seu prazo de validade antecipado e deveriam ser exercidas dentro de, no máximo, 30 dias da notificação de desligamento. As opções ainda não maduras serão canceladas.
2. Na hipótese de o desligamento ser de iniciativa da Companhia com justa causa, todas as opções outorgadas ao beneficiário, incluindo, mas não se limitando às opções maduras, seriam canceladas a contar da notificação de desligamento.
3. As opções canceladas conforme o disposto nos itens 1 e 2 acima não ensejariam qualquer direito de indenização ao beneficiário.
4. Os contratos de outorga ou os contratos de opção de compra de ações adicionais seriam rescindidos a contar da data do desligamento do beneficiário, sendo que tal rescisão não ensejaria qualquer direito de indenização ao beneficiário.
5. Não seriam aplicáveis as disposições acima na hipótese de diretores estatutários não reeleitos para seus respectivos cargos, desde que estes ainda permanecessem no quadro de empregados da Companhia e e/ou de controladas, hipótese na qual os contratos de outorga ou contratos de opção de compra de ações adicionais, conforme aplicável, permaneceriam em vigor com os mesmos termos e condições.

Para os casos de aposentadoria por tempo de serviço ou invalidez permanente do beneficiário, as opções maduras poderiam ser exercidas dentro do prazo de validade estabelecido no contrato de outorga ou no contrato de opção de compra de ações adicionais, conforme aplicável. As opções ainda não maduras seriam automaticamente consideradas opções maduras, imediatamente exercíveis dentro do prazo de validade 60 dias a contar da data de saída da Companhia. No caso de falecimento do beneficiário, as opções seriam transferidas para os herdeiros e/ou legatários do beneficiário, sendo que as opções maduras poderiam ser exercidas dentro de novo prazo de validade de 12 meses a contar da data de falecimento do beneficiário; e as opções ainda não exercíveis seriam consideradas imediatamente opções maduras e poderiam ser exercidas dentro do prazo de validade de 12 meses a contar da data de falecimento do beneficiário.

4) Plano de Opção de Compra de Ações (Performance Stock Option) (descontinuado em 31 de março de 2015)

a. Termos e condições gerais

O Plano de Opção de Compra de Ações (*Performance Stock Options*) da Companhia, aprovado pela assembleia geral de acionistas realizada em 3 de abril de 2014 e descontinuado em 31 de março de 2015, tinha como público elegível diretores estatutários, diretores não estatutários e outros empregados da Companhia e/ou de suas controladas.

O instrumento é baseado no conceito de opção de compra de ações (*performance stock options*), mediante o qual era concedido pela Companhia ao executivo um direito (e não uma obrigação) de comprar ações de emissão da Companhia a preços (preço de exercício), sujeito a prazos pré-definidos e condições de atingimento de metas.

A aprovação da lista dos participantes e do número de opções a serem outorgadas era determinada pelo Conselho de Administração anualmente, e estava vinculada à obtenção de resultados previamente definidos para a Companhia, à valorização dos negócios da Companhia e à determinação de metas corporativas. A participação do executivo em um ciclo de outorga não garantia sua participação em outorgas posteriores.

Para determinação do número de opções de compra de ações era utilizado o conceito de cálculo em que, atingida uma expectativa de valorização da ação de emissão da Companhia no período de carência

estipulado (*vesting*) e de metas corporativas, o ganho resultante da opção era igual ao nível de premiação alvo ao executivo. Neste conceito, o participante somente alcançava seu potencial de ganho se a expectativa dos acionistas em termos de valorização do negócio fosse atingida.

b. Principais objetivos do plano

O Plano de Opção de Compra de Ações (*Performance Stock Options*) tinha por objetivo permitir que os beneficiários, sujeitos a determinadas condições, adquirissem ações da Companhia, com vista a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários; e (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter os beneficiários.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

A Companhia, ao estabelecer uma oportunidade de investimento diferenciada e competitiva para os seus executivos, visando alinhar as ações dos beneficiários do plano à visão dos acionistas e investidores da Companhia condicionando a remuneração variável de longo prazo do executivo à perenidade do negócio e, com isso, promovendo uma atitude de comprometimento e de sustentabilidade dos beneficiários do plano.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano de Opção de Compra de Ações (*Performance Stock Options*) tinha por objetivo complementar o pacote de remuneração de seus executivos, reforçando o nível de atração e retenção dos principais executivos da Companhia, conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano de Opção de Compra de Ações (*Performance Stock Options*) buscava fortalecer a expectativa do acionista e investidor da Companhia de se criar uma visão e comprometimento de longo prazo no executivo, e o compromisso dos executivos em gerar valor e resultados sustentáveis para a Companhia no curto, médio e longo prazo.

f. Número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações abrangidas que pode ser objeto de outorga de opção de compra é equivalente a 0,5% do número total de ações de emissão da Companhia, correspondendo a 4.362.366 ações na data de sua descontinuidade. No âmbito desse plano, foram outorgadas um total de 1.251.238 ações. Em 31 de dezembro de 2015, não há opções ativas do total de opções outorgadas no âmbito desse plano.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas não poderia exceder a quantidade máxima de ações que poderiam ser objeto de outorga de opção de compra, que era equivalente a 0,5% do número total de ações de emissão da Companhia, correspondendo a 4.362.366 ações na data de sua descontinuidade.

h. Condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração, anualmente ou em periodicidade que julgar conveniente, fixou o preço de exercício de cada opção e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício de cada opção e impunha quaisquer outras condições relativas a tais opções.

Cada opção de compra de ações dava direito ao beneficiário de adquirir uma ação da Companhia, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo contrato de opção.

A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações (*Performance Stock Options*) foi realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre a Companhia e os beneficiários, os quais especificavam, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de opções objeto da outorga; (b) as metas de desempenho da Companhia e outros termos e condições para aquisição do direito ao exercício das opções; (c) o prazo final para exercício das opções; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento.

O Conselho de Administração tinha autonomia parasubordinar o exercício da opção a determinadas condições, bem como impor períodos de vedação para negociação (*lock-up*) de parte das ações e outras restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações.

Os contratos de opção foram celebrados individualmente com cada beneficiário, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer termos e condições diferenciados para cada contrato de opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os beneficiários, mesmo que houvessem situações similares ou idênticas.

O beneficiário que desejasse exercer a sua opção deveria comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade de opções que desejasse exercer, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração.

i. Critério para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções de compra de ações outorgadas era determinado pelo Conselho de Administração na data de outorga, observado que nunca podia ser inferior à média da cotação das ações da Companhia na B3 ponderada pelo volume de negociação nos 20 últimos pregões que antecederem a data de outorga, corrigido monetariamente de acordo com o índice determinado pelo Conselho de Administração.

j. Critério para fixação do prazo de exercício

A fixação do prazo de exercício levou em consideração as práticas de mercado, bem como o período médio necessário para que a gestão dos beneficiários pudesse impactar na valorização das ações e no crescimento da Companhia.

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos contratos de opção, as opções tornar-se-ão exercíveis após um prazo de carência de, no mínimo, 18 meses e, no máximo, 24 meses contados da data da outorga, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

As opções eram exercíveis até o último dia útil do ano civil em que se completaria o 4º aniversário da data de outorga. As opções não exercidas nos prazos e condições estipulados foram consideradas automaticamente extintas, sem direito a indenização.

k. Forma de liquidação

As ações objeto das opções outorgadas deveriam ser provenientes, conforme venha a ser deliberado pelo Conselho de Administração, da emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou de ações mantidas em tesouraria.

l. Restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração tinha autonomia parasubordinar o exercício da opção a determinadas condições, bem como impor períodos de vedação para negociação (*lock-up*) de parte das ações e outras restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar

para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração tinha autonomia para determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restringiam ou impediam a negociação de ações por parte dos beneficiários.

O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderia também rever as condições do plano, desde que não alterasse os respectivos princípios básicos. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, das companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do plano.

O plano poderá ser extinto a qualquer tempo pela assembleia geral de acionistas da Companhia.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

De acordo com o Plano de Opção de Compra de Ações (*Performance Stock Options* descontinuadas), as regras previstas para a saída por desligamentos eram as seguintes:

1. Na hipótese de desligamento da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todas as opções já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restariam automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.
2. Na hipótese de desligamento da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, ou por vontade do próprio beneficiário, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, tornar-se-iam exercíveis proporcionalmente ao tempo do prazo de carência em que o beneficiário tiver trabalhado para a Companhia, desde que satisfeitas as condições determinadas no respectivo contrato de opção, e poderiam ser exercidas no prazo de 30 dias contados da data do término da carência, após o que restariam automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderiam ser exercidas, no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o qual as mesmas restariam automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.
3. Na hipótese de desligamento da Companhia por aposentadoria ou invalidez permanente: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, tornar-se-iam exercíveis proporcionalmente ao tempo do prazo de carência em que o beneficiário tiver trabalhado para a Companhia, desde que satisfeitas as condições determinadas no respectivo contrato de opção, e poderiam ser exercidas no prazo de 60 dias contados da data do término da carência, após o que restariam automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento permaneceriam válidas, podendo ser exercidas nos termos do plano e respectivo contrato de opção.
4. Na hipótese de desligamento da Companhia por falecimento: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, tornar-se-iam exercíveis proporcionalmente ao tempo do prazo de carência em que o beneficiário tiver trabalhado para Companhia, desde que satisfeitas as condições determinadas no respectivo contrato de opção, e

poderiam ser exercidas no prazo de 12 meses contados da data do término da carência, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu falecimento, poderiam ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do beneficiário, no prazo de 12 meses contados da data do desligamento, após o qual as mesmas restariam automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Os membros do Conselho de Administração da Companhia passaram a fazer jus à remuneração baseada em ações a partir do Exercício de 2018.

Em relação ao Plano de Outorga de Ações Restritas, aprovado em AGO/E de 8 de abril de 2015 não há outorga de uma opção de compra, mas sim a transferência de ações da Companhia mediante o cumprimento de determinadas condições descritas no item 13.4 acima.

ANO: 2019 – Conselho de Administração		
b. número total de membros	1	1
c. número de membros remunerados	1	1
d. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações	Ações Restritas 2018	Ações Restritas 2019
i - data de outorga	08/06/2018	08/06/2018
ii – quantidade de opções outorgadas	276.000	100.490
iii – prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
iv – prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
v – prazo de restrição à transferência de ações	50% - 08/06/2019 50% - 08/06/2019	33% - 01/06/2020 33% - 01/06/2021 33% - 01/06/2022
vi – preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	N/A	N/A
Em aberto no início do exercício social	Não se aplica	Não se aplica
Perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
Expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
e. valor justo das opções na data da outorga (em reais)	22,29	30,61
f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,03%	0,01%

ANO: 2019	Diretoria Estatutária							
b. número total de membros	7,67	7,67	6,17	6,17	6,17	4,33	4,33	8
c. número de membros remunerados	6,00	6,00	6,17	6,17	6,17	4,33	4,33	8
d. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações	Outorga 2016 I	Outorga 2016 II	Outorga 2017 - Extra	Ações Restritas 2017	Outorga 2017 – Extra II	Ações Restritas 2018	Ações Restritas 2018 – Extra 2	Ações Restritas/ Ações por performance
i - data de outorga	28/04/2016	31/05/2016	30/03/2017	31/08/2017	01/12/2017	18/06/2018	01/10/2018	01/06/2019
ii – quantidade de opções outorgadas	3.200.000	693.860	150.000	187.333	290.771	135.000	319.030	598.949
iii – prazo para que as opções se tornem exercíveis	2017 - 1/4 das opções 2018 - 2/4 das opções	2017 - 1/4 das opções 2018 - 2/4 das opções	2018 - 1/4 das opções 2019 - 2/4 das opções	2018 - 30% das ações 2019 - 70% das ações	2018 - 1/4 das opções 2019 - 2/4 das opções	50% - 18/06/2019 50% - 18/06/2020	1/3 em 01/10/2019 1/3 em 01/10/2020 1/3 em 01/10/2021	1/3 em 01/06/2020 1/3 em 01/06/2021

	2019 - 3/4 das opções 2020 - 4/4 das opções	2019 - 3/4 das opções 2020 - 4/4 das opções	2020 - 3/4 das opções 2021 - 4/4 das opções		2020 - 3/4 das opções 2021 - 4/4 das opções			1/3 em 01/06/2022
iv – prazo máximo para exercício das opções	28/04/2022	31/05/2022	30/03/2023	N/A	01/12/2023	N/A	N/A	N/A
v – prazo de restrição à transferência de ações	1 ano	1 ano	1 ano	N/A	1 ano	N/A	N/A	N/A
vi – preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções								
Em aberto no início do exercício social	57,65	47,68	N/A	Não se aplica	N/A	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
e. valor justo das opções na data da outorga (em reais)	9,21	10,97	9,45	41,85	7,91	20,00	21,44	30,61
f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,39%	0,09%	0,02%	0,02%	0,04%	0,02%	0,03%	0,07%

ANO: 2018	Diretoria Estatutária						
b. número total de membros	7,67	7,67	6,17	6,17	6,17	4,33	4,33
c. número de membros remunerados	6,00	6,00	6,17	6,17	6,17	4,33	4,33
d. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações	Outorga 2016 I	Outorga 2016 II	Outorga 2017 - Extra	Ações Restritas 2017	Outorga 2017 – Extra II	Ações Restritas 2018	Ações Restritas 2018 – Extra 2
i - data de outorga	28/04/2016	31/05/2016	30/03/2017	31/08/2017	01/12/2017	18/06/2018	01/10/2018
ii – quantidade de opções outorgadas	3.200.000	693.860	150.000	187.333	290.771	135.000	319,030
iii – prazo para que as opções se tornem exercíveis	2017 - 1/4 das opções 2018 - 2/4 das opções 2019 - 3/4 das opções 2020 - 4/4 das opções	2017 - 1/4 das opções 2018 - 2/4 das opções 2019 - 3/4 das opções 2020 - 4/4 das opções	2018 - 1/4 das opções 2019 - 2/4 das opções 2020 - 3/4 das opções 2021 - 4/4 das opções	2018 - 30% das ações 2019 - 70% das ações	2018 - 1/4 das opções 2019 - 2/4 das opções 2020 - 3/4 das opções 2021 - 4/4 das opções	50% - 18/06/2019 50% - 18/06/2020	1/3 em 01/10/2019 1/3 em 01/10/2020 1/3 em 01/10/2021
iv – prazo máximo para exercício das opções	28/04/2022	31/05/2022	30/03/2023	N/A	01/12/2023	N/A	N/A
v – prazo de restrição à transferência de ações	1 ano	1 ano	1 ano	N/A	1 ano	N/A	N/A
vi – preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções							
Em aberto no início do exercício social	57,65	47,68	N/A	Não se aplica	N/A	Não se aplica	Não se aplica
Perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
e. valor justo das opções na data da outorga (em reais)	9,21	10,97	9,45	41,85	7,91	20,00	21,44
f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,39%	0,09%	0,02%	0,02%	0,04%	0,02%	0,03%

ANO: 2017	Diretoria Estatutária						
b. número total de membros	7,58	7,58	7,67	7,67	6,17	6,17	6,17
c. número de membros remunerados	6,00	7,00	6,00	6,00	6,17	6,17	6,17
d. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações	Outorga 2014	Outorga 2014 II	Outorga 2016 I	Outorga 2016 II	Outorga 2017 - Extra	Ações Restritas 2017	Outorga 2017 – Extra II
i - data de outorga	04/04/2014	18/12/2014	28/04/2016	31/05/2016	30/03/2017	31/08/2017	01/12/2017
ii – quantidade de opções outorgadas	511.744	2.226.270	3.200.000	693.860	150.000	187.333	290.771
iii – prazo para que as opções se tornem exercíveis	2015 – 1/3 das opções 2016 – 2/3 das opções 2017 – 3/3 das opções	2015 – 1/3 das opções 2016 – 2/3 das opções 2017 – 3/3 das opções	2017 - 1/4 das opções 2018 - 2/4 das opções 2019 - 3/4 das opções 2020 - 4/4 das opções	2017 - 1/4 das opções 2018 - 2/4 das opções 2019 - 3/4 das opções 2020 - 4/4 das opções	2018 - 1/4 das opções 2019 - 2/4 das opções 2020 - 3/4 das opções 2021 - 4/4 das opções	2018 - 30% das ações 2019 - 70% das ações	2018 - 1/4 das opções 2019 - 2/4 das opções 2020 - 3/4 das opções 2021 - 4/4 das opções
iv – prazo máximo para exercício das opções	03/04/2019	17/12/2019	28/04/2022	31/05/2022	30/03/2023	N/A	01/12/2023
v – prazo de restrição à transferência de ações	N/A	N/A	1 ano	1 ano	1 ano	N/A	1 ano
vi – preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções							
Em aberto no início do exercício social	54,49	75,27	57,65	47,68	N/A	Não se aplica	N/A
Perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
e. valor justo das opções na data da outorga (em reais)	12,56	14,58	9,21	10,97	9,45	41,85	7,91
f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,06%	0,26%	0,39%	0,09%	0,02%	0,02%	0,04%

(*) A outorga referente ao ano de 2015, foi cancelada pelo Conselho de Administração em 29/03/16

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Os membros do Conselho de Administração da Companhia passaram a fazer jus à remuneração baseada em ações a partir do Exercício de 2018, sendo que não há opções em aberto para o Conselho de Administração.

Em relação ao Plano de Outorga de Ações Restritas, aprovado em AGO/E de 8 de abril de 2015 não há outorga de uma opção de compra, mas sim a transferência de ações da Companhia mediante o cumprimento de determinadas condições descritas no item 13.4 acima.

2019							
Ano de outorga	Outorga 2016	Outorga 2016 I	Outorga 2017 Extra	Ações Restritas 2017	Outorga 2017 Extra II	Ações Restritas 2018	Ações Restritas 2018 – Extra II
b. número total de membros	7,67	7,67	6,17	6,17	6,17	4,33	4,33
c. número de membros remunerados	1,00	0	0	6,17	0	6,17	4,33
d. Em relação às opções ainda não exercíveis							
i – quantidade	17.090	0	0	74.265	0	135.000	319,030
ii – data em que se tornarão exercíveis	8.545 em 28/04/2019 8.545 em 28/04/2020	N/A	N/A	2019 - 100% das ações	N/A	67.500 em 18/06/2019 67.500 em 18/06/2019	1/3 em 01/10/2019 1/3 em 01/10/2020 1/3 em 01/10/2020
iii – prazo máximo para exercício das opções	28/04/2022	31/05/2022	30/03/2023	N/A	01/12/2023	N/A	N/A
iv – prazo de restrição à transferência das ações	1 ano	1 ano	1 ano	N/A	1 ano	N/A	N/A
v – preço médio ponderado de exercício	58,53	48,41	38,75	Não aplicável	41,87	Não aplicável	Não aplicável
vi – valor justo das opções no último dia do exercício social ¹	9,21	10,97	9,21	Não aplicável	10,97	Não aplicável	Não aplicável
e. em relação às opções exercíveis¹							
i – quantidade	17.090	0	-	-	-	-	-
ii – prazo máximo para exercício das opções	28/04/2022	31/05/2022	30/03/2023	-	01/12/2023	-	-
iii – prazo de restrição à transferência das ações	1 ano	1 ano	1 ano	-	1 ano	-	-
iv – preço médio ponderado de exercício ²	58,53	48,41	N/A	-	N/A	-	-
v – valor justo das opções no último dia do exercício social ³	9,21	10,97	9,45	-	7,91	-	-
vi – valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$ 157.398,90	N/A	N/A	-	N/A	-	-

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Os membros do Conselho de Administração da Companhia passaram a fazer jus à remuneração baseada em ações a partir do Exercício de 2018.

Opções Exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	10,00	8,00
número de membros remunerados	1,00	8,00
Opções Exercidas		
Número de ações	NA	NA
Preço médio ponderado de exercício	NA	NA
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	NA	NA
Ações Entregues		
Número de ações	100.490	598.949
Preço médio Ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações relativas às opções adquiridas	N/A	N/A

Em 2016 e 2017, não houve exercícios de opções ou entrega de ações aos membros da Diretoria Estatutária.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) Modelo de precificação

Planos de Opção de Compra de ações: Para a precificação utiliza-se o modelo *Black-Scholes-Merton*.

Planos de Ações Restritas com outorgas anteriores a outubro 2018: Para a precificação utiliza-se o valor médio do preço de fechamento do pregão da data de outorga das ações.

Planos de Ações Restritas com outorgas após outubro 2018, inclusive: Para a precificação utiliza-se o valor médio do preço de fechamento do pregão do mês anterior à data de outorga das ações.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Planos de Opção de Compra de ações:

Considerando que os valores relativos ao ciclo de outorgas consideram asde outorgas realizadas até a data de elaboração deste Formulário de Referência, foram utilizadas as seguintes premissas para a precificação das opções alvo dos Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia:

- ✓ Preço da ação: utilizado o preço de fechamento do pregão anterior à data de outorga (B3 - *ticker* BRFS3);
- ✓ Preço de exercício: resultado da média do preço de fechamento do pregão (B3 – *ticker* BRFS3) dos últimos 20 pregões anteriores à data de outorga das opções, corrigido pelo IPCA;
- ✓ Prazo de vida opção: As opções outorgadas nos termos dos Planos de Opção de Compra de Ações poderão ser exercidas pelos participantes, respeitado os prazos mínimos de carência estabelecidos abaixo:
 - 1) Plano de Opção de Compra de Ações vigente, aprovado em AGO/E de 08/04/15: (a) até 1/4 do total das opções poderão ser exercidas após um ano da assinatura do contrato de outorga; (b) até 2/4 do total das opções poderão ser exercidas após dois anos da assinatura do contrato de outorga; (c) até 3/4 do total das opções poderão ser exercidas após três anos da assinatura do contrato de outorga; (d) a totalidade das opções poderão ser exercidas após quatro anos da assinatura do contrato de outorga; e (e) o prazo máximo seis anos após a outorga para exercício das opções;
 - 2) Plano de Opção de Compra de Ações e Plano de Opção de Compra de Ações Adicional descontinuados em 31 de março de 2015: (a) até 1/3 do total das opções poderão ser exercidas após um ano da assinatura do contrato de outorga; (b) até 2/3 do total das opções poderão ser exercidas após dois anos da assinatura do contrato de outorga; (c) a totalidade das opções poderão ser exercidas após três anos da assinatura do contrato de outorga; e (d) o prazo máximo cinco anos após a outorga para exercício das opções;
 - 3) Plano de Opção de Compra de Ações (*Performance Stock Options*) descontinuado em 31 de março de 2015: as opções se tornarão exercíveis, após um prazo de carência de, no mínimo, 18 meses e, no máximo, 24 meses, contados da data da outorga, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia;
- ✓ Taxa Livre de Risco: como taxa Livre de risco é considerada a NTN-B (Nota do Tesouro Nacional) disponível na data da precificação e com vencimento equivalente à vida da opção;

- ✓ Taxa de dividendos: é considerado histórico de pagamento de dividendos da Companhia nos últimos dois anos; e
- ✓ Volatilidade das ações nominais de emissão da Companhia: A Companhia utiliza-se da volatilidade ponderada do histórico das ações nominais de sua emissão para o estabelecimento da taxa de volatilidade.

Planos de Ações Restritas

Não aplicável às modelagens ou premissas de cálculo, pois, diferentemente das opções de ações, a quantidade de ações é fixada a partir da definição do valor da remuneração. Feita essa definição, o valor é convertido em número de ações, considerando o seu valor de mercado.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Planos de Opção de Compra de ações:

Conforme metodologia de precificação das opções alvo (*Black-Scholes-Merton*) e das características dos Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia, não são utilizadas premissas para incorporar efeitos de exercício antecipado.

Planos de Ações Restritas:

Não aplicável.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Planos de Opção de Compra de ações:

A Companhia utiliza-se da volatilidade histórica das ações nominais de sua emissão para o estabelecimento da taxa de volatilidade.

Planos de Ações Restritas:

Não aplicável.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Planos de Opção de Compra de ações:

Não aplicável.

Planos de Ações Restritas

Não aplicável.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

As participações em ações, quotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas pelos administradores e conselheiros fiscais, direta ou indiretamente, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social estão indicadas abaixo:

	Ações Ordinárias de Emissão da Companhia	ADRs com lastro em Ações Ordinárias de Emissão da Companhia
Conselho de Administração	6.474.420	0
Diretoria	236.338	0
Conselho Fiscal	600	0

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
b. número de membros	9,42	8	8	8
c. número de membros remunerados	0	1	2	0
d. nome do Plano	N/A	Plano de Benefícios II (fechado para novas adesões)	Plano de Benefícios III (aberto para novas adesões)	Plano de Benefícios FAF (fechado para novas adesões)
e. quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar ¹	N/A	1	0	0
f. condições para se aposentar antecipadamente	N/A	- 55 anos de idade completos; - 3 anos de serviço creditado (participação no plano); - Término do vínculo empregatício junto à Patrocinadora	- 55 anos de idade completos; - 3 anos de serviço creditado (participação no plano); - Término do vínculo empregatício junto à Patrocinadora	- Ter cumprido o prazo de 10 anos de contribuição para o plano - Estar em gozo de benefício de aposentadoria por tempo de contribuição concedido pelo Regime Oficial de Previdência - Término do vínculo empregatício junto à Patrocinadora
g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores ²	N/A	R\$ 640.002,96	R\$ 1.513.002,59	N/A
h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 86.028,21	R\$ 708.599,70	R\$ 0,00
i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	Não há previsão de resgate antecipado, exceto no término do vínculo empregatício.	Não há previsão de resgate antecipado, exceto no término do vínculo empregatício.	Não há previsão de resgate antecipado, exceto no término do vínculo empregatício.

¹ Preenche as condições, porém, é necessário que ocorra o término do vínculo empregatício.

² Valor total das contribuições de patrocinadora (desde a adesão ao Plano) acrescido da rentabilidade.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	8,00	4,33	6,17	10,00	9,66	9,42	3	3	3
Nº de membros remunerados	8,00	4,33	6,17	10,00	9,66	9,42	3	3	3
Valor da maior remuneração (em reais)	10.105.934,64	4.842.479,53	2.640.000,00	9.745.064,17	1.472.400,00	1.472.400,00	198.830,00	197.646,00	197.646,00
Valor da menor remuneração (em reais)	4.181.110,24	4.842.479,53	1.330.000,00	480.000,00	480.000,00	480.000,00	173.438,00	117.000,00	117.000,00
Valor médio da remuneração (em reais)	9.434.781,18	9.312.626,58	7.771.561,77	2.010.356,42	1.506.112,94	877.974,03	216.000,00	203.858,33	209.058,40

Observação

Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária	
31/12/2019	Para a maior e a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme instrução específica deste item. Para o valor médio da remuneração, são considerados todos os elementos informados no item 13.2.
31/12/2018	Para todos os órgãos, o membro com maior remuneração individual exerceu o cargo por 12 meses Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses Para o valor médio da remuneração, são considerados todos os elementos informados no item 13.2.
31/12/2017	Para todos os órgãos, o membro com maior remuneração individual exerceu o cargo por 12 meses Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses Para o valor médio da remuneração, são considerados todos os elementos informados no item 13.2.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia não possui uma política institucionalizada que determine o pagamento de indenização aos administradores em razão de destituição ou aposentadoria. Não obstante, a Companhia celebrou determinados acordos contratuais com certos diretores os quais prevêm o pagamento de indenização ao administrador, pelo prazo de 3 (três) anos contados do encerramento do vínculo com a Companhia, como forma de compensação pela vedação da prática de atos considerados de concorrência com a Companhia. Tal mecanismo tem por objetivo reduzir os impactos financeiros do administrador em razão das limitações aplicadas em seu campo profissional, em razão da celebração do contrato. Caso a indenização se torne devida, não haverá impactos financeiros relevantes para a Companhia.

Para mais informações sobre apólices de seguros e/ou de contratos de indenidade, vide seção 12.11 deste Formulário de Referência.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Nos últimos três exercícios sociais, não houve qualquer percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, tendo em vista que a Companhia não possui controladores diretos ou indiretos.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Nos últimos três exercícios sociais, não houve qualquer valor reconhecido no resultado como remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Nos exercícios sociais de 2017, 2018 e 2019, não houve qualquer valor reconhecido no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, certos valores pagos em função do cargo que ocupam na Companhia foram reconhecidos no resultado de controladas, conforme detalhamento abaixo:

ANO: 2016 – Valores anuais em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	948.642,35	-	948.642,35
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 13 do Formulário de Referência.

BRF S.A.

Anexo V – Cópia do Estatuto Social da Companhia com destaque da alteração proposta, de acordo com o artigo 11, inciso I, da Instrução CVM nº 481/2009

BRF S.A.

CNPJ/MF Nº 01.838.723/0001-27

Companhia Aberta

ESTATUTO SOCIAL

I. DENOMINAÇÃO, SEDE, PRAZO E OBJETO SOCIAL

Artigo 1. A BRF S.A. (“Companhia”) é uma companhia aberta, a qual se rege pelo presente Estatuto, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e pelas demais leis e regulamentos aplicáveis.

Parágrafo 1º - Com o ingresso da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, estão sujeitos às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 (“Regulamento do Novo Mercado”).

Parágrafo 2º - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

Artigo 2. A Companhia tem sede e foro na Cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Rua Jorge Tzachel, 475, Bairro Fazenda, CEP 88.301-600, podendo estabelecer filiais, agências, escritórios e outras dependências em qualquer ponto do território nacional ou do exterior.

Artigo 3. Constituem o objeto social principal da Companhia o exercício das seguintes atividades, em território nacional ou no exterior:

- (i) a industrialização, comercialização, no varejo e no atacado, e exploração de alimentos em geral, principalmente os derivados de proteína animal e produtos alimentícios que utilizem a cadeia de frio como suporte e distribuição;
- (ii) a industrialização e comercialização de rações, nutrientes e suplementos alimentares para animais;

- (iii) a prestação de serviços de alimentação em geral;
- (iv) a industrialização, refinação e comercialização de óleos vegetais, gorduras e laticínios;
- (v) a exploração, conservação, armazenamento, ensilagem e comercialização de grãos, seus derivados e subprodutos;
- (vi) a comercialização, no varejo e no atacado, de bens de consumo e de produção, inclusive a comercialização de equipamentos e veículos para o desenvolvimento de sua atividade logística;
- (vii) a exportação e a importação de bens de produção e de consumo;
- (viii) a prestação de serviços de transporte, logística e distribuição de cargas e alimentos em geral;
- (ix) a participação em outras sociedades, objetivando a mais ampla consecução dos fins sociais; e
- (x) a participação em projetos necessários à operação dos negócios da Companhia.

Parágrafo Único - A Companhia poderá ainda exercer, por si ou mediante a contratação de terceiros, atividades de suporte às atividades-fim listadas no Artigo 3º acima, tais como:

- (i) atividades auxiliares de apoio administrativo, técnico ou operacional voltadas à criação de condições para o melhor exercício de suas atividades principais;
- (ii) transporte de cargas em geral;
- (iii) serviços de armazenagem e estocagem de produtos e demais serviços a estes correlatos;
- (iv) atividades de promoção e reposição de seus produtos no varejo e em pontos de exposição e venda ao consumidor final, incluindo o suporte necessário aos clientes que permita o acondicionamento e visualização dos produtos;
- (v) serviços de recebimento e alocação de matéria-prima a ser utilizada na produção;
- (vi) serviços de reparação, manutenção e conservação de máquinas e veículos;

- (vii) a promoção de atividades, programas, assistência técnica e fomento que objetivem o desenvolvimento agropecuário nacional;
- (viii) a industrialização, exploração e comercialização de embalagens de qualquer natureza;
- (ix) a exploração e criação de animais em geral;
- (x) a comercialização de commodities em geral;
- (xi) pesquisa e desenvolvimento de técnicas de produção e de melhoramento das matrizes genéticas da Companhia;
- (xii) as atividades de reflorestamento, extração, industrialização e comercialização de madeiras;
- (xiii) a comercialização de bens móveis, imóveis, incluindo máquinas, equipamentos e veículos, do ativo imobilizado, para atender à atividades inseridas no objeto social da Companhia descrito no presente artigo; e
- (xiv) serviços de abastecimento de combustível para frota própria ou para terceiros prestadores de serviços, em especial de frete, transporte, logística e distribuição.

Artigo 4. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

II. CAPITAL SOCIAL

Artigo 5. O capital social da Companhia é de R\$ 12.553.417.953,36 (doze bilhões, quinhentos e cinquenta e três milhões, quatrocentos e dezessete mil, novecentos e cinquenta e três reais e trinta e seis centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 812.473.246 (oitocentas e doze milhões, quatrocentas e setenta e três mil, duzentos e quarenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - A Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Parágrafo 2º - As ações de emissão da Companhia são indivisíveis e cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Artigo 6. Todas as ações de emissão da Companhia são escriturais e, conforme deliberação do Conselho de Administração, mantidas em conta de depósito, junto a instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“CVM”), em nome de seus titulares.

Parágrafo Único. O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais, poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

Artigo 7. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até que o número de ações em que se divide o capital social passe a ser de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - Na hipótese prevista no *caput* deste Artigo, competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, bem como o prazo e as condições de integralização.

Parágrafo 2º - Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá, ainda: (i) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição; (ii) de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga das opções ou subscrição das respectivas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações.

Artigo 8. A critério do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência dos acionistas, em qualquer emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, conforme disposto em Lei e neste Estatuto.

Artigo 9. A mora do acionista na integralização do capital subscrito importará na cobrança de juros de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata temporis*, atualização monetária com base na variação do Índice Geral de Preços ao Mercado – IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou outro índice que reflita a real perda do poder de compra da moeda no período, a critério do Conselho de Administração da Companhia, na menor periodicidade legalmente aplicável, e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, sem prejuízo das demais sanções legais aplicáveis.

Artigo 10. Por deliberação da Assembleia Geral, em virtude de proposta do Conselho de Administração, o capital social da Companhia pode ser aumentado conforme hipóteses previstas em lei, sendo certo que nos casos de capitalização de lucros ou reservas, é facultativa a emissão de novas ações correspondentes ao aumento, entre seus acionistas, na proporção do número de ações que possuam.

III. ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 11. A Assembleia Geral, convocada e instalada na forma da lei e deste Estatuto Social, reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que interesses e assuntos sociais exigirem deliberação dos acionistas

Artigo 12. A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração mediante deliberação da maioria de seus membros ou, ainda, nas hipóteses previstas neste Estatuto e no Parágrafo único do Artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Único - A Companhia deverá disponibilizar, no máximo até a data da primeira publicação do edital de convocação, para todos os acionistas, os materiais e documentos necessários para a análise das matérias constantes da Ordem do Dia, ressalvadas as hipóteses em que a lei ou a regulamentação vigente exigir sua disponibilização em prazo maior.

Artigo 13. A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando ao menos 25% (vinte e cinco por cento) do capital social, salvo quando a lei exigir quórum mais elevado; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral Extraordinária que tiver por objeto a reforma deste Estatuto se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número de presentes.

Parágrafo 2º - Ressalvadas as exceções previstas na regulamentação aplicável, a primeira convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência e a segunda convocação com, no mínimo, 8 (oito) dias.

Parágrafo 3º - Os trabalhos da Assembleia Geral serão presididos pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente. Nos casos de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será presidida por conselheiro especialmente indicado pelo Presidente do Conselho de Administração. O presidente da mesa designará um ou mais secretários para a Assembleia Geral.

Artigo 14. As deliberações em Assembleia Geral, salvo as exceções previstas em lei e neste Estatuto, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, sendo vedada a inclusão, na pauta da Assembleia Geral, da rubrica “outros assuntos” ou “assuntos gerais” ou expressões equivalentes.

Parágrafo 2º - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral, será lavrada ata, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes que perfaçam, pelo menos, a maioria necessária para as deliberações tomadas.

Artigo 15. Em benefício do desenvolvimento dos trabalhos nas Assembleias Gerais, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, além do documento de identidade, conforme o caso: (i) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante e/ou os documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista; e/ou (ii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações escriturais, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia.

Parágrafo 1º - Sem prejuízo do disposto no caput deste Artigo, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos que comprovem a sua qualidade de acionista poderá participar e votar no conclave.

Parágrafo 2º – A Companhia adotará, na fiscalização da regularidade documental da representação do acionista, o princípio da boa-fé.

Artigo 16. Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei e no presente Estatuto:

- (i) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (ii) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou planos de concessão de ações aos administradores e empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços a outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- (iii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- (iv) deliberar acerca da saída da Companhia do Novo Mercado;

- (v) fixar a remuneração do Conselho Fiscal na forma da Lei e deste Estatuto; e
- (vi) aprovar, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, a dispensa de realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações em caso de saída do Novo Mercado.

Artigo 17. A Assembleia Geral fixará anualmente o montante da remuneração global anual dos administradores da Companhia, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer os critérios para rateio da remuneração global entre os administradores.

Artigo 18. A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigação legal ou estatutária, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação.

Parágrafo 1º - Os acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do capital social, poderão convocar a Assembleia Geral mencionada no *caput* deste Artigo quando o Conselho de Administração não atender, no prazo de 8 (oito) dias, o pedido de convocação que apresentarem, com a indicação da obrigação descumprida e a identificação do acionista inadimplente.

Parágrafo 2º - Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos do acionista também estabelecer, entre outros aspectos, o alcance e o prazo da suspensão, observadas as vedações previstas em lei.

Parágrafo 3º - A suspensão de direitos cessará tão logo haja o cumprimento da obrigação, devendo o acionista em questão comunicar a Companhia sobre o referido cumprimento.

IV. ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Das Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 19. A Administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva, com as respectivas atribuições conferidas por lei e por este Estatuto.

Parágrafo 1º - Os administradores da Companhia são dispensados de prestar garantia para o exercício do cargo.

Parágrafo 2º - Os administradores da Companhia serão investidos em seus cargos mediante a assinatura do termo de posse nos livros próprios, o qual deve contemplar inclusive a sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 47, e do qual

constará a anuência a todos os manuais, códigos, regulamentos e políticas internas da Companhia.

Parágrafo 3º - É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer administrador da Companhia, que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas ao objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo.

Parágrafo 4º - O mandato dos administradores da Companhia se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores.

Seção II - Do Conselho de Administração

Artigo 20. O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 9 (nove) e, no máximo, 11 (onze) membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme os critérios e regras previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 2º. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número imediatamente superior.

Parágrafo 3º. A caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes será deliberada na Assembleia Geral que os eleger, a qual poderá basear sua decisão: (i) na declaração, encaminhada pelo indicado a Conselheiro Independente ao Conselho de Administração, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, contemplando a respectiva justificativa, se verificada alguma das situações previstas no § 2º do artigo 16 do referido Regulamento; e (ii) a manifestação do Conselho de Administração, inserida na proposta da administração referente à Assembleia Geral para eleição de administradores, quanto ao enquadramento ou não enquadramento do candidato nos critérios de independência.

Parágrafo 4º - O procedimento previsto no parágrafo 3º acima não se aplica às indicações de candidatos a membros do Conselho de Administração que não atendam ao prazo de antecedência para inclusão de candidatos no boletim de voto, conforme disposto na regulamentação editada pela CVM sobre votação a distância.

Parágrafo 5º - O Conselho de Administração deve avaliar e divulgar anualmente quem são os Conselheiros Independentes, bem como indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência.

Parágrafo 6º - Quando da eleição dos membros do Conselho de Administração, a Assembleia Geral indicará um Presidente e um Vice-Presidente, devendo este substituir o primeiro em suas ausências ou impedimentos, bem como no caso de vacância.

Parágrafo 7º - Sempre que a Assembleia Geral for convocada para deliberar sobre a eleição do Conselho de Administração, os membros de tal órgão deverão aprovar uma proposta de chapa completa de candidatos para as vagas no Conselho de Administração, incluindo indicação para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, a qual deverá ser submetida à aprovação em Assembleia Geral.

Parágrafo 8º - Caso qualquer acionista deseje indicar um ou mais candidatos para compor o Conselho de Administração que não integrem a chapa proposta na forma prevista no Parágrafo 7º deste artigo, tal acionista deverá notificar a Companhia propondo uma outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração da Companhia, por escrito e preferencialmente com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia Geral, informando o nome, a qualificação e o currículo profissional completo do(s) candidato(s), cabendo à Companhia providenciar a sua imediata divulgação, por meio de Aviso aos Acionistas disponibilizado no sistema eletrônico na página da CVM na rede mundial de computadores. A Companhia não aceitará o registro de qualquer chapa, nem o exercício do direito de voto na eleição dos membros do Conselho de Administração, em circunstâncias que configurem violação às disposições da regulamentação aplicável.

Parágrafo 9º - É vedada a apresentação de mais de uma chapa pelo mesmo acionista. No entanto, uma mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela proposta nos termos do Parágrafo 8º acima.

Parágrafo 10 - Caso receba pedido escrito de adoção do processo de voto múltiplo, na forma do Artigo 141, Parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia divulgará o recebimento e o teor de tal pedido, imediatamente, por meio de Aviso aos Acionistas disponibilizado no sistema eletrônico na página da CVM na rede mundial de computadores ou na forma definida pela lei ou pela CVM.

Parágrafo 11 - Na hipótese de a eleição do Conselho de Administração ser realizada pelo processo de voto múltiplo, cada integrante das chapas apresentadas na forma deste Artigo será considerado um candidato para o cargo de conselheiro.

Parágrafo 12 - Sempre que a eleição tiver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração pela Assembleia Geral importará destituição dos demais membros, procedendo-se à nova eleição.

Parágrafo 13 - Nas hipóteses de vacância dos cargos de membros efetivos do Conselho de Administração, os membros remanescentes indicarão um substituto que exercerá o cargo até a próxima Assembleia Geral, ocasião em que esta elegerá um novo conselheiro para completar o mandato. No caso de vagas concomitantes superiores a um terço (1/3) de seus membros será convocada a Assembleia Geral, dentro de 30 (trinta) dias desse evento, para a eleição dos substitutos, cujo mandato coincidirá com o dos demais conselheiros.

Parágrafo 14 – Os membros do Conselho de Administração devem ter reputação ilibada, não podendo, exceto conforme aprovado em Assembleia Geral, ser eleitos aqueles que (i) ocuparem cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiverem ou representarem interesse conflitante com a Companhia. Ocorrendo após a eleição do membro do Conselho de Administração qualquer fato que configure hipótese de impedimento para o exercício do cargo de conselheiro, prevista na Lei das Sociedades por Ações ou neste parágrafo, o membro que estiver sujeito ao impedimento fica obrigado a imediatamente apresentar sua renúncia ao Presidente do Conselho de Administração

Subseção II.1 - Reuniões e Substituições

Artigo 21. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, ~~uma vez por mês~~ pelo menos 8 (oito) vezes ao ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria dos seus membros, lavrando-se atas dessas reuniões em livro próprio.

Parágrafo 1º - A convocação das reuniões do Conselho de Administração dar-se-á por escrito, por meio de carta, telegrama, e-mail ou outra forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, e deverá conter, além do local, data e hora da reunião, a ordem do dia.

Parágrafo 2º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência. Na mesma data da convocação da reunião, os materiais e documentos necessários à apreciação dos assuntos da pauta da reunião do Conselho de Administração deverão ser disponibilizados aos conselheiros.

Parágrafo 3º - Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 4º - As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros. Em segunda convocação, que será objeto de nova comunicação aos conselheiros na forma do Parágrafo 1º deste Artigo, enviada imediatamente após a data designada para a primeira convocação, a reunião se instalará com a presença da maioria simples dos conselheiros.

Parágrafo 5º - Se necessária, fica facultada a realização de reuniões do Conselho de Administração ou a participação dos conselheiros nas reuniões do Conselho de Administração por telefone, videoconferência, deliberação eletrônica, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto. Nessa circunstância, o conselheiro será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião.

Parágrafo 6º - Nenhum membro do Conselho de Administração poderá ter acesso a informações, participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da administração, exercer o voto ou, de qualquer forma, intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia, nos termos da Lei.

Parágrafo 7º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade nos casos de empate.

Parágrafo 8º - As atas das reuniões do Conselho de Administração devem ser redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto.

Artigo 22. No caso de ausência ou impedimento temporário, os conselheiros poderão ser representados nas reuniões do Conselho de Administração por outro conselheiro indicado por escrito, o qual, além do seu próprio voto, expressará o voto do conselheiro ausente ou temporariamente impedido.

Parágrafo 1º - No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho, suas funções serão exercidas, em caráter temporário, pelo Vice-Presidente.

Parágrafo 2º - Em caso de ausência ou impedimento temporário do Vice-Presidente, competirá ao Presidente indicar, dentre os demais membros do Conselho de Administração, seu substituto.

Subseção II.2 - Competência

Artigo 23. Compete ao Conselho de Administração, além das demais atribuições previstas na legislação e neste Estatuto:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, considerando os impactos das atividades da Companhia na sociedade e no meio ambiente, visando à perenidade da Companhia e a criação de valor no longo prazo;
- (ii) definir os valores e princípios éticos da Companhia e zelar pela manutenção da transparência da Companhia no relacionamento com todas as partes interessadas;
- (iii) eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva da Companhia ou de suas sociedades controladas, direta e indiretamente, e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto neste Estatuto;
- (iv) fiscalizar a gestão dos membros da Diretoria Executiva, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- (v) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente e nos casos previstos em Lei;
- (vi) manifestar-se sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva e as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social;
- (vii) distribuir entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva a remuneração global anual fixada pela Assembleia Geral e fixar os critérios para participação nos lucros dos empregados e administradores, observando o disposto neste Estatuto;
- (viii) autorizar a constituição e dissolução de sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia;
- (ix) escolher e destituir os auditores independentes indicados pelo Comitê de Auditoria e Integridade;
- (x) propor à Assembleia Geral a emissão de novas ações da Companhia acima do limite do capital autorizado;
- (xi) ressalvadas as hipóteses de competência da Assembleia Geral, nos termos da regulamentação editada pela CVM, deliberar sobre (a) a aquisição de ações de

emissão da Companhia para manutenção em tesouraria ou utilização em planos aprovados pela Assembleia Geral; e (b) a eventual alienação ou cancelamento de tais ações;

- (xii) deliberar sobre a emissão pela Companhia ou por suas sociedades controladas, direta e indiretamente, de debêntures não conversíveis em ações, notas promissórias (*commercial paper*) e outros títulos de crédito assemelhados;
- (xiii) deliberar sobre a emissão pela Companhia de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado, fixando a quantidade, as condições de integralização e os respectivos preços de subscrição e ágio, bem como se será concedido o direito de preferência aos acionistas ou reduzido o prazo para o seu exercício, conforme autorizado pela legislação em vigor;
- (xiv) deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais ou relativos a períodos menores da Companhia, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros apurados nesses balanços, ou à Conta de Lucros Acumulados ou de Reserva de Lucros existentes no último balanço anual ou semestral, na forma prevista em lei e/ou a distribuição de juros de capital, conforme previsto na Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, conforme alterada;
- (xv) aprovar a política de pagamento de dividendos da Companhia;
- (xvi) propor à Assembleia Geral Ordinária, observados os limites estabelecidos no Artigo 35, parágrafo único, deste Estatuto, os valores a serem pagos a título de participação estatutária dos empregados e administradores nos lucros de cada exercício social, bem como definir os critérios para distribuição de tais valores;
- (xvii) autorizar a prática de atos gratuitos razoáveis pela Companhia, em benefício de qualquer pessoa ou entidade, conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, a ser aprovada pelo Conselho de Administração;
- (xviii) apresentar proposta para aprovação em Assembleia de plano de outorga de opção de compra de ações ou plano de concessão de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços às suas controladas, direta e indiretamente, dentro do limite do capital autorizado, cabendo ao Conselho de Administração a administração do referido plano, incluindo a outorga de opções e concessões de ações no âmbito de tais planos;
- (xix) autorizar alterações na negociabilidade e emissão de American Depositary

Receipts – ADRs pela Companhia ou suas controladas, direta e indiretamente;

- (xx) aprovar seu regimento interno que deverá dispor, no mínimo, sobre as seguintes matérias: (i) as atribuições do Presidente do Conselho de Administração; (ii) as regras de substituição do Presidente do Conselho de Administração em sua ausência ou vacância; (iii) as medidas a serem adotadas em situações de conflito de interesses; (iv) a definição de prazo de antecedência suficiente para o recebimento dos materiais para discussão nas reuniões, com a adequada profundidade; e (v) a possibilidade da realização, durante as reuniões do Conselho de Administração, de sessões exclusivas com os conselheiros externos, sem a presença dos membros da Diretoria Executiva e demais convidados;
- (xxi) constituir comitês técnicos ou consultivos, de caráter não deliberativo, para realizar tarefas específicas ou para atividades genéricas de interesse da Companhia, nos termos e condições definidas pelo Conselho de Administração. Os comitês poderão atuar, entre outras, nas seguintes áreas: (i) estratégica e financeira, (ii) governança corporativa, conduta e ética, e (iii) remuneração de administradores e desenvolvimento executivo;
- (xxii) acompanhar o cumprimento das atribuições dos comitês que venham a ser criados para assessorar o Conselho de Administração, aprovar os seus respectivos regulamentos e avaliar os pareceres e relatórios emitidos pelos mesmos, nos termos da legislação vigente e deste Estatuto;
- (xxiii) estabelecer mecanismos de avaliação periódica de desempenho de seus integrantes, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento e a efetividade da governança da Companhia, podendo contratar especialistas externos para o processo de avaliação;
- (xxiv) elaborar e tornar público parecer fundamentado contendo opinião favorável ou contrária à aceitação de toda e qualquer reorganização societária, aumento de capital e outras operações que derem origem à mudança de controle, em até 15 (quinze) dias da divulgação de todas as condições da operação que resulte na mudança de controle, no qual se manifestará se tal operação assegura tratamento justo e equitativos aos acionistas da Companhia;
- (xxv) elaborar e tornar público parecer prévio fundamentado contendo opinião favorável ou contrária à aceitação de toda e qualquer oferta pública de aquisição que tenha por objeto as ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por ação de emissão da

Companhia, no qual se manifestará: (a) sobre a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações, ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por ação de emissão da Companhia, quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (b) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (c) as eventuais alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações, ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por ação de emissão da Companhia, disponíveis no mercado;

- (xxvi) submeter à Assembleia Geral propostas de alterações do Estatuto Social da Companhia, que digam respeito ao prazo de duração da Companhia, objeto social, aumentos ou reduções de capital, emissão de títulos mobiliários e/ou valores mobiliários, exclusão do direito de preferência na subscrição de ações e demais títulos e/ou valores mobiliários, dividendos, juros de capital, poderes e atribuições da Assembleia Geral, estrutura e atribuições do Conselho de Administração e da Diretoria

Executiva, e respectivos quóruns de deliberações;

- (xxvii) aprovar o plano de desmobilização anual da Companhia proposto pela Diretoria Executiva, bem como a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração de bens imóveis da Companhia ou de sociedade controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, que não estejam discriminados no Plano de Desmobilização já aprovado, conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, a ser aprovada pelo Conselho de Administração;
- (xxviii) aprovar proposta de cisão, fusão, incorporação em que a Companhia ou sociedades controladas e coligadas, direta ou indiretamente, sejam parte ou da própria Companhia, bem como sua transformação ou qualquer outra forma de reestruturação societária;
- (xxix) deliberar sobre a liquidação, dissolução, nomeação de liquidantes, falência ou atos voluntários de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou de sociedade controladas e coligadas, direta e indiretamente, bem como reorganizações financeiras a elas relacionadas;
- (xxx) aprovar a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração de bens do ativo não circulante (exceto bens imóveis) da Companhia ou de sociedades controladas ou coligadas direta ou indiretamente, conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, a ser aprovada pelo Conselho de Administração;
- (xxxi) autorizar a concessão de garantias, reais ou fidejussórias, penhor mercantil, hipotecas, fianças e avais, bem como a contratação de seguros-garantia ou

cartas fianças conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, a ser aprovada pelo Conselho de Administração;

- (xxxii) autorizar a Diretoria Executiva a oferecer produtos e bens móveis e imóveis da Companhia ou de sociedades controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, em garantia às instituições financeiras quando da contratação de financiamentos ou em garantia de processos judiciais, sempre que tais atos resultem em obrigações para a Companhia ou para sociedades controladas ou coligadas, direta ou indiretamente a conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, a ser aprovada pelo Conselho de Administração;
- (xxxiii) aprovar a contratação, com terceiros, de operações de endividamento da Companhia ou de sociedades controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, a ser aprovada pelo Conselho de Administração;
- (xxxiv) aprovar a política de gestão de risco financeiro da Companhia, estabelecendo as principais condições para a contratação de operações de “hedging” (ativos e passivos), devendo tal política conter, no mínimo, as seguintes especificações: objetivo do “hedge”, fatores de riscos, instrumentos elegíveis, limites e alçadas;
- (xxxv) aprovar a emissão, aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma pela Companhia ou por sociedades controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, de participações societárias e/ou quaisquer valores mobiliários em quaisquer sociedades (inclusive renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de subsidiárias, controladas ou coligadas), a conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, a ser aprovada pelo Conselho de Administração;
- (xxxvi) aprovar e definir, previamente, os atos a serem praticados pela Diretoria Executiva da Companhia em Assembleia Gerais e/ou Reuniões de Sócios de empresas controladas, coligadas ou investidas, direta ou indiretamente, na qualidade de acionista e/ou sócia de tais sociedades, conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, a ser aprovada pelo Conselho de Administração ou que envolverem aspectos reputacionais e estratégicos para a Companhia;
- (xxxvii) aprovar a realização de operações e negócios de qualquer natureza com partes relacionadas, em conformidade com o disposto na Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações de Conflito de Interesses da Companhia, conforme aprovada pelo Conselho de Administração;

- (xxxviii) aprovar (i) o Código de Conduta; (ii) a Política de Negociação de Valores Mobiliários, e (iii) a Política de Contribuições e Doações, os quais deverão observar os requisitos mínimos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa;
- (xxxix) aprovar os orçamentos de capital anuais e plurianuais gerais integrados (orçamentos das operações, orçamentos de investimentos e os orçamentos de fluxo de caixa) da Companhia e de suas controladas e coligadas, fixação da política de investimento e da estratégia empresarial. O orçamento anual geral integrado deverá sempre ser aprovado até o último dia do ano anterior ao ano civil a que se refere e deverá cobrir os doze meses do exercício seguinte. A qualquer momento durante o ano civil, o orçamento da Companhia deverá cobrir um período mínimo de 6 (seis) meses. A execução e realização do orçamento aprovado será revista mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração;
- (xl) aprovar a celebração de quaisquer contratos ou acordos (exceto contratação de endividamento) envolvendo o curso normal das atividades da Companhia ou de sociedades controladas, direta ou indiretamente, incluindo, mas não se limitando a, contratos de prestação de serviços, consultoria ou fornecimento, conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, a ser aprovada pelo Conselho de Administração, bem como aprovar a extinção contratual ou a celebração de termos aditivos aos contratos já firmados que acarretem nova obrigação de igual valor;
- (xli) aprovar a celebração, alteração, rescisão, renovação ou cancelamento de quaisquer contratos, acordos ou similares envolvendo patentes, processos de produção e/ou tecnologia, direitos autorais, nomes de domínio, marcas registradas ou depositadas em nome da Companhia ou de qualquer sociedade por ela controlada ou coligada, direta ou indiretamente, a conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, a ser aprovada pelo Conselho de Administração, salvo: (a) se realizados entre a Companhia e empresas integralmente controladas, ressalvados os casos de venda e/ou cessão definitiva, que deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração; e (b) para autorização de uso de marcas por empresas controladas ou coligadas.

Seção III - Da Diretoria Executiva

Artigo 24. A Diretoria Executiva, cujos membros são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 15 (quinze) membros, eleitos por um período de 2 (dois) anos, permitida a recondução, sendo 1 (um) Diretor Presidente Global e 1 (um) Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores e os demais Diretores Vice-Presidentes com

designação e funções a serem propostas ao Conselho de Administração pelo Diretor Presidente Global, nos termos do Artigo 26 abaixo, sendo todos profissionais que atendam aos parâmetros indicados nos Parágrafos 3º e 4º abaixo.

Parágrafo 1º - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente Global não poderão ser exercidos pela mesma pessoa, exceto conforme previsto no Parágrafo 2º abaixo.

Parágrafo 2º - A regra constante do Parágrafo 1º deste Artigo não se aplica à hipótese de vacância do cargo de Diretor Presidente Global, sendo que, nesse caso, a Companhia deve: (i) divulgar a acumulação de cargos em decorrência da vacância até o dia útil seguinte ao da ocorrência; (ii) divulgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vacância, as providências tomadas para cessar a acumulação dos cargos; e (iii) cessar a acumulação no prazo de 1 (um) ano.

Parágrafo 3º - A eleição da Diretoria Executiva será efetuada pelo Conselho de Administração, podendo escolher dentre os candidatos pré-selecionados pelo Diretor Presidente Global. Para tanto, o Diretor Presidente Global enviará ao Conselho de Administração uma cópia do "curriculum vitae" do candidato indicado, juntamente com os termos de sua contratação e todas as demais informações necessárias à comprovação de qualificação estabelecida no Parágrafo 4º deste Artigo. Caso o Conselho de Administração não aprove as indicações apresentadas, deverão ser indicados, pelo Diretor Presidente Global, novos nomes, até que sejam aprovados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 4º - A Diretoria Executiva será integrada exclusivamente por profissionais que tenham comprovada formação acadêmica e prática, adquirida em cursos e no exercício de atividades compatíveis com as funções para as quais estejam sendo indicados.

Subseção III.1 - Competência

Artigo 25. Compete à Diretoria Executiva:

- (i) autorizar a abertura, o encerramento ou a alteração do endereço de filiais, agências, depósitos, escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos da Companhia, no País ou no exterior;
- (ii) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria Executiva, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;

- (iii) elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento;
- (iv) aprovar normas corporativas que disciplinem as demais alçadas de aprovação e responsabilidades pelos atos de gestão necessários à condução das atividades da Companhia, definindo os limites de competência para os diversos processos decisórios, conforme os níveis hierárquicos da Companhia e sempre observando as regras estabelecidas na Política de Alçadas aprovada pelo Conselho de Administração;
- (v) decidir, por solicitação do Diretor Presidente Global, sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração;
- (vi) aprovar a realização de determinadas operações e negócios com Partes Relacionadas, em conformidade com o disposto na Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações de Conflitos de Interesses da Companhia;
- (vii) elaborar a minuta, para posterior submissão à deliberação do Conselho de Administração (i) do Código de Conduta; (ii) da Política de Gerenciamento de Riscos, (iii) da Política de Negociação de Valores Mobiliários, (iv) da Política de Transação entre Partes Relacionadas, e (v) da Política de Contribuições e Doações, que deverão observar os requisitos mínimos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa.

Artigo 26. Além de outras atribuições estabelecidas neste Estatuto, compete, exemplificativamente:

(i) Ao Diretor Presidente Global:

- a. convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b. representar a Diretoria Executiva nas reuniões do Conselho de Administração;
- c. submeter à deliberação do Conselho de Administração as propostas da Diretoria Executiva relativas aos orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia;
- d. supervisionar e orientar a condução dos negócios financeiros, sociais e de sustentabilidade e as atividades dos demais Diretores;

- e. apresentar ao Conselho de Administração, as demonstrações financeiras, os orçamentos, anuais e plurianuais, e de investimentos, o planejamento financeiro e o fluxo de caixa; e
- f. propor ao Conselho de Administração cargos de Diretores, com ou sem designação específica, e os respectivos titulares para o desempenho de funções específicas que julgar necessárias.

(ii) Ao Diretor Vice-Presidente-Financeiro e de Relações com Investidores:

- a. elaborar, juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva e sob a coordenação do Diretor Presidente Global, os orçamentos a serem submetidos à aprovação do Conselho de Administração e responder pelo controle da execução desses orçamentos principalmente no que se refere ao controle do fluxo de caixa;
- b. orientar a execução da política econômico-financeira, supervisionando as atividades econômico-financeiras, segundo as determinações do Conselho de Administração; e
- c. organizar e coordenar o sistema de informações necessário à sua atuação, bem como supervisionar todas as atividades de controladoria da Companhia.
- d. representar a Companhia perante a CVM e demais entidades do mercado de capitais e instituições financeiras, bem como órgãos reguladores e bolsas de valores, nacionais e estrangeiros, nas quais a Companhia tenha valores mobiliários listados, além de fazer cumprir as normas regulamentares aplicáveis à Companhia no tocante aos registros mantidos junto à CVM e junto aos órgãos reguladores e bolsas de valores nas quais a Companhia tenha valores mobiliários listados e administrar a política de relacionamento com investidores; e
- e. monitorar o cumprimento, pelos acionistas da Companhia, das obrigações dispostas no Capítulo VIII deste Estatuto Social e reportar à Assembleia Geral e/ou ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências.

(iii) Aos demais Diretores Vice-Presidentes, cuja designação será dada pelo Conselho de Administração por sugestão do Diretor Presidente Global:

- a. orientar, coordenar e supervisionar as atividades específicas sob sua responsabilidade; e

- b. executar encargos específicos que lhes forem atribuídos por decisão do Diretor Presidente Global.

Subseção III.2 – Representação da Companhia

Artigo 27. A Diretoria Executiva, dentro dos limites fixados por Lei e por este Estatuto, fica investida de poderes gerais de gestão, que possibilitem a prática de todos os atos necessários ao regular funcionamento da Companhia, com vistas à consecução de seus objetivos sociais.

Artigo 28. A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, bem como a prática de todos os atos jurídicos, competirá a:

- (i) quaisquer 2 (dois) membros da Diretoria Executiva em conjunto;
- (ii) qualquer membro da Diretoria Executiva, em conjunto com um procurador com poderes específicos; ou
- (iii) dois procuradores com poderes específicos, sempre agindo em conjunto.

Parágrafo 1º - A Companhia poderá ser representada por apenas um Diretor ou um procurador com poderes específicos na prática dos seguintes atos:

- (i) representação da Companhia em Assembleias e reuniões de sócios de sociedades da qual participe;
- (ii) representação da Companhia em juízo; ou
- (iii) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante órgãos públicos, sociedades de economia mista, juntas comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza.

Parágrafo 2º - Os atos para os quais este Estatuto exija autorização prévia do Conselho de Administração somente serão válidos uma vez preenchido esse requisito.

Parágrafo 3º - Poderá a Diretoria Executiva, através de dois de seus membros e mediante instrumentos competentes, constituir mandatários com poderes específicos para agirem em nome da Companhia, com mandato por prazo determinado a ser estabelecido caso a caso, exceto os mandatos judiciais que poderão ser outorgados por prazo indeterminado. Em qualquer caso, deverão ser respeitadas as limitações e restrições mencionadas nesse Artigo e as estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Subseção III.3 – Reuniões da Diretoria

Artigo 29. A Diretoria Executiva fará reuniões sempre que necessário, lavrando-se atas dessas reuniões em livro próprio.

Parágrafo 1º - As deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Diretor Presidente Global, ou ao seu substituto, o voto de qualidade.

Parágrafo 2º - O quórum mínimo de instalação das reuniões da Diretoria Executiva é de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Parágrafo 3º - Se necessário, fica facultada a realização de reuniões ou a participação dos membros da Diretoria Executiva, nas reuniões de referido órgão, por telefone, videoconferência, deliberação eletrônica, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto. Nessa hipótese, o membro da Diretoria Executiva será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião.

Parágrafo 4º - Nas ausências ou impedimentos temporários, os membros da Diretoria Executiva substituir-se-ão entre si, por indicação do Diretor Presidente Global. Ocorrendo vacância, o Conselho de Administração, dentro de 30 (trinta) dias, (i) designará quem deverá (a) preencher a vaga, cujo mandato terá termo coincidente com o dos demais membros da Diretoria Executiva ou (b) cumular a respectiva função ou (ii) deliberará sobre o não preenchimento, temporário ou permanente, do cargo deixado vago, desde que este cargo não seja o cargo de Diretor Presidente Global, Diretor Financeiro ou Diretor de Relações com Investidores.

V. CONSELHO FISCAL

Artigo 30. A Companhia terá um Conselho Fiscal permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, que exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral ordinária que se realizar após sua eleição, sendo permitida a sua reeleição, com as atribuições, competência e remuneração previstos em Lei.

Parágrafo 1º - A eleição dos membros do Conselho Fiscal será realizada por meio de deliberação majoritária, sendo eleitos os 3 (três) candidatos, e respectivos suplentes, que receberem o maior número de votos na Assembleia Geral, observado o disposto no artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações. Havendo um Acionista Controlador, é assegurado aos acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações de emissão da Companhia, o direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro e respectivo suplente do Conselho Fiscal da Companhia.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante a assinatura do termo de posse no livro próprio, do qual constará a anuência a todos os manuais, códigos, regulamentos e políticas internas da Companhia, e sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 47.

Parágrafo 3º - O Conselho Fiscal reunir-se-á periodicamente, nos termos de seu Regimento Interno, lavrando-se atas dessas reuniões em livro próprio.

Parágrafo 4º - O Conselho Fiscal elegerá o seu Presidente na primeira reunião após a sua eleição e funcionará de acordo com o Regimento Interno aprovado pelo próprio Conselho Fiscal.

Artigo 31. Para o pleno exercício das funções no Conselho Fiscal deverão ser observados os requisitos previstos na legislação aplicável, o disposto neste Estatuto e no Regimento Interno do Conselho Fiscal.

Parágrafo 1º - Serão aplicáveis aos membros do Conselho Fiscal as mesmas obrigações e vedações impostas pela Lei e por este Estatuto aos administradores da Companhia.

Parágrafo 2º - Ocorrendo a ausência ou vacância do cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Ocorrendo a vacância do cargo de membro efetivo e de seu respectivo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo.

Parágrafo 3º - Observados os requisitos e obrigações constantes no presente Estatuto Social, bem como nas demais disposições legais aplicáveis, os membros do Conselho Fiscal da Companhia poderão ser eleitos pelo Conselho de Administração para também integrar o Comitê de Auditoria e Integridade.

VI. COMITÊ DE AUDITORIA E INTEGRIDADE

Artigo 32. A Companhia terá um Comitê de Auditoria e Integridade em funcionamento permanente, composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, sendo a maioria de seus integrantes membros independentes e, ao menos, 1 (um) de seus membros não pertencente ao Conselho de Administração, observados os requisitos estabelecidos na regulamentação aplicável, especialmente na Instrução CVM nº 509/11. Ao menos um dos membros independentes do Conselho de Administração deverá ser indicado para também integrar o Comitê de Auditoria e Integridade. Nenhum dos integrantes do Comitê de Auditoria e Integridade poderá pertencer à Diretoria Executiva.

Artigo 33. Os membros do Comitê de Auditoria e Integridade serão indicados pelo Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos e exercerão seus cargos por, no máximo, 10 (dez) anos, podendo ser destituídos a qualquer tempo. No caso do

membro do Comitê que também seja membro do Conselho de Administração, o mandato se encerrará concomitantemente ao mandato de conselheiro

Parágrafo 1º - O exercício das atividades dos membros do Comitê de Auditoria e Integridade deverá observar as regras previstas na legislação brasileira, especialmente na Instrução CVM 509/11, e norte-americana, incluindo o disposto na Sarbanes–Oxley Act e nas regras emitidas pela Securities and Exchange Commission - SEC.

Parágrafo 2º - Pelo menos um dos membros do Comitê de Auditoria e Integridade deverá ter comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade societária, de auditoria e financeira, que o caracterize como especialista financeiro.

Parágrafo 3º - O Comitê de Auditoria e Integridade terá as seguintes atribuições: 1) opinar sobre a contratação e destituição do auditor externo independente para a condução de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; 2) supervisionar as atividades: (a) dos auditores independentes, a fim de avaliar a sua independência, a qualidade e adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (b) da área de controles internos da Companhia; (c) da área de auditoria interna da Companhia; e (d) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; 3) monitorar a qualidade e integridade: (a) dos mecanismos de controles internos; (b) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (c) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; 4) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (a) a remuneração da administração; (b) a utilização de ativos da Companhia; e (c) as despesas incorridas em nome da Companhia; 5) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; 6) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou o aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas; 7) avaliar as práticas de integridade (*compliance*) da Companhia e propor aprimoramentos; 8) avaliar e discutir o plano anual de trabalho do auditor externo independente e encaminhá-lo para apreciação do Conselho de Administração; e 9) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores externos independentes e o Comitê de Auditoria e Integridade, em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

Parágrafo 4º - O Comitê de Auditoria e Integridade será órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração.

Parágrafo 5º - O Comitê de Auditoria e Integridade reunir-se-á mensalmente e sempre que necessário, de forma que as informações contábeis da Companhia sejam sempre por ele apreciadas antes de sua divulgação.

Parágrafo 6º - O regimento interno do Comitê de Auditoria e Integridade será aprovado pelo Conselho de Administração e descreverá detalhadamente suas funções, bem como seus procedimentos operacionais.

Parágrafo 7º - O Comitê de Auditoria e Integridade deverá possuir meios para receber, reter e responder a denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em relação ao descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia (incluindo matérias de contabilidade, controles internos e auditoria)), além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Parágrafo 8º - O Conselho de Administração definirá a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e Integridade. O Comitê de Auditoria e Integridade deverá possuir autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes, remunerar tais especialistas e pagar as despesas administrativas ordinárias do Comitê de Auditoria e Integridade.

Parágrafo 9º - As reuniões do Comitê de Auditoria e Integridade devem ser registradas em atas, sendo que as decisões/recomendações deverão ser tomadas com votos favoráveis de 2/3 de seus membros.

Parágrafo 10 - O coordenador do Comitê de Auditoria e Integridade, acompanhado de outros membros quando necessário ou conveniente, deve: (i) reunir-se, no mínimo trimestralmente, com o Conselho de Administração e com o Conselho Fiscal; e (ii) comparecer à Assembleia Geral Ordinária e, quando for necessário, às Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia.

Parágrafo 11 - Os membros do Comitê de Auditoria e Integridade deverão eleger, dentre os Conselheiros Independentes que integrem o Comitê, o coordenador do Comitê, cujas atividades e atribuições serão definidas no regimento interno do Comitê.

Parágrafo 12 - Os membros do Comitê de Auditoria e Integridade terão os mesmos deveres fiduciários e responsabilidades aplicáveis aos administradores da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

VII. EXERCÍCIO SOCIAL E RESULTADOS

Artigo 34. O exercício social coincide com o ano civil e, no seu término, a Companhia elaborará as demonstrações financeiras previstas na Lei das Sociedades por Ações para fins de publicação e apreciação pela Assembleia Geral.

Artigo 35. Do resultado de cada exercício social será deduzido, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda.

Parágrafo Único - Após procedidas as deduções referidas neste Artigo, a Assembleia Geral poderá atribuir aos empregados e administradores, sucessivamente e nessa ordem:

- (i) a participação estatutária dos empregados da Companhia até o limite máximo de 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes; e
- (ii) a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal.

Artigo 36. Deduzidas as participações mencionadas no Artigo 35 acima, o lucro líquido do exercício terá sucessivamente a seguinte destinação:

- (i) 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal até que atinja a 20% (vinte por cento) do Capital Social;
- (ii) 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo mínimo obrigatório, ajustado de acordo com o Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, a ser atribuído a todas as ações da Companhia;
- (iii) 20% (vinte por cento) para constituição de reservas para aumento de capital, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social;
- (iv) até 50% (cinquenta por cento) para constituição da reserva para expansão, até que atinja 80% (oitenta por cento) do Capital Social, com a finalidade de assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos de capital de giro, inclusive por meio de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: (i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; (ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento; (iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por Lei; e (iv) na incorporação ao Capital Social, inclusive mediante bonificações em ações novas.

Artigo 37. Salvo as deliberações em contrário da Assembleia Geral, o pagamento dos dividendos e de juros sobre o capital próprio serão efetivados no prazo de 60 (sessenta) dias da data da respectiva deliberação.

Parágrafo 1º - Por deliberação do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 23 acima, pode a Companhia levantar balanços semestrais ou relativos a períodos menores, bem como declarar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros apurados nesses balanços, de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, na forma prevista em Lei.

Parágrafo 2º – Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo obrigatório do resultado do exercício social.

Artigo 38. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

VIII. DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E DA SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 39. A alienação de controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações (“OPA”) tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e regulamentação vigentes e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Parágrafo 1º - Para fins deste Estatuto Social, entende-se por controle e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

Parágrafo 2º - Caso a aquisição do controle também sujeite o adquirente do controle à obrigação de realizar a OPA exigida pelo Artigo 41 deste Estatuto Social, o preço de aquisição na OPA será o maior entre os preços determinados em conformidade com este Artigo 39 e o Artigo 41, Parágrafo 3º deste Estatuto Social.

Parágrafo 3º - Em caso de alienação indireta de controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos de definição do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

Parágrafo 4º - A OPA deve observar as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 40. Após uma operação de alienação de controle da Companhia e da subsequente realização de OPA, o adquirente do controle, quando necessário, deverá tomar as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de ações em circulação previsto no Regulamento do Novo Mercado, dentro dos 18 (dezoito) meses subsequentes à aquisição do poder de controle.

Artigo 41. Qualquer Acionista Adquirente, que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 33,33% (trinta e três virgula trinta e três por cento) do total de ações de emissão da Companhia deverá (i) imediatamente divulgar tal informação por meio de fato relevante, na forma prevista na regulamentação editada pela CVM; e (ii) no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 33,33% (trinta e três virgula trinta e três por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma OPA da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e os termos deste Artigo.

Parágrafo 1º - Para fins deste Estatuto Social, (i) “Acionista Adquirente” significa qualquer pessoa, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior, ou Grupo de Acionistas, que adquira ações da Companhia; e (ii) “Grupo de Acionistas” significa o grupo de pessoas: (a) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (b) entre as quais haja relação de controle; ou (c) sob controle comum.

Parágrafo 2º - A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 3º deste Artigo, e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 3º - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) 140% (cento e quarenta por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante os últimos 120 (cento e vinte) pregões anteriores à data em que se tornar obrigatória a realização da OPA, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; e (ii) 140% (cento e quarenta por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante os últimos 30 (trinta) dias pregões

anteriores à data em que se tornar obrigatória a realização da OPA, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 4º - A realização da OPA mencionada no caput deste Artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 5º - O Acionista Adquirente estará obrigado a atender às eventuais solicitações ou às exigências da CVM, formuladas com base na legislação aplicável, relativas à OPA, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 6º - Na hipótese do Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta neste Artigo, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo.

Parágrafo 7º - Qualquer Acionista Adquirente que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre as ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) do total de ações de emissão da Companhia, estará igualmente obrigado a, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento que resultou na titularidade de tais direitos sobre ações em quantidade igual ou superior a 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA, nos termos descritos neste Artigo.

Parágrafo 8º - As obrigações constantes do Artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações e do Artigo 39 deste Estatuto Social não excluem o cumprimento pelo Acionista Adquirente das obrigações constantes deste Artigo, ressalvado o disposto no Artigo 45 e no Artigo 46 deste Estatuto Social.

Parágrafo 9º - O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 60 (sessenta) dias contados do evento relevante, (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (iii) da incorporação de ações de uma outra

sociedade pela Companhia, ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, de acordo com as regras previstas na regulamentação aplicável.

Parágrafo 10 - Para fins do cálculo do percentual de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no caput deste Artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo 11 - Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA, conforme prevista neste Artigo, determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos do Parágrafo 3º deste Artigo, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista neste Artigo aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Artigo 42. A saída da Companhia do Novo Mercado, seja por ato voluntário, compulsório ou em virtude de reorganização societária, deve observar as regras constantes do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 43. Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre OPA para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; e (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do Novo Mercado sem a efetivação de alienação das ações.

Parágrafo Único. A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de OPA mencionada neste Artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, observadas as regras e condições do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 44. Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída compulsória do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os requisitos estabelecidos no *caput* do Artigo 43.

Parágrafo Único. Na hipótese de não atingimento do percentual de aquisição de ações que autorizem a saída do Novo Mercado, após a realização da OPA prevista no *caput*, as ações de emissão da Companhia ainda serão negociadas pelo prazo de 6 (seis) meses no Novo Mercado, contados da realização do leilão da OPA, sem prejuízo da aplicação de eventuais sanções pela B3.

Artigo 45. É facultada a formulação de uma única OPA, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo 0, no Regulamento do Novo Mercado, na legislação societária ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de OPA e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Parágrafo Único - Com exceção daquelas OPAs destinadas à saída do Novo Mercado e/ou ao cancelamento do registro de companhia aberta, a realização de OPA unificada somente poderá ser realizada por acionista da Companhia que detenha montante igual ou superior a 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) do total de ações de emissão da Companhia, observado o disposto no *caput* do Artigo 41 quanto ao preço mínimo a ser pago por ação.

Artigo 46. Os acionistas responsáveis pela realização da OPA prevista neste Capítulo 0, no Regulamento de Listagem no Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista ou terceiro.

Parágrafo Único - A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a OPA que seja de sua responsabilidade até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

IX. DO JUÍZO ARBITRAL

Artigo 47. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, na Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionadas com ou oriundas da sua condição de emissor, acionista, administrador ou membro do Conselho Fiscal, conforme o caso, e, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, decorrentes das disposições contidas, na Lei nº 6.385/1976, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral e daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação do Novo Mercado, assim como do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, a ser conduzida em conformidade com este último Regulamento.

X. DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 48. A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

XI. DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 49. A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados na sede social, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora dos trabalhos assembleares ou das reuniões do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social ou de membro do Conselho de Administração eleito pelos signatários de tal acordo, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas arquivado na sede social

BRF S.A.

Anexo VI – Quadro comparativo da alteração proposta no Estatuto Social da Companhia com a indicação da justificativa para as alterações e a análise de seus efeitos jurídicos e econômicos

Atual	Proposta	Justificativa e Análise dos Efeitos
IV. ADMINISTRAÇÃO		
Seção II - Do Conselho de Administração		
Subseção II.1 - Reuniões e Substituições		
Artigo 21. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria dos seus membros, lavrando-se atas dessas reuniões em livro próprio.	Artigo 21. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês por pelo menos 8 (oito) vezes ao ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria dos seus membros, lavrando-se atas dessas reuniões em livro próprio.	<p>A modificação no Estatuto Social visa a alterar a periodicidade das reuniões ordinárias do Conselho de Administração, estabelecendo que o órgão deverá se reunir ordinariamente, pelo menos, 8 (oito) vezes ao ano.</p> <p>A alteração proposta não produzirá efeitos jurídicos ou econômicos, pois têm por objetivo apenas refletir no Estatuto Social a quantidade de reuniões ordinárias a serem realizadas pelo Conselho de Administração.</p>

BRF S.A.

Anexo VII – Informações sobre os Contratos de Indenidade a serem celebrados com os membros do Conselho de Administração (Itens 3.4.2 e 7.11 do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2020)

a) se há previsão estatutária sobre a indenidade e, em caso afirmativo, seus termos;

Não há previsão estatutária sobre a celebração de compromissos de indenidade.

b) se o contrato terá que prever valor-limite para a indenização oferecida e, em caso positivo, qual é esse valor;

Os contratos de indenidade celebrados pela Companhia não possuem limite de cobertura. Cabe ressaltar, no entanto, que, na hipótese de bloqueio ou outro ato de constrição sobre o patrimônio, o “Garantido” poderá requerer a Antecipação ou o Reembolso em valor de até 70% do salário base, limitados a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por mês, até a liberação do bloqueio ou constrição patrimonial.

c) o período de cobertura que poderá ser abrangido pelo contrato;

Os contratos de indenidade não estabelecem um período de cobertura. A definição das Perdas cobertas leva em consideração a relação do “Garantido” com a companhia, isto é, o fato de ele ser ou ter sido membro do Conselho de Administração da Companhia.

d) os administradores que poderão celebrar contrato de indenidade com a sociedade;

A deliberação objeto da assembleia visa a autorizar a Companhia a celebrar contratos de indenidade com os candidatos ao Conselho de Administração que vierem a ser eleitos para integrar tal órgão e que ainda não exerçam cargo na administração da Companhia.

No caso da chapa proposta pelo Conselho de Administração, farão jus à celebração do contrato de indenidade (i) Sra. Flavia Maria Bittencourt; (ii) Sr. Ivandré Motiel da Silva; e (iii) Sr. Marcelo F. Bacci. Os membros da chapa que já integram o Conselho de Administração, (i) Sr. Augusto Marques da Cruz Filho, (ii) Sr. Dan loschpe, (iii) Sra. Flavia Buarque de Almeida, (iv) Sr. José Luiz Osório (v) Sr. Luiz Fernando Furlan; (vi) Sr. Pedro Pullen Parente, e (vii) Sr. Roberto Rodrigues, já possuem contratos de indenidades aprovados na Assembleia Geral Extraordinária de 25.05.2018, os quais permanecerão em vigor.

e) as hipóteses excludentes do direito à indenidade;

O contrato de indenidade exclui expressamente de sua cobertura as perdas apuradas pelo “Garantido” em virtude de atos praticados por ele (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com dolo, má-fé, culpa grave ou mediante fraude; (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse da Companhia. Também estão excluídas da cobertura quaisquer despesas relacionadas a indenizações a serem pagas

pelo “Garantido” em ações de responsabilidade que venham a ser propostas pela Companhia com base no artigo 159 da Lei nº 6.404/1976.

f) os tipos de despesa que poderão ser pagas, adiantadas ou reembolsadas com base no contrato;

A garantia patrimonial conferida aos “Garantidos” envolve a cobertura de quaisquer decisões, condenações ou constrições administrativas ou judiciais, multas, penalidades, acordos, prejuízos, despesas, custos, desembolsos, atuais ou potenciais, por prazo indeterminado, inclusive seus respectivos acréscimos ou encargos, moratórios ou de outra natureza.

g) os procedimentos relativos às decisões quanto ao pagamento, reembolso ou adiantamento de despesas decorrentes do compromisso de indenidade, indicando: (i) órgão da companhia que será responsável pelas decisões referentes à sua concessão; e (ii) as regras e os procedimentos que serão adotados para mitigar conflitos de interesses, garantir a independência das decisões e assegurar que sejam tomadas no interesse da companhia.

O Conselho de Administração é o órgão competente para determinar o pagamento ou reembolso das despesas decorrentes do compromisso de indenidade. Na hipótese de (i) mais da metade dos administradores da Companhia serem beneficiários diretos da deliberação, (ii) houver divergência, de pelo menos, 3 membros do Conselho de Administração sobre o enquadramento do ato praticado pelo “Garantido” como passível de indenização, e (iii) a exposição financeira da Companhia se mostrar significativa, o Conselho de Administração poderá submeter a decisão sobre a concessão da cobertura a um comitê especial, formado por 3 (três) membros independentes escolhidos pelo Conselho de Administração. Além disso, não poderão participar das deliberações do Conselho de Administração a respeito da antecipação ou reembolso relativos às Perdas objeto do “compromisso de indenidade” os conselheiros beneficiados pela garantia e aqueles que estejam envolvidos na mesma demanda que tenha dado origem ao pedido de indenização.

h) por qual motivo a administração preferiu adotar a prestação de compromisso de indenidade ao invés da celebração de contrato de seguro de responsabilidade civil com cobertura similar;

O contrato de indenidade tem o intuito de indenizar os “Garantidos” por eventuais perdas decorrentes de decisões, condenações ou outras constrições administrativas ou judiciais que lhes sejam impostas em razão do exercício das funções inerentes aos seus respectivos cargos, que não sejam cobertas pelo seguro de responsabilidade civil já contratado pela Companhia. Ou seja, o contrato de indenidade configura uma garantia adicional à cobertura do seguro de responsabilidade civil.

i) o valor cotado de prêmio de seguro de responsabilidade civil que preveja cobertura similar ao compromisso de indenidade proposto;

Atualmente, a Companhia possui contratado seguro de responsabilidade civil com a Seguradora Zurich Minas Brasil Seguros S.A., com pagamento de prêmio no valor líquido total de cerca de US\$3.330.000,00 (três milhões, trezentos e trinta mil dólares americanos) e com cobertura do montante total de até US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos), correspondente ao limite máximo de indenização.

j) se a garantia oferecida pela prestação de compromisso de indenidade inclui o pagamento ou o reembolso de indenizações que os administradores forem

obrigados a pagar quando responsabilizados por danos causados a terceiros ou à companhia em consequência de atos ilícitos praticados antes da prestação do compromisso de indenidade;

O contrato de indenidade exclui expressamente de sua cobertura as perdas apuradas pelo “Garantido” em virtude de atos praticados por ele (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com dolo, má-fé, culpa grave ou mediante fraude; (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse da Companhia. Também estão excluídas da cobertura quaisquer despesas relacionadas a indenizações a serem pagas pelo “Garantido” em ações de responsabilidade que venham a ser propostas pela Companhia com base no artigo 159 da Lei nº 6.404/1976. Como os contratos de indenidade a serem autorizados na presente Assembleia serão celebrados com pessoas que ainda não integram a administração da Companhia, não haverá cobertura por atos anteriores à posse de tais candidatos como membros do Conselho de Administração.

k) se a garantia oferecida pela prestação de compromisso de indenidade inclui o pagamento ou o reembolso de multas decorrentes de condenação em ação penal ou em processo administrativo ou obrigações pecuniárias previstas em acordos para encerramento de processos administrativos suportadas pelos administradores; e

O contrato de indenidade prevê a cobertura de quaisquer perdas decorrentes da participação do “Garantido” (i) em processos judiciais em curso ou futuros, no Brasil ou no exterior, que acarretem bloqueios de bens ou quaisquer outras espécies de constrição ao patrimônio do “Garantido”; (ii) em processos judiciais ou administrativos, atuais ou futuros, em que sejam estabelecidas penalidades ou quaisquer tipos de sanções, ressalvada a exclusão da cobertura de perdas apuradas pelo “Garantido” em razão de atos praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com dolo, má-fé, culpa grave ou mediante fraude; (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse da Companhia, independentemente de tais atos terem sido praticados antes ou após a celebração do contrato de indenidade.

Também estão excluídas da cobertura quaisquer despesas relacionadas a indenizações a serem pagas pelo “Garantido” em ações de responsabilidade que venham a ser propostas pela Companhia com base no artigo 159 da Lei nº 6.404/1976.

Além disso, o contrato de indenidade estabelece a cobertura de perdas relativas à celebração de qualquer espécie de acordo no âmbito de procedimento iniciado contra o “Garantido” e noticiado à BRF. A notificação à BRF deve ser feita por escrito pelo “Garantido”, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a respeito do fato em relação ao qual o “Garantido” pretenda obter a cobertura do Contrato de Indenidade. Na notificação, o “Garantido” deve esclarecer as circunstâncias, a natureza e a extensão da Perda e o motivo pelo qual deva ser coberto pelo Contrato de Indenidade, bem como apresentar toda a documentação que tiver em relação à matéria. De acordo com os contratos de indenidade, a decisão a respeito da celebração do acordo compete ao “Garantido”, cabendo à BRF, nos processos em que ela tenha escolhido os advogados, a orientá-los para obter a autorização do “Garantido” para a celebração de eventual acordo.

l) em caso de resposta positiva a, pelo menos, um dos dois itens anteriores, por que a administração acredita que tal garantia estaria no melhor interesse da companhia.

Conforme acima referido, o contrato de indenidade exclui, expressamente, a garantia em caso de atos praticados (i) fora do exercício das atribuições do integrante do Conselho de Administração; (ii) com dolo, má-fé, culpa grave ou mediante fraude; (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse da Companhia.

Também estão excluídas da cobertura quaisquer despesas relacionadas a indenizações a serem pagas pelo “Garantido” em ações de responsabilidade que venham a ser propostas pela Companhia com base no artigo 159 da Lei nº 6.404/1976.

Em vista disso, a Companhia entende que cobertura para os demais casos em que o “Garantido” apure perdas em virtude de processos judiciais ou administrativos consiste em indenização justa e devida, uma vez que a penalidade aplicada ao “Garantido” decorreu de ato praticado no exercício de sua função, sem a intenção de lesar a Companhia ou a terceiros. Ao garantir indenizações justas e devidas aos “Garantidos”, o contrato de indenidade alinha-se ao interesse da Companhia de atrair e manter profissionais qualificados nas posições mais altas de sua administração.

Anexo VIII – Minuta dos Contratos de Indenidade a serem celebrados com os novos membros do Conselho de Administração

INSTRUMENTO PARTICULAR
DE GARANTIA E OUTRAS
AVENÇAS

Por este instrumento particular, as partes a seguir qualificadas, de um lado,

BRF S.A., companhia aberta com sede e foro na Rua Jorge Tzachel, nº 475, bairro Fazenda, na cidade de Itajaí, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.838.723/0001-27, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("BRF" ou "Companhia");

e, de outro lado,

[Nome completo do Garantido], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da Cédula de Identidade RG nº [•] [órgão expedidor] e inscrito no CPF/MF sob o nº [•], com domicílio na [Rua/Avenida/etc.] [•], [número], [complemento], [Bairro], Cidade de [•], Estado de [•], CEP [•], ocupando o cargo de membro do Conselho de Administração da BRF ("Garantido" e, em conjunto com a Companhia, "Partes").

As Partes resolvem, mediante as seguintes disposições, celebrar o presente Instrumento Particular de Garantia e Outras Avenças ("Contrato" ou "Instrumento"), de maneira irretratável e irrevogável, de acordo com os termos adiante estipulados:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

O objeto do presente Contrato é a garantia patrimonial dada ao Garantido pela BRF para cobertura de quaisquer decisões, condenações ou constrições administrativas ou judiciais, multas, penalidades, acordos, prejuízos, despesas, custos, desembolsos, atuais ou potenciais, por prazo indeterminado, inclusive seus respectivos acréscimos ou encargos, moratórios ou de outra natureza (todos, em conjunto, "Perdas"), decorrentes dos Riscos Cobertos por este Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: RISCOS COBERTOS

Estão cobertas por este Contrato quaisquer Perdas razoáveis relacionadas ao fato do Garantido ser ou ter sido, administrador, conselheiro, membro externo de comitê de assessoramento ao Conselho de Administração da BRF, empregado, agente, representante, consultor, procurador ou testemunha da BRF ou de qualquer de suas subsidiárias, integrais ou não ("Subsidiárias" e, em conjunto com a BRF, "Companhia") ou em razão de quaisquer atos, cometidos ou não cometidos, imputados ao Garantido, ou cujos efeitos recaiam sobre ele, em conexão com o exercício dessas funções (todos, em conjunto, "Riscos Cobertos").

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para efeitos do *caput*, são considerados Riscos Cobertos por este Contrato, a título de exemplo, mas sem a isso se limitar, quaisquer Perdas decorrentes da participação ou conhecimento do Garantido, direta ou indiretamente: (a) na elaboração ou divulgação de documentos ou informações ao mercado; (b) em pronunciamentos públicos ou divulgação, sob qualquer forma, de informações aos consumidores, a clientes ou quaisquer outros parceiros comerciais; (c) nas investigações em curso ou futuras que envolvam ou venham a envolver a Companhia, administrativa ou judicialmente, perante qualquer instância, autoridade ou tribunal, nacional ou estrangeiro; (d) em ações em curso ou futuras, no Brasil ou no exterior, que acarretem bloqueios de bens ou quaisquer outras espécies de constrição patrimonial, para garantia da satisfação de ações em curso; (e) em processos judiciais ou administrativos, atuais ou futuros, em que sejam estabelecidas penalidades ou quaisquer tipos de sanções, inclusive as que impeçam ou limitem a atuação do Garantido no exercício de quaisquer funções.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Estão excluídos da cobertura estabelecida no *caput* desta Cláusula Segunda exclusivamente os atos praticados pelo Garantido (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com dolo, má-fé, culpa grave ou mediante fraude; (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse da Companhia (em conjunto,

"Circunstâncias Excludentes"), competindo à Companhia o ônus de avaliar essa circunstância, conforme procedimento definido na Cláusula Quarta.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Também estão excluídas da cobertura estabelecida no *caput* desta Cláusula Segunda quaisquer despesas relacionadas a indenizações a serem pagas pelo Garantido em ações de responsabilidade que venham a ser propostas pela Companhia com base no artigo 159 da Lei nº 6.404/1976.

CLÁUSULA TERCEIRA: ANTECIPAÇÃO OU REEMBOLSO

Desde que observados os demais termos e condições deste Contrato, a BRF pagará direta e antecipadamente ao Garantido, ou a qualquer terceiro por este indicado, as Perdas razoáveis decorrentes de Riscos Cobertos, com antecedência mínima de 10 (dez) dias do momento em que a obrigação do Garantido se torne exigível ("Antecipação"). A BRF deverá reembolsar o Garantido ("Reembolso"), caso (i) as Partes concordem acerca da existência de vedação ou empecilho à Antecipação, devendo o Garantido realizar o pagamento da Perda para posterior Reembolso pela BRF, (ii) se o Garantido decidir realizar diretamente ou mediante terceiro o pagamento de uma Perda para evitar uma sanção ou constrição patrimonial, desde que não inviabilize ou prejudique a possibilidade de questionamento futuro da Perda, (iii) se houver algum ato de constrição no patrimônio do Garantido em razão de um Risco Coberto; ou (iv) por qualquer outra razão, inclusive o atendimento aos procedimentos previstos na Cláusula Quarta abaixo, não for possível fazer a Antecipação em tempo hábil.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese de ser revertida a situação que ocasionou a Perda, com a restituição ou devolução de valores ao Garantido, o Garantido deverá devolver à BRF os valores objeto de Antecipação ou Reembolso, sem acréscimo ou correção.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de bloqueio ou outro ato de constrição de patrimônio, o Garantido terá o direito de requerer Antecipação ou Reembolso em valor de até 70% do salário base, limitados a R\$100.000,00 (cem mil reais) por

mês, ainda que não haja obrigação previamente exigível, para arcar com despesas pessoais correntes, bem como outras de semelhante natureza que se mostrem necessárias, até a liberação do bloqueio ou constrição patrimonial, sem prejuízo do recebimento de outros valores a que o Garantido faça jus em razão do exercício de suas funções ou dos valores estabelecidos no Seguro D&O.

CLÁUSULA QUARTA: PROCEDIMENTO PARA ANTECIPAÇÃO OU REEMBOLSO

O Garantido deverá notificar a BRF por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a respeito de qualquer fato em relação ao qual o Garantido pretenda receber determinada Antecipação ou Reembolso, esclarecendo as circunstâncias, a natureza e a extensão da Perda e o motivo pelo qual se trata de um Risco Coberto, bem como disponibilizar à BRF, no mesmo prazo, a documentação que tenha a respeito da matéria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O atraso ou a falha em notificar a BRF não representará renúncia do Garantido ao seu direito de recebimento de Antecipação ou Reembolso, nem liberará a BRF de quaisquer das obrigações estabelecidas neste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ao receber qualquer pedido de Antecipação ou Reembolso, a BRF deverá submeter a matéria ao seu Conselho de Administração. Caberá ao Conselho de Administração decidir, com base no conjunto fático-probatório existente no momento, sobre (i) a caracterização do Risco Coberto, (ii) a existência das Circunstâncias Excludentes, (iii) a razoabilidade dos valores solicitados a título de Antecipação ou Reembolso. A decisão do Conselho de Administração deve ser formalizada em parecer fundamentado que indique os motivos pelos quais se considera que o ato do Garantido é ou não passível de Antecipação ou Reembolso, incluindo, se for o caso, a especificação das razões que levaram à conclusão pela existência de Circunstâncias Excludentes ou pela falta de razoabilidade dos valores solicitados.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos casos em que (a) mais da metade dos administradores da Companhia sejam beneficiários diretos da deliberação; (b) houver divergência de, pelo menos, [3

(três)] membros do Conselho de Administração sobre o enquadramento do ato do Garantido como passível de indenização; ou (c) a exposição financeira da Companhia se mostrar significativa, o Conselho de Administração poderá, dependendo das circunstâncias de cada caso, submeter a decisão sobre a concessão da Antecipação ou do Reembolso a um comitê especial, formado por 3 (três) membros independentes escolhidos pelo Conselho de Administração.

PARÁGRAFO QUARTO: Não poderão participar das deliberações do Conselho de Administração a respeito da concessão da Antecipação ou do Reembolso os conselheiros em situação de conflito de interesses e aqueles que estejam envolvidos no mesmo processo que tenha dado origem ao pedido de Antecipação ou Reembolso.

PARÁGRAFO QUINTO: A BRF deverá providenciar a Antecipação ou o Reembolso dentro do prazo de 10 (dez) dias da decisão acerca da existência de um Risco Coberto.

PARÁGRAFO SEXTO: Caso a Companhia decida pela realização da Antecipação ou Reembolso e, posteriormente, fique comprovada a existência de qualquer das Circunstâncias Excludentes, o Garantido estará obrigado a devolver à Companhia os valores por ela pagos.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A eventual decisão da Companhia pela não realização do Adiantamento ou Reembolso não impede que, a pedido do Garantido, a questão seja novamente avaliada pelo Conselho de Administração caso surjam circunstâncias não existentes ou conhecidas no momento da primeira decisão, inclusive, mas não limitado, a absolvição do Garantido em processo administrativo, judicial ou arbitral.

PARÁGRAFO OITAVO: Tratando-se de demanda que exija a constituição de advogado, o Garantido terá o direito de, observadas as demais disposições desta Cláusula Quarta, (i) escolher um advogado, a seu critério, para defender-lhe sendo as despesas pagas pela BRF; ou (ii) delegar à BRF a condução da sua defesa, hipótese na qual competirá à BRF a escolha do advogado responsável pelo caso. Em qualquer das hipóteses, as Partes deverão cooperar durante todo o curso do processo com a finalidade de obter um desfecho favorável. As Partes

deverão, igualmente, compartilhar entre si todos os documentos e informações pertinentes ou necessários à defesa do Garantido, ficando ambas as Partes ou seus prepostos responsáveis por comparecer aos atos procedimentais ou envidar seus melhores esforços para que terceiros, relacionados a elas, compareçam a esses atos, caso seja conveniente à estratégia do caso.

PARÁGRAFO NONO: Qualquer espécie de acordo, no âmbito de um procedimento iniciado contra o Garantido e notificado à BRF na forma do *caput*, apenas será celebrado com o Garantido a seu próprio critério, bem como a BRF orientará advogados que porventura tenha escolhido a obterem autorização do Garantido antes de realizarem acordo em procedimento notificado à BRF na forma do *caput*, exclusivamente no que se refere a Riscos Cobertos do Garantido. Havendo concordância entre as Partes, a BRF efetuará a Antecipação ou Reembolso de Perdas relativas ao acordo.

CLÁUSULA QUINTA: CONTRATAÇÃO DE SEGURO D&O

A BRF deverá contratar e manter os seguros usualmente utilizados por sociedades de capital aberto para assegurar a proteção de seus administradores, inclusive o Garantido, por responsabilidade pessoal ("Seguro D&O").

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A contratação de Seguro D&O não isentará a BRF das obrigações previstas neste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso um Risco Coberto também esteja sujeito à cobertura do Seguro D&O, qualquer Antecipação ou Reembolso realizado de acordo com este Contrato em favor do Garantido deverá ser interpretado como um adiantamento dos valores a serem pagos pela seguradora, ficando a BRF subrogada no direito de recebimento da quantia devida pela seguradora. O Garantido deverá adotar os atos que lhe incumbirem para o acionamento da seguradora e para o recebimento dos valores objeto do Seguro D&O, quando cabível.

PARÁGRAFO TERCEIRO: No momento em que a seguradora efetuar algum pagamento previsto em um Seguro D&O, os valores deverão ser entregues à BRF até o limite das Antecipações ou

Reembolsos adiantados em favor do Garantido. O Garantido compromete-se a assinar todos os instrumentos que se fizerem necessários à formalização da sub-rogação da BRF em créditos que o Garantido possua por força do Seguro D&O, no ato de recebimento de quaisquer Antecipações ou Reembolsos.

CLÁUSULA SEXTA: PRESERVAÇÃO

A declaração de invalidade de uma ou mais cláusulas deste Contrato não ocasionará a invalidade das demais disposições contidas neste instrumento, nem a tolerância a algum descumprimento deste Contrato representará renúncia a direitos e obrigações previstas em suas disposições.

CLÁUSULA SÉTIMA: EXTENSÃO DOS DIREITOS

Os direitos previstos neste Contrato ao Garantido são estabelecidos em acréscimo a outros assegurados por lei, pelo estatuto ou outros atos societários da Companhia, bem como pelo Seguro D&O. Este Contrato continuará a vigorar mesmo depois da saída do Garantido da Companhia, por prazo indeterminado.

CLÁUSULA OITAVA: NOTIFICAÇÕES

As notificações relativas a este Contrato deverão ser enviadas para os seguintes endereços.

Se para a Companhia:

Em atenção do Sr. Diretor Presidente Global
Rua Jorge Tzachel, nº 475
Fazenda, Itajaí/SC, CEP:88301-600

Se para o Garantido:

Em atenção do Sr. [Nome completo do Garantido]
[Rua/Avenida/etc.] [•], [número], [complemento],
[Bairro], [Cidade], [Estado], CEP: [•]

CLÁUSULA NONA: ELEIÇÃO DE FORO

As Partes elegem o Foro Central da Comarca da Capital de São Paulo para apreciar e decidir qualquer disputa decorrente deste Contrato.

E por estarem, as Partes, justas e contratadas, assinam o presente Contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e efeito.

[Cidade], de de 2020.

BRF S.A.

[NOME COMPLETO DO SEGURADO]

Testemunhas:

1.

2.

Nome:

RG:

CPF:

Nome:

RG:

CPF: